

PESQUISA:

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

REMÉDIOS NO BRASIL

8 de abril de 1974

n.º 74 Cr\$ 3,50

74

opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

Obs - Páginas retiradas
09 a 16



**ALICE
COOPER:
A Indústria do Rock
chega ao País Tropical**

Ofchó 74

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:

Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:

Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais: Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte).

Economia: Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno, Aloysio Biondi (editor contribuinte), Gerson Toller Gomes (editor contribuinte).

Tendências e Cultura: Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernardet (cinema), Tórik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), Haroldo Marinho (televisão), Heloisa Daddario, João Lizardo.

Assuntos Internacionais: Flávio de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Marta Vilela, Celina Whately, Aldo Bocchini.

Arte: Elifas Andreato (editor), Cássio Loredano, Diter Stein, Luis Trifano, Petchó.

Correspondentes nacionais: Teodomiro Braga (Belo Horizonte), Alves de Souza (Brasília).

Correspondentes internacionais: Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carboni e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris).

Produção: Ana Maria Nogueira (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges, Maria Helena Lavinas de Moraes.

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo: Raimundo Andrade.

A assinatura para o Brasil, Cr\$ 160,00 a anual e Cr\$ 80,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida. Redação: Rua Abade Ramos, 78, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S. A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575: Lapa, São Paulo. Composto e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTES JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN

Quem do espigão percorrido pela Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira observa o vale que segue até o morro da cidade Ademar, na Zona Sul da cidade de São Paulo, tem a inevitável impressão de que a região sofreu uma ocupação de tipo espontâneo. Não há dúvida de que as casas foram construídas pelos seus próprios moradores e que eles mesmos providenciaram os poços de onde tiram água e as fossas para abrigar o material que nas partes mais favorecidas da cidade é encaminhado aos esgotos. No alinhamento das casas há picadas maiores que percorrem a baixada no sentido longitudinal e umas poucas menores, transversais, todas parcialmente recobertas de mato e esburacadas. Quando algum morador doente precisa ser transportado por ambulância, os outros o carregam sentado numa cadeira até a Avenida, já que a ambulância não consegue descer até as casas.

Agora, nesta época de grandes chuvas, os habitantes desse imenso buraco oficialmente denominado Jardim Bonclima estão sendo submetidos a uma nova provação: a ameaça de desabamento dos barrancos que fazem o limite dos fundos de grande parte dos terrenos. Na quinta-feira, dia 21 de março passado, a queda de um barranco derrubou a parede do quarto dos fundos de uma casa e matou um menino de 7 anos. E o perigo de acontecimentos semelhantes continua existindo para várias outras casas cujos moradores tomaram a única providência ao seu alcance: transferiram os dormitórios para as salas da frente (quando havia sala da frente).

Embora pareça fruto de ocupação espontânea, o Jardim Bonclima nasceu de um loteamento comercializado por Leno Melgaço Paschoal, atual dono, por herança, dos terrenos remanescentes.

A situação das pessoas que compraram os lotes de 6 a 7 metros de frente por 20 de fundos e ali ergueram suas casinhas — que em virtude da morte do menino ganhou a notoriedade de alguns minutos nos jornais da televisão — comporta várias explicações. Há, no entanto, duas mais relevantes: a dos moradores e a do homem que lhes vendeu os terrenos.

Segundo o senhor Antônio

Versão número um — Parado junto à porta do quarto pintado de cor-de-rosa por fora e azul por dentro, o chão coberto por um monte de terra, tijolos, pedaços de madeira e de brinquedos, Antônio

“Edu, apesar de grande jogador, não foi relacionado porque é inibido na Seleção Brasileira. Ele já proibiu isso nas oportunidades que teve”.

Entre essas declarações do técnico Mário Jorge Lolo Zagalo e a convocação de Edu, ponta-esquerda do Santos Futebol Clube, passaram-se menos de 40 dias. Zagalo falava com segurança, para explicar os porquês da relação de 40 nomes convocados para a Seleção, divulgada no começo da tarde de 18 de fevereiro passado. Diante de uma multidão de repórteres o técnico esclareceu por que na relação não figurava um ponta-esquerda ofensivo, como Edu, citado como melhor exemplo.

“Agora, quanto a dizer que não há ponta-esquerda ofensivo, penso diferente” — explicou o técnico. “Extrema só ofensivo é para mim coisa superada no nosso futebol de hoje. Aliás, ponta ofensivo só existe teoricamente. Chamamos os jogadores que sabem jogar tanto defendendo como atacando”. (O Jornal, Rio de Janeiro, 19/2/1974)

Longe de indicar um milagre psicanalítico de superação de uma inibição por Edu em menos de 40 dias — e uma inibição tão grave que o tornava imprestável para a Seleção —

Cena Brasileira

O Jardim Bonclima

Martins da Silva, operário tecelão, que é companheiro da proprietária e mora na casa da frente, pergunta com sotaque pernambucano: “Se fosse à noite sabe quantos cadáveres teria aí? Sete”, responde, depois de uma pausa interrogativa. “Três aqui onde morreu o menino, e quatro ali”, diz, apontando o outro quarto cuja parede também desabou mas que na ocasião, a 1h30m da tarde, estava vazio. E, olhando para cima, em direção ao barranco de uns 5 metros de altura que pende ameaçadoramente sobre o quintal da casa ao lado: “Olha como é que está aquilo ali. O investigador que veio junto com os bombeiros por causa do menino comentou essa situação. Sabe o que o bombeiro disse? Ele disse: que é que eu posso fazer? Não posso fazer nada. Ele viu como está isso aí e disse que não pode fazer nada. Olha, foi bom que não deu tempo para eu falar quando o canal 7 esteve aqui. Senão eu ia meter a boca mesmo. Não tanto por minha causa, porque eu trabalho à noite (Antônio pega na fábrica às 5h30m da tarde e larga às 6h30m da manhã: 13 horas consecutivas com uma de descanso para o jantar) e em mês de 31 dias tiro os meus Cr\$ 1 mil. Mas tem muita gente aí que está na pior. Eu ia falar mesmo porque quanto ao que é meu eu não tenho medo. Ia começar metendo o pau no prefeito. Depois no dia seguinte a polícia podia vir me prender e ia levar um homem trabalhador e não um bandido. Na hora de mandar o imposto a prefeitura sabe direitinho onde é que a gente mora. O imposto de 74 chegou antes de entrar o ano, em dezembro. A planta da casa que a gente mandou pra prefeitura há dois anos ainda não voltou mas já vieram dois impostos depois disso. Então o imposto eles mandam, mas pra ver o negócio da planta eu tenho que ir lá, perder dia de serviço.

E o Leno também”, continua, referindo-se ao responsável pelo loteamento, “só soube vender os terrenos. Agora não toma nenhuma providência. Se a pessoa atrasa o pagamento sabe qual é a providência da companhia? Toma o terreno e pronto. Se atrasa um dia já paga com multa de Cr\$ 1,80. A gente é operário e quando a fábrica atrasa não paga com multa. Uma vez que eu estava desempregado atrasei dois meses. No terceiro fui lá pagar e eles não aceitaram. Tive que pagar Cr\$ 200,00 de advogado senão eles não recebiam. Aqui a situação está desse jeito porque

o Leno mandou passar a máquina lá em cima e o barranco ficou todo de terra solta. Mas não adianta nada a gente reclamar. Quando foi feito o loteamento tinha guia nas ruas. Depois eles levaram tudo”.

Percorrendo a picada que faz as vezes de rua, Antônio aponta algumas pedras que serviam de guias e estão atualmente jogadas no meio da terra: “Olha aí o que sobrou de guia. Fora isso não tem mais nada. E o que é que a gente vai fazer? Não dá pra fazer nada. Aqui, meu velho, vale quem tem. Se você tem 10 cruzeiros vale 10 cruzeiros. Se não tem nada, não vale nada”.

(Embora talvez Antônio seja o mais eloquente, outros moradores repetem as mesmas queixas com palavras diferentes.) “Se a minha parede fosse de meio tijolo já teria caído”, diz Abdon Soares. E a mulher de Abdon, estendendo roupa no varal, acrescenta de longe: “Aqui é tudo assim, na dura sorte”.

Segundo o senhor Paschoal

Versão número dois — Sentado no sofá da sua sala, Leno Melgaço Paschoal expõe um ponto de vista que raramente coincide com o dos clientes a quem vendeu os pedaços de um terreno de 95 mil metros quadrados, no Jardim Bonclima. “Terreno é obra de Deus”, diz, fatalista. “Lá no Bonclima havia terrenos altos e outros na baixada. Só que os da baixada custavam talvez a metade do preço dos outros. Eram evidentemente piores. Mas se você tivesse conhecido nos seus primórdios o Pacaembu e o Sumarezinho teria verificado que aquilo era tudo um buraco, e nunca poderia imaginar que ficaria como ficou. Só que lá os compradores tinham posses e puderam construir muros de arrimo e a região foi pavimentada e servida pela prefeitura. No nosso caso não. São operários classe C porque se for um operário melhorzinho vai querer coisa melhor do que aquilo. Então acontece o que aconteceu. Quando eu entreguei os terrenos o arruamento estava feito e as ruas eram perfeitamente carroçáveis. Mas não houve conservação nem por parte da prefeitura nem por parte dos moradores. Eu tentei convencê-los a fazerem fossas sépticas mas ninguém fez, e hoje está tudo contaminado. Preferem gastar o dinheiro em cerveja

do que comprar uma fossa de 120 cruzeiros. Infelizmente falta ao nosso povo o sentido comunitário e esperam tudo ou de quem vendeu o terreno por meia dúzia de tostões ou do governo. Para o pessoal das ruas de cima eu doe árvores, ipês e paus-ferro, mas ninguém plantou. Se você passar por lá vai ver só umas duas seringueiras, que é uma planta que arrebita com tudo e levanta os alicerces. Eu disse a eles que quando o mato começasse a crescer no meio dos paralelepípedos era preciso arrancá-lo e depois regar com soda cáustica bem quente. Mas não fizeram nada e o mato está até arrancando guias.

No Bonclima as construções são todas ilegais, nenhuma tem planta aprovada e muitas, quase todas, foram feitas no limite do terreno, sem o recuo obrigatório de 4 metros. Por isso é que dá a impressão de não ter rua. Alguns até avançaram as construções sobre a própria rua. O caso do menino, que sinceramente me entristece, mas entristece mesmo, embora seja mais um caso entre tantos como esses dessas enchentes no sul, aconteceu numa construção clandestina, dois quatinhos construídos no fundo da casa para alugar. Quando eu soube, por uma questão humanitária, mandei o rapaz que fica lá para mim dar toda a assistência possível e já mandei suspender as prestações. Acontece que não era prestamista meu e então eu lavei as mãos. Ali o que aconteceu é que para fazer os quatinhos eles cortaram a saia do aterro e não fizeram nada para segurar a terra. Choveu, caiu. Mas essa história de aterro em cima é mentira. Eles é que cortaram o barranco para chegarem até o limite do terreno”.

O senhor Leno considera-se em parte até um benfeitor. Afirma que seu sistema de venda de terrenos em 110 prestações a um preço fixo é ainda a única forma razoável de um pobre obter casa própria e que tanto isso é verdade que ele já vendeu muito terreno para pessoas que fugiram de unidades residenciais do BNH porque não podiam pagar a correção monetária. Quanto ao fato de cobrar honorários de advogado se há atraso de três meses diz que é assim mesmo. “No terceiro mês o assunto vai para o advogado e o advogado cobra porque ele não trabalha de graça. Mais três meses de atraso e a ação entra em juízo para a devolução do terreno. Quando há benfeitorias (casas, por exemplo) alguns juizes julgam que devem ser reembolsadas e já houve caso em que eu reembolsei. Outras vezes o juiz julga que não. As prestações pagas, no entanto, não são reembolsadas nunca. Isso não é nem direito nacional mas até internacional, desde os romanos”. (Dirceu Brisola)

Futebol/Seleção Milagres de 40 dias

a convocação do ponta-esquerda do Santos realça as dificuldades em que se encontra o treinador para estabelecer o time-base do Brasil para a Copa do Mundo. Não por acaso, o chamado urgente do agora desinibido Edu foi acompanhado de mais duas convocações, a do ponta-direita Valdomiro, do Internacional de Porto Alegre, e a do ponta-de-lança César, do Palmeiras. Na verdade, dentro de seu econômico critério de formar um ataque com apenas três jogadores, o treinador estava convocando um ataque inteiro, mas sacrificando a sua noção, exposta ao explicar a lista dos 40.

Esse tabu caiu. E também o de que Ademir Da Guia é lento e não pode aspirar senão ao banco de reservas. Sob pressão da imprensa e do zero-a-zero que o perseguiu nos dois primeiros treinos, o técnico finalmente reconheceu que Ademir é bom demais para ser iminamente afastado do time titular sem uma oportunidade sequer. Por último, caiu o tabu que pesava sobre César, cujo

comportamento nunca foi bem visto pelos homens da Comissão Técnica. Durante estes anos em que vem servindo ao Palmeiras, desde que o Flamengo o vendeu, em 1968, César é um misto de jogador e homem-show: além de fazer muitos gols, sempre contempla a torcida com gestos espetaculares, que o transformaram num adorável clown para os palmeirenses e num respeitado adversário até mesmo para os corintianos e sampaulinos. Com sua imensa cabeleira, sua irreverência, que alegra os estádios de São Paulo, César não é exatamente um jogador que, dentro da doutrina rígida da CBD, tenha espírito de Seleção. Ele só foi chamado, a despeito de um currículo em que entra até uma suspensão de seis meses por agressão a um juiz, porque poderá dar à Seleção aquilo em que ela tem sido avara: gols.

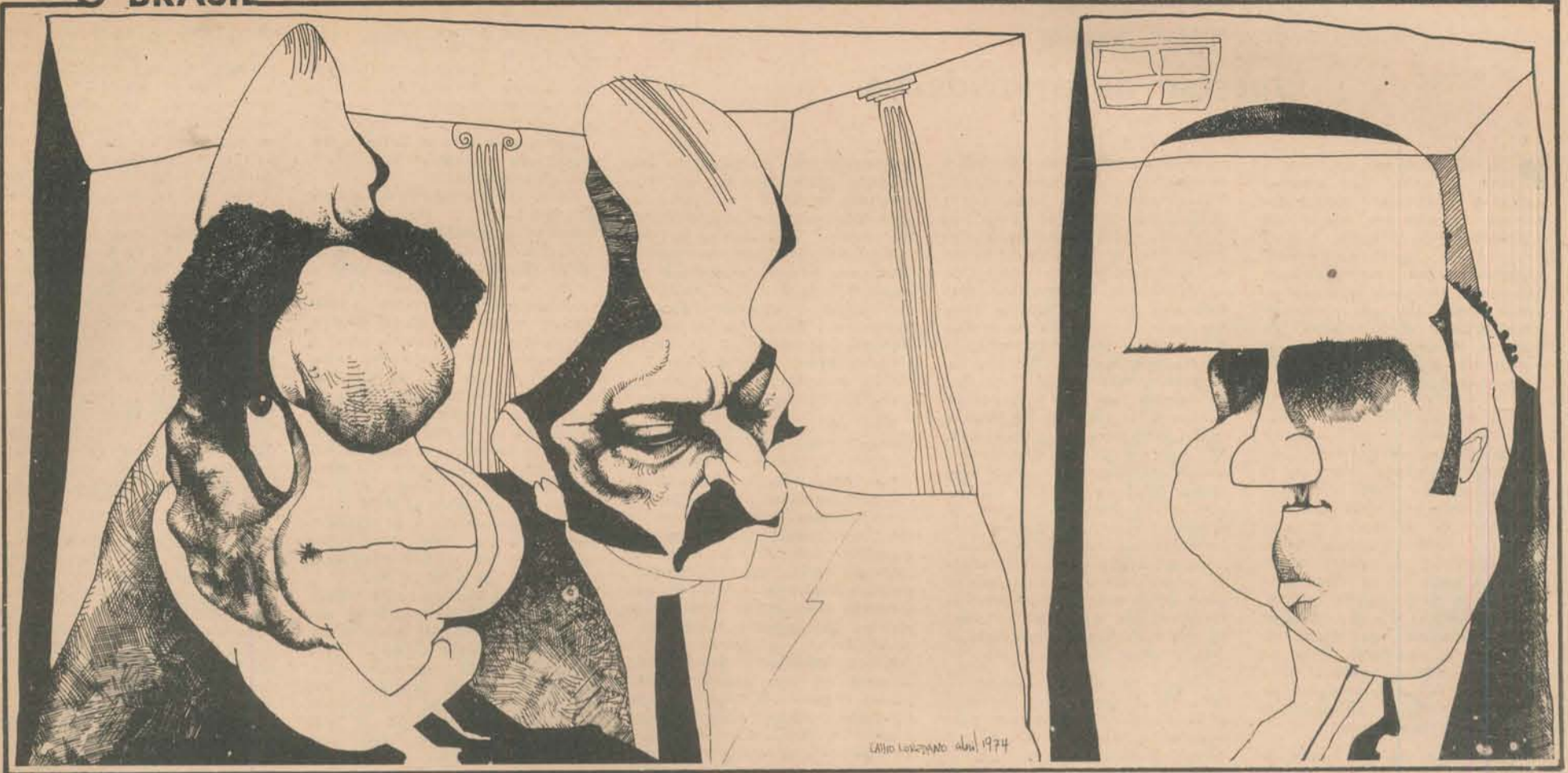
Mas o principal tabu não será derrubado facilmente. É o da obsessão do técnico pelo sistema defensivo, que agora o faz pensar num ataque de quatro homens com três deles em

posições diferentes daquelas em que jogam (Paulo César, do Flamengo, ponta-esquerda, na ponta-direita; Jairzinho, convocado como ponta-direita, no miolo; Rivelino, chamado como meio-campo, para suceder a Gérson, como ponta-esquerda; só Leivinha jogaria em sua verdadeira posição). Essa improvisação é forçada menos pela inexistência de jogadores capazes do que pela escravização do treinador à obsessão de defender, como se os melhores dos jogadores convocados não estivessem precisamente no ataque (Jairzinho, Rivelino, Paulo César do Flamengo, Leivinha, o próprio Ademir Da Guia e agora César do Palmeiras).

“Ganhei dois títulos no Botafogo, em 1968, vencendo a decisão com goleada de quatro gols” — poderá dizer o técnico, lembrando a vitória na Taça Guanabara (4 a 1 sobre o Flamengo) e no Campeonato Carioca (4 a 0 sobre o Vasco). “Ganhei também a decisão da Copa do Mundo de 1970 vencendo a Itália por 4 a 1”.

Mas tanto o Botafogo como a Seleção de 1970 tinham um jogador chamado Gérson — esse mesmo Gérson que acaba de ser convidado pela CBD para funcionar como observador da Seleção.

Será mera coincidência?



Armando Falcão

Francisco Pinto

Paulo Egídio Martins

Sucessão, São Paulo A propósito da escolha do eng.º Paulo Egídio

Algumas anotações a propósito dos acontecimentos que conduziram o engenheiro Paulo Egídio Martins à privilegiada e invejável posição de escolhido para governador do Estado de São Paulo.

1 — Paulo Egídio Martins nasceu em São Paulo no dia 2 de maio de 1928 mas ainda muito jovem mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade Nacional de Engenharia. Quando estudante foi presidente da União Metropolitana dos Estudantes (que representava os universitários cariocas) e daí seguiu em 1950 para a União Nacional dos Estudantes — UNE — onde cuidou das relações internacionais da entidade e obteve o seu desligamento da União Internacional dos Estudantes, organização considerada de tendência esquerdista, que tem sede em Praga. Casou-se com dona Brasília Byington, da milionária família Byington e, formado em 1951, já em 1953 assumiu o cargo de superintendente do departamento de engenharia da Byington e Cia., passando a gerente geral em 1958. Dedicou-se ao setor de mineração e depois de uma associação com o gigantesco grupo norte-americano de alumínio Alcoa tornou-se presidente da Alcominas — Companhia Mineira de Alumínio.

2 — Na vida pública, Paulo Egídio Martins entrou pela porta da UDN. Por esse partido aventurou-se a uma candidatura à prefeitura de São Paulo em 1965, quando foi eleito o brigadeiro Faria Lima; colocou-se em quinto lugar depois de Pedro Geraldo Costa ("Pedro na prefeitura, pedra no buraco"), o quarto colocado. Em 1966 deixou a Alcominas para ser ministro da Indústria e Comércio do governo Castelo Branco, e logo em seguida tentou o governo de São Paulo mas perdeu para Abreu Sodré. Desde então seu nome tem sido invariavelmente cogitado para prefeito, ministro ou governador, sempre que aparece uma vaga.

3 — Desde que a sucessão do governador Laudo Natel é cogitada fala-se que Paulo Egídio Martins seria o escolhido pelo general Ernesto Geisel. Mas, embora isso já seja tido

por certo e resolvido há alguns meses, foi sempre oficialmente negado em especial pelo senador Petrônio Portela, presidente nacional da ARENA, que afirmava ser necessário ouvir as correntes partidárias e particularmente o governador Laudo Natel, o "general dos paulistas", segundo suas próprias palavras.

4 — O governador Laudo Natel comunicou a indicação de Paulo Egídio através de uma nota distribuída pelo serviço de imprensa.

Diferentemente de Abreu Sodré, que recusou-se a anunciar o nome do seu sucessor por não concordar com ele e levou a própria Casa Civil da presidência da República a fazê-lo, Natel preferiu assinar a nota deixando claro porém que se tratava de opção do presidente.

5 — Petrônio Portela esteve em São Paulo por quase três dias, de 26 a 28 de março passado. Foi recebido no aeroporto por uma agitada corte de políticos, mas na hora da despedida o número de homenageantes viu-se sensivelmente reduzido. Estavam no aeroporto apenas o senador Carvalho Pinto, provavelmente candidato à reeleição e, por coincidência, as pessoas atualmente cogitadas para o cargo de vice-governador.

6 — Trecho do artigo assinado pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto (cuja candidatura ao governo paulista foi afastada pela decisão do presidente Geisel) para a edição do jornal O Estado de São Paulo do dia 31 de março passado: "Creio, portanto, que dos quatro objetivos de reconstrução a que se propôs o Movimento Revolucionário no Ato Institucional nº 1 (reconstrução econômica, financeira, moral e política) três foram atingidos em sua plenitude. Apenas um remanesce para ser cumprido e foi com renovada esperança que a nação ouviu do presidente Ernesto Geisel, no lançamento do seu programa de governo, estas palavras: 'quanto ao setor político interno, evidenciamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático (...), estimulando a maior participação

das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64'.

Neste momento, todos temos a obrigação de juntar nessas forças a do governo para ajudá-lo na consecução do quarto objetivo sob pena de comprometermos o que foi feito porque como nos ensinou o presidente Castelo Branco, 'pelo alto grau de maturidade política a que chegou, não se satisfaz o nosso povo apenas com o progresso material'".

7 — Procurado em São Paulo no saguão do Hilton Hotel por Theobaldo de Nigris (presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e José Papa Jr. (presidente da Federação do Comércio), dupla usualmente designada como "representante das classes produtoras", que, segundo consta, andaram em intensa atividade política em favor da candidatura Delfim Netto, o senador Portela lhes disse que estava ali para ouvir as correntes da ARENA e não de fora do partido, e que os empresários bem como os operários devem fazer política através dos partidos e não como classe.

8 — Nota à imprensa assinada por Papa Jr. em nome da Federação do Comércio: "O empresariado do comércio paulista, atento a todos os problemas nacionais, confia na alta inspiração que norteou a fórmula sucessória de São Paulo. É com plena convicção que atribui seu voto de confiança ao sr. Paulo Egídio Martins.

Sua folha de serviços aponta-o para suceder o governador Laudo Natel à testa da administração do Estado, cuja posição estratégica na economia nacional é reconhecida de todos. (...) Mantendo suas entidades representativas fora do âmbito partidário, o comércio, entretanto, não ficou alheio ao processo e, participando do consenso, congratula-se com o poder político nacional pela acertada escolha e crê numa atuação consciente e compatível do sr. Paulo Egídio Martins para com a posição destacada que ocupa o Estado". (D.B.)

O processo contra Francisco Pinto

O ministro da Justiça, Armando Falcão, enviou um ofício ao deputado Flávio Marcellio, comunicando ter solicitado ao procurador-geral da República a abertura de processo contra o deputado Francisco Pinto, do MDB da Bahia. Pinto provocou a iniciativa do governo ao fazer um discurso curto mas repleto de adjetivos considerados injuriosos. Seu discurso passou quase despercebido. Foi publicado no *Diário do Congresso*, sem quaisquer cortes, embora, hoje, a Emenda Constitucional Número 1 permita, expressamente, ao presidente da Câmara cortar trechos, ou até o texto completo de pronunciamentos que envolvam "ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política e social, de preconceito de raça, de religião, ou de classe, configurarem crimes contra a honra, ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza".

O ofendido fora um chefe de Estado estrangeiro, o general Augusto Pinochet, chefe da Junta Governativa do Chile.

Não há, agora, necessidade de se solicitar licença à Câmara para processar um deputado. O instituto da imunidade parlamentar é, hoje, visto sob outro ângulo pelas leis brasileiras: o deputado continua inviolável por suas opiniões, palavras e votos, exceto "nos casos de injúria, difamação, ou calúnia, ou nos previstos na Lei de Segurança Nacional". Nesta última hipótese foi configurada a ação de Francisco Pinto na denúncia contra ele oferecida ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República.

Assim, desta vez, os parlamentares não seriam consultados. Estavam dispensados do constrangimento de permitir um processo contra um colega. De outro lado, agora, a ação do governo encontra caminhos legais perfeitamente transitáveis, não enfrentando quaisquer riscos futuros. Em 1968, quando a Câmara negou a licença para o processo contra um deputado, o presidente Costa e Silva recorreu à edição do Ato Institucional Número 5, pois se chegara ao impasse político definitivo. Em 1974, o processo correrá normalmente no Supremo (onde Pinto terá todo o direito à defesa)

e ali conhecerá seu final, com o deputado podendo ser condenado a penas de dois a seis anos de prisão e ainda perdendo seus direitos políticos por um espaço de dois a 10 anos.

Racionalizando estes dados do problema, os políticos da ARENA chegaram à conclusão de que o processo contra Francisco Pinto não constituía uma crise. Flávio Marcellio, presidente da Câmara, disse que "cada um age com o que pensa e deve assumir os riscos de sua ação" — deixando claro que a Mesa da Câmara não se solidarizaria com a atitude do deputado baiano. Célio Borja, líder da ARENA, declarou, em nota oficial, que "no discurso não encontrou críticas a rebater, mas somente ofensas a revidar", e louvou o governo por ter usado "a solução prevista na lei", quando poderia punir Francisco Pinto através do AI-5. Petrônio Portela, presidente da ARENA, repisou o mesmo argumento.

Para o MDB, porém, a crise é um fato. Seu presidente, Ulysses Guimarães, igualmente em nota, protestou "contra mais este atentado ao instituto da inviolabilidade parlamentar e os 'autênticos' — grupo a que pertence Francisco Pinto — toram mais longe, considerando o processo 'mais uma investida contra a instituição parlamentar e a própria classe política brasileira', em outra nota publicada nos jornais da semana passada.

Na raiz destas reações emedebistas — além da solidariedade ao companheiro de partido — está, também, a preocupação com as possíveis consequências eleitorais do processo. Alguns candidatos a deputado federal e estadual pelo partido da Oposição, em vários Estados, já telefonaram à direção nacional, manifestando suas dúvidas sobre a disposição de continuar concorrendo a um cargo que já não oferece mais as mesmas garantias ao seu ocupante. Chefes partidários regionais mostraram-se pessimistas diante do provável desânimo das bases eleitorais da Oposição, em todo o Brasil, depois que tomaram conhecimento da ineligibilidade de um deputado se já se tornava nome nacional, pelas suas atitudes de radical oposição ao governo na Câmara. (Carlos Lobo)

Saúde

Questão de prioridades

Para os estudiosos dos problemas de saúde não constitui segredo a inferioridade técnica dos hospitais privados em relação aos estabelecimentos oficiais. A rede hospitalar governamental, despreocupada com o espírito de lucro empresarial, atribuindo prioridade ao sentido social das suas atividades, concentra maior proporção de recursos humanos diferenciados, dispõe de melhores instalações e de equipamentos mais modernos.

Nada menos de 80% das enfermeiras de nível universitário, na Guanabara, por exemplo, exercem sua profissão na rede oficial; restando 20% para os hospitais privados. Todos os hospitais gerais mantidos pelo poder público na cidade do Rio de Janeiro possuem eletrocardiograma, mas apenas 57% dos estabelecimentos particulares contam com esse elemento de diagnóstico. Mesmo assim, o grande público, usuário do sistema, seja na condição de cliente particular, seja através de contratos e convênios com as instituições públicas, embora tenha consciência de certa margem de segurança para os que buscam assistência na rede privada.

É certo que, vez por outra, a imprensa registra casos isolados que desfazem a imagem da assistência prestada pelos hospitais particulares, especialmente naqueles que têm finalidade lucrativa, não obstante a permanente preocupação dos seus donos e diretores em manter uma imagem positiva. Os hospitais públicos transitam mais frequentemente na imprensa diária, consequência, em parte, da grande pleora da demanda, criando problemas de fixação de prioridades.

Sem que ninguém tivesse previsto, o *Jornal do Brasil* publicou no dia 17 de março uma interessante reportagem de página inteira, sob o título *Erro Médico Começa em Negligência de Hospitais*. Não foi uma apreciação de ordem doutrinária, nem um registro de um episódio isolado. Trata-se de um relato de numerosos casos, com referência nominal das casas de saúde, identificação do paciente, diagnóstico de atestado de óbito, datas, horas, preços cobrados. Com destaque, em negrito, afirmou o *JB*: "Essas ocorrências são mais frequentes do que se pode supor", acrescentando: "Geralmente mal equipadas e construídas, na maioria funcionando mais como hotéis do que como hospitais, muitas clínicas privadas na Guanabara e do resto do país

registram normalmente um alto índice de negligência, riscos e erros médicos".

Decorridos oito dias dessa publicação, nenhuma nota foi divulgada pela Associação dos Proprietários de Hospitais do Estado da Guanabara, negando, justificando ou explicando as irregularidades apontadas. Um dos diretores dessa associação, por sinal, é dono de uma das casas de saúde mencionadas na reportagem e que, em 1972, teve seu contrato suspenso pelo INPS em face de inquérito administrativo instaurado. O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro divulgou nota oficial, na qual no seu primeiro item considerava a reportagem como "uma análise válida das casas de saúde e hospitais", admitindo, assim, em princípio, as irregularidades denunciadas. E como solução imediata recomendou o regime das Cooperativas de Serviços Médicos, esquecendo-se, talvez, que os médicos das cooperativas assistenciais exercem as suas atividades precisamente nas casas de saúde citadas.

Embora citado expressamente, o Conselho Regional de Medicina preferiu omitir-se, certamente para preservar a sua majestade de um tribunal de ética.

Diretores de 11 seções estaduais da Federação Brasileira das Associações de Hospitais, reunidos em convenção, defenderam a tese de que seria melhor que o governo concedesse favores à rede hospitalar, decidindo redigir um memorial ao presidente da República sobre as dificuldades que enfrentam os hospitais particulares, silenciando inteiramente a respeito do texto da reportagem do *Jornal do Brasil*.

A AMEG — Associação Médica do Estado da Guanabara — diante da questão, recomendou em nota oficial "uma investigação de natureza técnica e operacional, objetivando identificar as verdadeiras dimensões do problema, de modo que seja possível a adoção de providências capazes de corrigir as imperfeições porventura existentes". Entende a AMEG que "a canalização de recursos das fontes oficiais para o setor privado na área de saúde tem resultado em sérias distorções e vez por outra transcendendo da área da imprensa especializada para a imprensa diária".

É ainda a AMEG quem diz: "Não importa que a privatização da medicina seja feita através de contratos, convênios, grupos médicos ou cooperativas assistenciais, onde se encontram sempre presentes o lucro financeiro ostensivo ou o sistema de

pagamento pela quantidade de atos médicos praticados, do que tem resultado, no Brasil e no exterior, as mais sérias e frequentes infrações da ética médica". Não é sem motivo que a AMEG tem defendido, ao longo de toda a sua história, "a ampliação e o aperfeiçoamento da medicina institucional, única opção válida para atender aos elevados e respeitáveis interesses da saúde da população, resguardando, paralelamente, o elevado conceito que sempre gozou a classe médica brasileira".

No mesmo sentido foi o pronunciamento da Sociedade de Medicina e Cirurgia, federada da Associação Médica Brasileira: "Reconhecemos que a reportagem em questão traduz o estado em que se encontram as organizações privadas de assistência médica, denominando-se casas de saúde, hospitais, clínicas, prontos-socorros ou policlínicas, que oferecem condições de atendimento técnico geralmente aquém das necessidades do doente e das exigências médicas" e que "é triste observar que um grande número dessas organizações funciona em condições precárias". Como doutrina afirma: "A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro entende que a solução para a prestação de serviços médicos à comunidade é a institucionalização da medicina, única maneira capaz de prestar bom atendimento médico. Por outro lado, em face dos grandes progressos técnicos da medicina moderna, são indispensáveis custosos recursos para o aparelhamento de uma organização hospitalar, e as casas de saúde particulares, de modo geral, não teriam condições econômicas para tal investimento".

Não houve, portanto, discordâncias entre as entidades médicas, nem quanto às vantagens da medicina institucional, nem quanto às deficiências da rede assistencial privada, nem quanto às soluções para o problema.

Não obstante, cerca de 90% dos serviços médicos prestados pelo INPS são contratados com o setor privado, sobretudo com as casas de saúde cujo objetivo é o lucro financeiro. E a estrutura administrativa assistencial do INPS representa 57% do total dos gastos públicos com saúde no Brasil, incluindo a União, os Estados e os Municípios. Nesse quadro deve ser classificado como oportuno o pronunciamento do novo ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado: "A saúde precisa decolar".

Belo Horizonte

A convivência impossível

A Cidade de um Lado, a Ganância do Outro. A manchete do *Jornal de Minas*, estampada em letras garrafais no alto da primeira página, na edição do dia 27 passado, revela a extensão e o rumo da campanha que vem sendo feita pelo jornal contra a poluição e outros danos que está causando à cidade o chamado Projeto Águas Claras — empreendimento do consórcio Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) que explora as jazidas de minério de ferro situadas nas colinas da serra do Curral que contornam Belo Horizonte.

A cidade, rapidamente, está tomando consciência de que, nas condições atuais, realmente é impossível a convivência natural com a mineração. Em editorial de primeira página, o *Jornal de Minas* (que vem denunciando sistematicamente os prejuízos causados à população pela mineração) alertou a cidade para a "hora da reação". "Em nome de um progresso discutível", diz o jornal, "a cidade está sendo vítima de um crime

O Jornal de Minas
O CRIME DA MBR
ÁGUAS CLARAS: 500 QUILOS
DE POLUIÇÃO TODO DIA
O SEU PULMÃO
ESTÁ SUJO? A
CULPA É DA MBR
A CIDADE DE UM LADO,
A GANÂNCIA DO OUTRO

que não teve sua real extensão dimensionada. Em troca de um punhado de dólares — a expressão é essa mesma, porque seu preço é quase ridículo — a serra do Curral, uma das mais belas paisagens do Estado, está sendo destruída com uma fúria

dos edifícios que estão sendo construídos perto da serra. O secretário da Indústria e Turismo deverá explicar aos deputados quais as providências que estão sendo tomadas pela sua secretaria no sentido de preservação da serra do Curral, que é considerada uma espécie de moldura paisagística da cidade.

Quanto à devastação de mananciais d'água e da reserva florestal (mata do Jambreiro) encostada à jazida, quanto à poluição causada pelas camadas de pó de minério que descem sobre a cidade e outros danos que o empreendimento traz à cidade, a MBR preferiu manter o prudente silêncio. Mesmo assim, a explicação sobre as explosões não convenceu nem sensibilizou, mas, pelo contrário, só serviu para irritar ainda mais os engenheiros e arquitetos que lançaram as primeiras denúncias sobre os possíveis efeitos das detonações das dinamites. O engenheiro calculista Isaac Ferman, por exemplo, além de refutar as justificativas da MBR, ainda fez a previsão de que se as explosões continuarem com a mesma intensidade, "os prédios próximos à serra cairão até o fim do ano".

Enquanto o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico, através de seu diretor Roberto Lacerda, anunciou sua posição de "insistente vigilância" para evitar que a MBR destrua uma parte da serra que está tombada como monumento histórico, o Centro de Conservação da Natureza de MG confessou a sua derrota numa nota

oficial distribuída aos jornais. "Sob o ponto de vista da preservação de recursos naturais, nada mais há de se fazer", diz o documento. "A mata do Jambreiro está em escombros (o panorama da serra vai-se desfigurando rapidamente e a região se apresenta profundamente alterada. A destruição do ambiente natural está, infelizmente, consumada. Em tempo oportuno, o Centro lutou com todos os meios de seu alcance no sentido de apontar às autoridades as desvantagens que o empreendimento trazia, e o alto tributo que seria exigido da população em termos de inutilização dos recursos naturais, modificações ambientais e panorâmicas. Os argumentos não pesaram nas decisões daquela época, e hoje trazem consequências abomináveis. Por outro lado, é de se lamentar que não se tenha entendido que a conservação da natureza, longe de ser uma atitude romântica, é imperativo de sobrevivência da espécie humana".

Em resposta a todos esses protestos, a MBR pretende lançar uma campanha publicitária (que já está sendo preparada por uma agência) no estilo *desculpe pelo barulho, estamos trabalhando pelo seu progresso*. De acordo com os planos da MBR, o barulho vai continuar até por volta do ano 2.005, ocasião em que a jazida de minério de ferro (de 400 milhões de toneladas) já estará completamente esgotada. (Teodomiro Braga)

Maçonaria

Da política à polícia

A disputa entre o grão-mestre da Loja Maçônica Grande Oriente de Minas Gerais, Athos Vieira de Andrade, e o interventor nomeado pelo Grande Oriente do Brasil, Joaquim Baeta Neves, escorregou do campo da Justiça e tomou rumo inesperado de volta às páginas policiais dos jornais mineiros, com novas ameaças de morte e acusações de corrupção de ambas as partes.

A causa aparente do novo desencadeamento da luta entre as duas facções maçônicas foi a criação, no início do mês passado, de um Comitê de Desagravo e Solidariedade em favor da posição defendida por Athos Vieira de Andrade que, apesar de expulso da maçonaria por determinação do Grande Oriente do Brasil, insiste em considerar-se o legítimo grão-mestre da ordem maçônica de Minas Gerais. (1).

Enquanto Athos buscava apoio nas principais lojas maçônicas do interior, em Belo Horizonte o interventor pediu proteção à polícia civil, alegando que, "segundo informações insuspeitadas e absolutamente idôneas", Athos havia declarado, no dia 11 de março, que o mataria caso não consiga reeleger-se deputado federal nas próximas eleições.

O ambiente tornou-se ainda mais agitado com a volta de Athos do interior. Em entrevista coletiva convocada pelo próprio Athos, ele investiu violentamente contra Baeta e mais ainda contra a direção do Grande Oriente do Brasil.

"O Baeta está cercado por um grupo de pessoas que nós conhecemos, a maçonaria está dirigida por uma

(1) Em fevereiro do ano passado, nas eleições para grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil, Athos Vieira de Andrade encabeçou uma chapa de oposição ao candidato oficial Osman Vieira de Resende, da Guanabara. Os resultados apresentaram a vitória de Athos mas a Justiça eleitoral maçônica inverteu o resultado ao considerar nulos 80% dos votos. Athos não se conformou com a decisão, provocando assim uma enorme cisão que causou a intervenção do Grande Oriente do Brasil em vários Estados rebeldes. Em Minas, Athos teve o direito maçônico cassado e Baeta foi nomeado interventor em seu lugar.

oligarquia podre, de aposentados que tomaram conta e não querem mais sair. E não querem sair porque monopolizam em seu nome pessoal, no Banco Aimoré de Investimento, o dinheiro da maçonaria", acrescentou Athos, acusando em seguida a direção do Grande Oriente do Brasil de "ter desviado Cr\$ 1.586 mil da Ordem, depositando-os no Banco Aimoré de Investimento, a prazo fixo.

Athos X Baeta

Ao mesmo tempo que se desenrola uma intrincada batalha judicial entre Athos e Baeta, os dois mantêm uma luta verbal que confunde cada vez mais os maçons de Minas. Para Athos, Baeta não passa de um "louco, um caso patológico", enquanto Baeta, por sua vez, descreve o adversário como "um doido". Athos acusa a direção do Grande Oriente do Brasil de ter provocado a cisão na maçonaria por questões meramente financeiras, isto é, "para não entregar o controle do dinheiro da instituição", acusando-a também de ter desviado muito dinheiro da Ordem. Baeta refuta estas acusações lançando outras do mesmo nível: para ele, Athos roubou 600 mil cruzeiros da maçonaria, através da retenção do dinheiro arrecadado de aluguel de lojas pertencentes ao Grande Oriente de Minas Gerais; e ainda: teria distribuído doações a lojas maçônicas inexistentes.

No campo judicial, pelo menos, as coisas estão mais claras e em caminho de uma definição. Inicialmente Athos entrou com um interdito proibitório, na 7.ª Vara Cível de Belo Horizonte, para que o interventor não ocupasse a sede do Grande Oriente. Perdeu. Recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas e novamente foi derrotado. Apelou em última instância ao Supremo Tribunal Federal, que ainda não julgou o processo. Por outro lado, Baeta entrou na 13.ª Vara Cível com uma ação de esbulho contra Athos. Em fevereiro passado, o juiz Márcio Aristeu Monteiro de Barros julgou procedente a ação, que deverá ser julgada agora pelo Tribunal de Minas.

Qualquer que seja o resultado, porém, Athos vai lançar um livro, no qual pretende repetir as veementes denúncias que está fazendo contra os seus adversários. (T.B.)

Preços Em busca da verdade

Fazer previsões a respeito de qual será a taxa de inflação no Brasil este ano é bastante arriscado. Não só devido à elevação dos preços no mercado internacional de uma série de produtos que o país importa — trigo, petróleo, fertilizantes — mas também porque, como o governo se diz disposto a restabelecer a "verdade dos preços", diversas mercadorias produzidas internamente deverão encarecer muito. O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, limitou-se a afirmar até agora que a elevação dos preços em 74 deverá situar-se entre 13 e 23%.

Para tentar que essa elástica profecia se cumpra, o general Geisel determinou que os reajustamentos de preços de bens e serviços providos pelo governo não poderão ultrapassar o limite máximo de 15% durante 1974. Na exposição de motivos que fizeram ao presidente sugerindo a adoção dessa medida, Simonsen e o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, dizem que "as primeiras informações sobre o comportamento dos preços na Guanabara, nas duas primeiras semanas deste mês (março), caracterizam a influência de expectativas inflacionárias que urge colocar sob controle..."

Apesar de querer restabelecer a "verdade dos preços", que seriam determinados basicamente pela oferta e procura de cada mercadoria, o governo pretende ampliar a atuação do Conselho Interministerial de Preços (CIP) — órgão encarregado de analisar e determinar os aumentos de preços a serem concedidos à maioria dos setores industriais. Para Simonsen, de nada adianta fixar preços no âmbito da produção, quando as empresas de comercialização entregam o produto pelo preço que lhes convém. Assim, o tabelamento, segundo ele, deverá ser feito "até o fim da linha".

A batalha da inflação

Apesar dessas medidas, parece fora de dúvida que a inflação este ano será superior à de 1973. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o aumento do custo de vida na Guanabara em fevereiro foi de 2,3% contra 1,2% em 73, sendo que a alimentação (principalmente hortaliças e legumes, leite e derivados, carnes industrializadas e gordura) "influenciou decisivamente a aceleração do ritmo de acréscimo verificada". Embora tenha crescido 4,3% em janeiro e fevereiro — contra apenas 2,5% no mesmo período do ano passado — o custo de vida na Guanabara marchou mais lentamente do que em São Paulo onde, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), se elevou de 6,04% nos dois primeiros meses do ano. Isso levou alguns economistas, citados pelo *Jornal do Brasil*, a comentarem que "caso seja mantido até o final do ano o ritmo de crescimento no custo de vida de 3,5%, ao final do ano o total (em São Paulo) atingirá 39,0%".

Os índices de custo de vida de março e abril deverão ser influenciados por aumentos já concedidos pelo governo (como no caso da carne e gasolina) e por outros que estão sendo estudados (atualmente no CIP há mais de 500 pedidos de aumento). No caso da carne, por exemplo, o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, justificou a liberação dos preços das carnes de primeira (alcatra, filé mignon, filé sem osso e patinho) e o aumento dos outros tipos como, por exemplo, o chã e o lagarto (que passaram dos 6,60 cruzeiros por quilo estabelecidos em 15 de dezembro do ano passado para 11 cruzeiros) como necessários para que "os preços possam ser contidos pelo próprio nível de produção, ao invés de tentativas sempre frustrantes de constantes tabelamentos". Para Paulinelli o problema da carne, a curto prazo, pode ser resolvido com ajustes de emergência, "mas a longo prazo temos

no incentivo à produção a solução definitiva para o setor agropecuário. Se o Brasil conseguir ativar essa faixa de produção, alcançará a estabilidade da sua balança de pagamentos e o equilíbrio de custos no mercado interno".

Uma das grandes preocupações do governo ao reajustar os preços da carne, tornando-os compatíveis com os vigentes no mercado internacional e retirando as taxas de confisco cambial sobre as exportações do produto, foi estimular as vendas ao exterior. Apesar de manter as cotas globais de exportação em 80 mil toneladas para 1974, o governo tem a esperança de que com os novos preços o consumo interno, o que possibilitará, então, que as cotas de exportação sejam aumentadas. A importância disso fica evidente quando se sabe que nos dois primeiros meses deste ano, segundo estimativas divulgadas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), a balança comercial teria acusado um déficit de 819 milhões de dólares, devido principalmente ao forte aumento da importação de manufaturados e de produtos diretamente ligados ao petróleo, como os plásticos e fertilizantes. "Além do mais", diz *O Estado de São Paulo*, "o contingenciamento relativo a farelos e tortas de amendoim, caroço de algodão e soja, carne, milho e soja em grão não permitiu atingir o volume de vendas que era de se esperar".

Gasolina mais cara

Outro aumento importantíssimo decretado pelo governo foi o dos combustíveis derivados de petróleo: a partir do dia 31 de março a gasolina comum que custava 1,18 cruzeiros o litro passou para 1,60 (mais 35,59%), a gasolina azul passou de 1,59 o litro para 2,20 cruzeiros (uma elevação de 38,86%), o óleo diesel subiu de 0,72 para 0,91 cruzeiros o litro (um acréscimo de 29%) e o óleo combustível ficou 30% mais caro.

O presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), general Araken de Oliveira, explicou que com esta majoração o governo instituiu a política do preço real para os consumidores internos. Até então o governo vinha subsidiando (ou seja, arcando com parte dos custos) a venda de combustível através de financiamentos à Petrobrás. O governo, segundo o general Araken, já havia concedido à empresa 440 milhões de dólares, que agora serão restituídos à União. O presidente do CNP explicou também que desde o início da crise mundial do petróleo (em setembro de 73) até fevereiro de 74 o barril de óleo cru, que representa 28% da estrutura de preços dos derivados de petróleo, aumentou em cerca de 350%, enquanto o combustível, antes da majoração de 31 de março, havia subido apenas 35%.

Além de acabar com a política de subsídios aos combustíveis, o governo, ao elevar fortemente o preço das gasolinas comum e azul (utilizadas pelos veículos de passeio), pretendeu suavizar o crescimento do consumo desses produtos, que tem sido de cerca de 15% ao ano. O ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, em seu pronunciamento na televisão nas comemorações do 10.º aniversário do movimento de março de 1964, fez um apelo aos consumidores para que utilizassem mais racionalmente os combustíveis porque o Brasil importa oito de cada 10 litros de gasolina que gasta e despenderá este ano cerca de 19,5 bilhões de cruzeiros com a compra de petróleo e derivados. Segundo Ueki, uma economia de 10% nos gastos com o petróleo (1,5 bilhão de cruzeiros) corresponde à construção de uma hidrelétrica de 1 milhão de quilowatts. Além de aumentar o preço da gasolina e apelar para a consciência dos consumidores, o governo, se quiser realmente restringir o consumo de combustível sem recorrer ao racionamento, terá que limitar o

PREÇOS DE ALGUNS PRODUTOS E SERVIÇOS NA GUANABARA (EM Cr\$)

	PREÇOS NO FINAL DO ANO PASSADO	PREÇOS ATUAIS
Carne (Kg) (1)		
Filé mignon	19,00	21,00
Filé sem osso	16,00	17,00
Alcatra	14,00	16,00
Patinho	6,60	14,00
Chã de dentro	6,60	14,00
Chã de fora e lagarto	6,60	11,00
Pá	5,60	9,00
Acém, peito e capa de filé	4,50	7,00
Leite (litro)	0,90	1,20
Arroz (Kg)	1,65	2,05
Pão		
Pequeno	0,15	0,17
Bisnaga média	0,39	0,50
Bisnaga grande	0,67	0,78
Sal (Kg)	0,46	0,58
Tomate (Kg)	1,50	4,00
Margarina (pcte. 400 g)	1,85	2,15
Farinha de trigo (Kg)	1,43	1,80
Cigarros		
Hollywood (maço)	3,50	2,90
Continental (maço)	2,30	2,80
Minister (maço)	2,60	3,10
Cafezinho	0,35	0,40
Táxis		
Bandeira 1 (km rodado)	0,55	0,65
Bandeira 2 (km rodado)	0,65	0,78
Passagens aéreas		
Rio-SP	151,50	171,19
Rio-Belo Horizonte	128,00	144,70
Gasolina		
Comum (litro)	0,88	1,61
Azul (litro)	1,15	2,20
Óleo diesel (litro)	0,66	0,91

(1) Os preços da carne do ano passado são os fixados pela tabela estabelecida a 15 de dezembro. Não vinham sendo respeitados. Nos preços atuais, só os das carnes de segunda (chã de fora, lagarto, pá, acém, peito e capa de filé) são de tabela. Os preços das chamadas carnes nobres e de primeira constantes do quadro foram fixados num acordo da Associação dos Supermercados do Grande Rio.

crédito direto ao consumidor. Atualmente 70% desse crédito — destinado a financiar a compra de bens de consumo durável como automóveis, televisões, geladeiras, etc. — é utilizado para facilitar a aquisição de carros em até 36 meses. É evidente que um rápido aumento do número de carros em circulação deve significar (a não ser que eles sejam comprados para serem deixados na garagem) uma elevação no consumo de combustível. A gasolina e a carne não foram, no entanto, os únicos produtos que

tiveram seus preços elevados em 1974. O leite, por exemplo, que no final do ano passado custava 0,90 cruzeiros o litro, como consequência de um acordo entre o ex-ministro Delfim Netto e os pecuaristas, passou para 1,20 cruzeiros em 15 de janeiro e vai custar 1,40 a partir de 15 de maio. Outro gênero alimentício de grande importância cujos preços subiram foi o arroz: a granel de 1,60 para 2 cruzeiros o quilo e em pacote de 1,65 para 2,05 cruzeiros (mais 30%) (1).

A lista dos gêneros alimentícios que aumentaram não termina aí, porém. O pão pequeno subiu a partir do dia 6 de março de 0,15 para 0,17 cruzeiros, a bisnaga média de 0,39 para 0,50 e a grande de 0,67 para 0,78. A dona de casa que quiser melhorar o paladar de sua comida, se tiver um caderninho de anotações, verificará que o quilo do sal refinado passou de 0,46 cruzeiros em dezembro para 0,68 atualmente e o do tomate de 1,50 para 4 cruzeiros. Se decidir fazer um bolo constatará, por sua vez, que o pacote de 400 gramas de margarina subiu de 1,85 para 2,15 cruzeiros e que a farinha de trigo pulou de 1,43 para 1,80 cruzeiros o quilo.

A dança dos preços não atingiu, porém, apenas os alimentos. Para os fumantes, desde o início do ano, sustentar seu vício se tornou mais dispendioso. Atendendo a um pedido da Souza Cruz — alegando que o custo dos transportes havia encarecido demasiadamente a colocação do produto no mercado varejista devido ao aumento do preço da gasolina — o Conselho Interministerial de Preços autorizou um aumento de 17% nos preços dos cigarros a partir do dia 2 de janeiro. Como o Instituto Brasileiro do Café (IBC) elevou no início do ano os preços do café no mercado interno, o tradicional cafezinho passou a custar mais caro, aumentando de 0,35 para 0,40 centavos, ou seja, 14%.

Há poucos dias os táxis sofreram um reajuste médio de 26%. A bandeirada na Guanabara passou de 1,40 para 2 cruzeiros, o quilômetro rodado da bandeira 1 de 0,55 para 0,65 e o da bandeira 2 de 0,65 para 0,78. O transporte aéreo também ficou mais caro. As passagens nas linhas domésticas subiram 13%. Uma viagem de avião do Rio a São Paulo, por exemplo, aumentou de 151,50 para 171,19 cruzeiros. No caso de Rio — Belo Horizonte pela ponte aérea, o preço passou de 128 para 144,70 cruzeiros.

Óleos raros

A essa lista de aumentos poderiam ser acrescentados outros, de gêneros alimentícios (como a salsicha em lata e o doce em corte, por exemplo), alguns serviços públicos (correios e telefones), os transportes urbanos, as tarifas ferroviárias interestaduais e até o indispensável papel higiênico (cujo rolo passou de 0,42 para 0,48 cruzeiros). Outros aumentos ainda virão e um deles certamente é dos óleos comestíveis, atualmente disputadíssimos por donas de casa e empregadas que antes do amanhecer formam imensas filas à porta dos supermercados para poderem comprar uma ou no máximo duas latas. Para muitas, a procura do óleo já é uma rotina. Maria de Lurdes Ribeiro da Silva, que mora em Perus (São Paulo), diz que a falta de óleo tornou-se uma diversão: "Eu tenho motivo para dar muitos passeios. Venho até a cidade, levo uma latinha de óleo, só uma, que

(1) Esse é o preço estipulado pela CADEP. O *Jornal do Brasil* de 29/3/74 diz que: "Os supermercados visitados ontem apresentavam o arroz, empacotado pelas organizações, do tipo amarelo a 3,25 cruzeiros o quilo na prateleira, embora seja anunciado em cartazes colados nos vidros da fachada da loja a 2,58 cruzeiros o tipo amarelo extra gaúcho.

O tipo agulha, em geral, custa no máximo 2,75 cruzeiros e o blue-rose e o japonês entre 2,30 e 2,50 cruzeiros o quilo".

dura dois ou três dias, e depois volto de novo para a cidade, aos supermercados do centro, para ver as vitrines das lojas". Outras decidiram alterar o cardápio da família, como Maria Helena de França, de São Paulo: "Antigamente usávamos duas ou três latas por semana, mas agora eu só faço pratos pequenos, que levam o mínimo de óleo possível". Outras aproveitaram a falta do produto para emagrecer, como Suzana Bonilha de Toledo, que afirma que "lá em casa o pessoal todo é meio gordinho e adora frituras. Agora, espero que com a falta de óleo todo mundo coma a dieta que o médico recomendou".

Para as que não estão dispostas a mudar o cardápio e querem continuar oferecendo às suas famílias frituras só restam três alternativas: 1) ir quase toda a madrugada para a fila; 2) substituir o óleo por gordura de coco ou banha de porco... "cujo pacote de 1 quilo alcançou ontem a casa dos 16 cruzeiros. Há um mês custava entre 5,80 e 6,20 cruzeiros", afirma o *Jornal do Brasil* (29/3/74); 3) submeter-se às exigências de alguns supermercados particulares de realizarem compras de no mínimo 100 cruzeiros para poderem levar duas latas de óleo. No caso dos supermercados da COBAL (do Ministério da Agricultura), na Guanabara, a exigência era adquirir mercadorias no valor mínimo de 20 cruzeiros.

Essa falta de óleos comestíveis começou a se tornar nítida depois do último aumento de 15% concedido pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), em fins de fevereiro. A princípio, para justificar a escassez, os industriais alegavam que havia falta de folha de flandres para a fabricação de latas de óleo. Já na primeira semana de março, no entanto, começava a surgir o verdadeiro motivo do déficit* no abastecimento: foi enviado ao então ministro da Fazenda, Delfim Netto, um memorial dos Sindicatos de Óleos Comestíveis de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, pedindo a liberação dos preços dos óleos vegetais, margarinas e gorduras e a retirada de qualquer contingenciamento na exportação de grãos, farelos e óleos.

Afirmam as indústrias moageiras que, com o tabelamento do produto final pela SUNAB, não têm condições de disputar a matéria-prima com as ofertas do mercado externo. O máximo que podem oferecer, dizem, por cada saca de soja de 60 quilos, é 53 cruzeiros, enquanto o mesmo grão pode ser facilmente vendido no exterior por 65 cruzeiros. As indústrias moageiras reclamam ainda que houve um aumento de 65% nos insumos necessários à preparação do óleo vegetal, o que tornou suas margens de lucro insignificantes.

O ministro Mário Henrique Simonsen parece concordar com as moageiras, porque no penúltimo dia de março declarou que realmente se tornou pouco atraente para essas empresas esmagar o grão de soja e produzir óleo. Simonsen considera os atuais preços irrealistas e, portanto, eles deverão ser reajustados. As filias para compra de óleo de soja podem acabar até 15 de abril porque a lata do produto que no momento custa 3,90 vai subir para 6,50 cruzeiros. Com essa elevação, esmagar soja certamente voltará a ser um negócio atraente.

A atuação do governo com relação à carne, gasolina e as declarações de Simonsen a respeito do óleo indicam o propósito oficial de acabar com os tabelamentos de preços e subsídios. A meta governamental seria estabelecer preços que pelo menos se aproximem daqueles que seriam cobrados no mercado, se fossem obedecidas as leis da oferta e da procura.

Até o momento, porém, ainda é cedo para saber quais as dificuldades que o governo terá para restabelecer a "verdade dos preços" e ao mesmo tempo tentar controlar a inflação. A única coisa que parece certa é que os salários continuarão a ser tão controlados como antes, já que o próprio ministro da Fazenda declarou que, ao contrário dos preços das mercadorias, o preço da força de trabalho (os salários) não deve ainda ser regulado pela lei da oferta e da procura, porque a economia ainda não está preparada para isso.

Renda Entre o Censo e o Imposto

A referência feita pelo presidente Geisel à distribuição da renda na primeira reunião do Ministério despertou novamente a atenção da opinião pública para um problema que andava um tanto esquecido. Depois de um longo e acalorado debate, provocado pela divulgação dos dados do Censo de 1970, a questão passou para um segundo plano.

Curiosamente, parece que ninguém até agora se deu conta de que os próprios dados do Censo deveriam ser submetidos a um teste de comparação com a realidade mais palpável. Ano após ano, vários milhões de apartamentos, automóveis, aparelhos de som, televisões e geladeiras são vendidos a um mercado que, em princípio, tinha que estar sujeito à grande limitação colocada pelo fato de que, segundo o Censo, apenas 1 milhão de pessoas tinham rendimentos superiores a Cr\$ 1 mil por mês em agosto de 1970.

Por mais que se procure pensar em termos de renda familiar e não individual, em aumento da dívida pessoal e em rendimentos não monetários, não há como conceber que um mercado tão estreito possa absorver a produção não exportada e a importação de bens de alto valor unitário.

Não tem sentido aceitar a validade de um dado estatístico quando existem indicações positivas que entram em contradição com ele. E estas indicações podem ser encontradas à vontade. A mais contundente delas, sem dúvida, é fornecida pelas declarações de renda das pessoas físicas. Ocorre que cerca de 2 milhões de pessoas, em 1971, declararam rendimentos superiores a Cr\$ 12 mil durante o ano de 1970.

Segundo o Censo, de um total pouco inferior a 30 milhões de pessoas com algum tipo de renda (desde os que vivem de salários até os que vivem de rendas e não trabalham), pouco mais de 1 milhão tinha rendimentos mensais acima de Cr\$ 1 mil, o que representa cerca de 3% do total.

O IR como parcela do Censo

O aumento constante no número de pessoas que apresentam declarações de renda, por si só, deveria constituir mais uma indicação no sentido de que o número de "milionários" (os que ganham 1 milhão antigos ou mais), deve ser ainda maior do que o registrado pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais e não a sua metade, como quer o Censo. Não obstante a obrigação legal existir há muitos anos, só a partir da elevação do CPF à condição de documento quase que imprescindível é que começou a haver uma certa aproximação entre o número de pessoas que *devem* apresentar declaração de rendimentos e o das que realmente o fazem.

Basta dizer que, entre 1968 e 1970 (melhor dito, exercícios de 1969 e 1971 para os rendimentos obtidos no ano anterior), o número de declarantes quase dobrou, sendo que, para os "milionários", o aumento foi de 220 mil para 2 milhões e 100 mil. Quer dizer, o ápice da chamada pirâmide de renda seguramente é subestimado pelos próprios dados do Ministério da Fazenda, pelo menos no que se refere àqueles anos.

Quanto à base da pirâmide, é claro que os dados do Censo são os únicos disponíveis, na medida em que apenas uma pequena fração das pessoas com rendimentos inferiores ao nível legal de isenção apresenta declarações de rendimentos (somente os proprietários de imóveis ou automóveis ou os interessados em determinadas operações são obrigados a apresentar declaração quando sua renda é inferior ao mínimo fixado e apenas uma parte deles de fato cumpre a exigência).

Teoricamente, o Censo deve cobrir a totalidade das pessoas que têm qualquer tipo de renda, da mesma forma que teoricamente toda a população é coberta quanto aos dados relativos a idade, escolaridade, etc.

Desse modo, a pirâmide do Imposto de Renda (principalmente se só considerarmos as pessoas que estavam acima do limite de isenção) deveria encaixar-se na parte superior da pirâmide do Censo, ainda que não de forma perfeita, já que seria impossível uma coincidência tão grande nos dados de fontes diferentes.

Mais uma vez, entretanto, o Censo parece ter subestimado as proporções do ápice da pirâmide de renda. Segundo o Censo, do total já referido de pouco menos de 30 milhões de pessoas com rendimentos, cerca de 5 milhões e meio tinham renda mensal superior ao mínimo equivalente ao nível de isenção de IR, sendo que pouco mais de 4 milhões nas cidades. Entretanto, o número de pessoas que declarou efetivamente renda superior ao nível de isenção (Cr\$ 5.200,00 em 1970) foi de quase 4 milhões e meio. Ora, se estes 4,5 milhões declararam, é mais do que razoável supor que o número total seja muito superior a 5,5 milhões, principalmente porque, segundo o próprio Censo, cerca de 1,5 milhão não viviam nas cidades e seguramente não prestaram declarações de renda.

Concentração e mercado

A disparidade se torna evidente quando eliminamos o primeiro patamar dos declarantes-contribuintes (pouco menos de 250 mil pessoas); ficamos então com cerca de 4 milhões e 200 mil declarantes-contribuintes, com renda superior a meio milhão antigos mensais. Segundo o Censo, entretanto, existiram apenas 4 milhões de pessoas com este nível de rendimento. Deve ficar perfeitamente claro, portanto, que os dados censitários estão bastante subestimados, já que neste nível de renda deve ser considerável o número de pessoas que não declararam rendimentos relativos ao ano de 1970.

Para que se tenha uma idéia mais concreta do significado desta subestimação, basta dizer que o volume de renda das pessoas que ganhavam acima de Cr\$ 500,00 por mês, segundo o Censo, atingia o montante um pouco inferior a 50 bilhões de cruzeiros, ao passo que o Imposto de Renda registra um total de 65,8 bilhões. Vamos, assim, chegando mais perto do que é realmente a situação do mercado consumidor brasileiro, tanto no que se refere ao número quanto no que se refere ao poder aquisitivo destes consumidores.

Mas se o número e o poder aquisitivo das pessoas que ganhavam mais de 1 ou de meio milhão antigos por mês em 1970 foi subestimado pelo Censo, cabe, então, perguntar se a distribuição efetiva da renda não seria mais democrática do que a indicada pelos dados censitários. À primeira vista, se o ápice da pirâmide é inchado, teríamos um achatamento do conjunto. Não é isto, contudo, o que ocorre.

Basta comparar a distribuição da renda em dois segmentos comparáveis do Censo e das declarações de renda. A partir de meio milhão antigos por mês, temos, segundo o Censo, que o terço mais rico fica com cerca de 50% da renda destas categorias; para o IR, esta proporção é um pouco maior (62%); para o Censo, menos que um quarto da renda destas categorias cabe aos 6,66% mais ricos, ao passo que, para o IR, a participação deste grupo mais rico sobe a quase 30%.

Como se vê, a concentração da renda indicada pelos dados do Centro de Informações Econômico-Fiscais é ainda mais acentuada que a do Censo, pelo menos no que se refere aos níveis de renda comuns às duas fontes. Abaixo da faixa de isenção, como é óbvio, a comparação se torna impossível. Cabe apenas referir que a renda monetária total estimada pelo Censo (cerca de 90 bilhões de cruzeiros) e a registrada nas declarações de renda (mais de 75 bilhões) apresentam uma diferença muito pouco significativa se se leva em conta o aumento vertical no número de pessoas em questão (de pouco mais de 8 milhões no IR a quase 30

milhões no Censo).

Mesmo considerando a provável subestimação da renda total pelo Censo, pode-se concluir que: 1) o verdadeiro mercado brasileiro é o constituído pelos contribuintes em potencial ou efetivos, em particular as categorias com mais de meio milhão antigos por mês em 1970 (que eram cerca de 4,2 milhões) e, por assim dizer, "semimilionários"; 2) a concentração da renda é ainda mais acentuada do que a indicada pelo Censo.

As declarações

Por força de exigências legais, o número de declarações de renda vem aumentando verticalmente nos últimos anos. Nos três anos mais recentes, para os quais existem dados detalhados (de 68 a 70), esse número quase dobrou, passando de 4.402.800 a 8.151.494.

Se o número de declarações quase dobrou, a renda total declarada foi multiplicada por 2,6, indo de pouco menos de 29 a mais de 75 bilhões de cruzeiros, o que dá um aumento de cerca de 40% na renda média, que passou de Cr\$ 6.576,00 em 68 para Cr\$ 9.240,00 em 70. Quer dizer, o suficiente para conservar a renda real, uma vez descontada a inflação. Mas se substituímos os termos médios pela distribuição por classes de renda, o quadro muda inteiramente.

Na faixa dos declarantes-isentos, a renda média cai de cerca de Cr\$ 300,00 mensais para apenas Cr\$ 184,00, o que indica a inclusão de setores de renda ainda mais baixa. O mesmo fenômeno ocorre nas primeiras faixas dos declarantes-contribuintes, invertendo-se, porém, à medida que subimos na escala de renda. E isto com a particularidade de que o aumento no número de declarantes em cada categoria é relativamente maior para as faixas de renda mais alta.

A queda na renda média das faixas inferiores e a estabilização na faixa intermediária podem ser explicadas em função do aumento do número de declarantes, com os novos contingentes caracterizados por um nível de renda ainda mais baixo; o aumento vertical no número de declarantes-contribuintes de renda mais elevada e o aumento considerável em seus rendimentos só pode ser compreendido em termos de aperfeiçoamento do sistema fiscal, que, contudo, ainda não deve ter chegado a um grau satisfatório em 70. Ou seja, o quadro ainda não é muito realista. Mas vejamos qual é este quadro.

Terços concentrados

Examinando o conjunto das declarações relativas ao ano de 70, verificamos que é possível dividi-las em três partes praticamente iguais, com totais próximos a 25 bilhões de cruzeiros. Das 8.151.494 declarações, 489.622, ou seja, 6,1%, apresentavam o montante de 24,6 bilhões de cruzeiros, com a média de cerca de Cr\$ 50 mil; neste grupo encontramos as pessoas que ganhavam mais de Cr\$ 2,5 milhões antigos por mês. É claro que também esta média é enganadora, pois apenas 22.494 pessoas concentravam quase 4 bilhões de cruzeiros, o que dá 150 mil por mês para cada uma, ou seja, três vezes o montante anual médio do grupo em seu conjunto.

No segundo grupo, teríamos uma faixa entre Cr\$ 1 milhão e Cr\$ 2,5 milhões antigos por mês: 1.640.758 declarações com uma renda global de Cr\$ 25,7 bilhões, com a média aproximada de Cr\$ 15,7 mil. Como grupo intermediário, este é também mais homogêneo que os dois outros, ainda que, obviamente, apresente diferenciações.

Finalmente, no terceiro grupo, temos as pessoas que ganhavam, em 1970, menos de cinco salários mínimos: 6.021.114 declarantes com uma renda global de Cr\$ 25,2 bilhões, ou Cr\$ 4,2 mil em média. A exemplo do primeiro, este grupo apresenta uma grande diferenciação. As pessoas

isentas que apresentaram declaração, 3.681.469, tiveram um rendimento global de Cr\$ 8.260.299 mil, menos de um terço do montante do grupo, com a média de apenas Cr\$ 184,00 cruzeiros por mês, ou o equivalente ao maior salário mínimo da época.

Em outras palavras, em números redondos, um terço da renda declarada era apropriada por 6% dos declarantes, o segundo terço ficava com menos de 20% dos declarantes e o terceiro era repartido entre quase 75% das pessoas que apresentaram declaração de renda. Por outro lado, de acordo com o Censo, os 5% de renda mais elevada apropriavam, em 70, 36% da renda, pouco menos que os 80% mais pobres, ao passo que os 15% intermediários ficavam com cerca de 27%.

Esta última comparação, aliás, indica que o grau de concentração real da renda brasileira seguramente é bem maior que o revelado pelo Censo de 70, que deve ter subestimado o peso ponderado das camadas de renda mais elevada. Com efeito, para que o grau de concentração fosse o mesmo ou apenas semelhante, seria necessário que as pessoas recenseadas e não declarantes se distribuissem não muito desigualmente entre as várias categorias de renda. Ora, isto é excluído pelo próprio Censo, que coloca a grande maioria dos brasileiros que dispõem de uma fonte de renda em níveis isentos de impostos, sendo que quase dois terços do total abaixo da média dos declarantes-isentos (os quase 3,7 milhões de declarantes com renda média de Cr\$ 184,00 por mês). E é mais do que óbvio que as pessoas que não declaram rendimentos ao Imposto de Renda são exatamente as mais pobres. Por outro lado, também é

óbvio que, quanto mais aumenta a base da pirâmide, tanto mais aumenta o grau de concentração.

Mesmo supondo que o Censo tenha subestimado também a renda das categorias inferiores (ou seja, as que não são cobertas pelos dados do Imposto de Renda), dificilmente isto viria a compensar a subestimação comprovada no que se refere ao ápice da pirâmide. De qualquer forma, esta parcela eventualmente subestimada teria que ser dividida por um numerador muito grande (mais de 20 milhões de pessoas), ao passo que no caso das categorias de renda mais elevada também o aumento é concentrado.

Não deixa, inclusive, de ser sintomático que a desproporção entre as rendas médias por categoria seja muito maior nos dados do Imposto de Renda do que nos do Censo. Para os contribuintes de renda inferior, a média cai de Cr\$ 280,00 para Cr\$ 184,00 quando passamos do Censo para o IR, ao passo que nas faixas mais ricas já citadas, a média sobe de menos de Cr\$ 2 para quase Cr\$ 3 milhões antigos mensais e de menos de Cr\$ 4 para Cr\$ 5,5 milhões antigos mensais.

Tudo leva a crer, portanto, que o grau de concentração revelado pelo Censo foi também subestimado, ainda que não se possam ter dados indicativos dos níveis de renda das categorias situadas abaixo do nível de isenção de imposto. Ao mesmo tempo, este aumento na concentração, ao contrário do que poderia parecer, não torna mais difícil explicar o paradoxo a que nos referimos anteriormente; pelo contrário, vemos agora o mercado em suas proporções reais. (Fausto Cupertino)

Tabela I

No Censo (que abrange 30 milhões de pessoas que tinham algum rendimento em 1970)

1) 40% da população tem	
9% da renda	
2) 10%	4,7%
3) 10%	6,3%
4) 10%	7,2%
5) 10%	9,6%
6) 10%	14,8%
7) 10%	48,3%

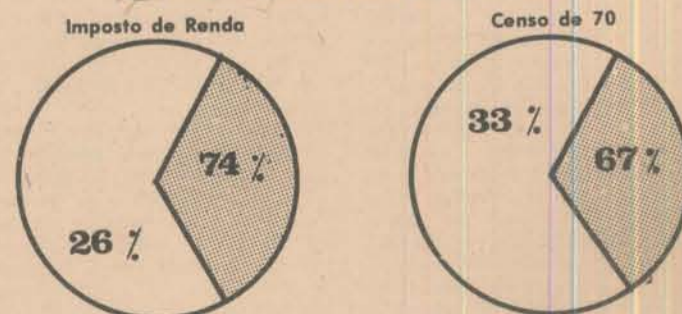
Tabela II

No Imposto de Renda (que engloba 8 milhões de pessoas físicas que fizeram declarações referentes a 1970)

1) 46% dos declarantes tem	11,0% da renda
2) 16%	11,0%
3) 12%	11,4%
4) 10%	12,6%
5) 10%	21,4%
6) 6%	32,6%

Na verdade, todo o "universo" das declarações do Imposto de Renda (8 milhões de declarações) deve estar contido nas três categorias de renda mais alta do Censo, que corresponde a grosso modo à parcela dos que fazem declarações ao IR. Basta comparar, então, o conjunto das declarações de renda com os três últimos grupos do Censo (grupos 5, 6 e 7 da tabela I). Neste último caso, o grupo 7, o mais rico, detém aproximadamente dois terços da renda, proporção que é apropriada pelos 26% mais ricos no caso do IR (grupos 4, 5 e 6 da tabela II). Ou, vice-versa, os dois terços mais pobres do ápice da pirâmide do Censo (grupos 5 e 6 da tabela I) ficam com um terço da renda, ao passo que para o IR esta parcela tem que ser dividida pelos grupos 1, 2 e 3 da tabela II, quase três quartos do total. Comparando-se a divisão dos "bolos" da riqueza feitos com essas partes correspondentes do Censo e do Imposto de Renda, vê-se que o "bolo" do IR revela uma maior concentração que o do Censo. O terço do "bolo" que corresponde aos mais pobres, em cinza no gráfico abaixo, tem que ser dividido por 74% do número total de pessoas no caso do IR, e por 68% no caso do Censo.

A DIVISÃO DO BOLO DA RIQUEZA



Não existe um conceito oficial da região chamada vale do Jaíba, situada entre os rios São Francisco e Verde, no noroeste de Minas, quase na divisa com a Bahia e a 700 quilômetros de Belo Horizonte. Segundo o conceito popular, o Jaíba corresponde a uma vasta região de mais de 1 milhão de hectares, formada por áreas dos municípios de Janaúba, Varzelândia, São João da Ponte, Monte Azul, Manga, Itacarambi e Capitão Enéas.

A densidade demográfica é muito baixa — calculada em três habitantes por quilômetro quadrado — se comparada com a média do Estado de Minas em 1970, que era de 20 habitantes por quilômetro quadrado. Não existem dados sobre a população total do vale do Jaíba, mas certamente ela não ultrapassa 100 mil pessoas.

O analfabetismo ali é quase total. Muitos lavradores não sabem sequer o seu próprio nome completo e até desconhecem inventos modernos, como o rádio e a televisão. Moram em geral na beira de rios, em pequeno casebres construídos com "enchimento de barro" — alguns paus formando uma espécie de parede e cobertos de barro. Alimentam-se de feijão e angu de milho e até hoje alguns ainda cozinham num instrumento que chamam de *treimpe* — três pedras grandes dispostas formando um triângulo, onde é colocado o caldeirão para esquentar.

Terras devolutas

Quando a Secretaria da Agricultura de Minas começou a mobilizar recursos e a convidar empresas para investir no vale do Jaíba, muita gente, em Belo Horizonte, duvidou do sucesso do empreendimento. Afinal, perguntavam, como atuar numa região habitada por camponeses, constantemente agitada por jagunços a mando de grileiros, e, além de tudo, com uma precipitação de chuvas inferior a 900 milímetros por ano e assim mesmo sem estação definida?

O fato é que o Jaíba apresentava um fator decisivo, que nenhum outro Estado do sul poderia oferecer às empresas privadas que buscavam sua expansão na agricultura: cerca de 240 mil hectares de terras devolutas e pertencentes ao Estado de Minas, que poderia dispor delas da forma e ao preço que lhe aprouvesse (1). E ainda: mão-de-obra farta, barata, e com um nível de aspiração muito baixo.

Nos últimos meses o ritmo do trabalho na área do Jaíba tem sido excepcionalmente intenso: tratores, máquinas e operários constroem estradas, pontes, derrubam matas inteiras e preparam a selva para o imenso quintal que o Estado, de mãos dadas com as novas empresas vindas de fora, pretende implantar.

O caminho escolhido para atrair empresários foi quase o mesmo que resultou no boom industrial que Minas atualmente atravessa. Num distrito agro-industrial, de 200 mil ha, o Estado está construindo toda a infra-estrutura capaz de sustentar a instalação de empresas rurais, estradas, energia elétrica, comunicações, etc. O problema da água foi resolvido a curto prazo com a perfuração de poços subterrâneos. Mas para o longo prazo já começaram as obras de construção de um sistema de irrigação que abrangerá cerca de 100 mil ha, e buscará água no rio São Francisco, a

(1) Em Minas Gerais existem, por exemplo, regiões tão ou mais atrasadas que o Jaíba, como o vale do Jequitinhonha, que talvez se prestasse melhor à expansão das atividades agrícolas, por suas características geográficas e climáticas. Entretanto, ao contrário da região do Jaíba, a maior parte das terras do Jequitinhonha é legalizada e não devoluta e lá o governo mineiro não teria um espaço para que a "mentalidade empresarial" pudesse ser transplantada de fora para dentro. Nesse caso, os planos teriam de incluir os tradicionais donos de terra locais, resistentes em geral às tentativas de modernização, porque a simples cessão de pequenas parcelas de terra a pequenos camponeses já lhes garante uma alta renda. Além disso, eles possuem as terras, mas não dispõem de capital e nem de tecnologia.

Agricultura Jaíba, o vale das empresas e dos pinhões

Desde que assumiu a pasta da Agricultura, o ministro Alysso Paulinelli tem insistido que o melhor caminho para se resolver o problema agrícola do país é o de levar à agricultura a mentalidade empresarial. Numa de suas últimas declarações, ele disse que "o governo vai procurar o aperfeiçoamento da empresa agrícola, buscando eliminar a chamada agricultura de subsistência, ineficiente e altamente improdutivo e, para que isso seja conseguido, tenciona estimular a vinda de recursos estrangeiros para fortalecer o empresário agrícola nacional".

Durante a época em que esteve à frente da Secretaria de Agricultura de Minas, uma das grandes iniciativas do atual ministro foi a elaboração e o início da execução do Projeto

50 quilômetros, através de um canal que terá 12 metros de largura e 3 de profundidade e é, segundo o governo de Minas, o "maior dessa natureza, em todo o país".

Dos dois objetivos do projeto, 1) a instalação de empresas privadas (que é o principal) e 2) o desenvolvimento de um programa especial de colonização visando a formação de pequenas propriedades, como atividade complementar aos grandes projetos, já se pode dizer que o primeiro vem obtendo certo sucesso.

Glebas de terras estão sendo vendidas pelo Estado por preços considerados generosos — de 100 a 200 por hectare (um hectare de terra na região custa em torno de mil cruzeiros). Até agora já foram vendidos 23 mil hectares para 11 empresas que aplicarão 63 milhões de cruzeiros na produção bovina de corte, de suínos, e no cultivo de algodão e soja. Outros 90 mil hectares já estão praticamente vendidos para a implantação de grandes projetos, envolvendo poderosos grupos como a Agrocere (vinculada ao International Basic Economic Corporation, do grupo Rockefeller), que investirá 1 milhão de dólares na produção de sementes selecionadas de hortaliças, grãos (Sorgo, milho e feijão) e de leguminosas para pastagens; o grupo Mironi, com investimentos de 45 milhões de cruzeiros, para produção de hortaliças, especialmente tomate; o grupo paulista Interpesca, que ocupará uma área de quase 10 mil ha, para cultura do cajueiro e pecuária de corte. O maior projeto a ser instalado no vale é do grupo Ometto, de São Paulo — um dos cinco maiores grupos açucareiros do país — que pretende implantar uma usina de açúcar. Numa primeira etapa ocupará 10 mil hectares e produzirá, a partir de 1976, cerca de 2,6 milhões de toneladas por ano. Na etapa seguinte, a área da usina será aumentada para 30 mil ha e a produção atingiria (em 1980) 10 milhões de toneladas anuais — mais que toda a produção brasileira atual de açúcar.

A colonização

Ao lado da implantação de empreendimentos agrícolas através de grandes empresas, está já em pleno andamento um programa especial de colonização que para Augusto Porto, supervisor regional da Ruralminas, órgão estadual encarregado de coordenar o projeto, se constitui num verdadeiro "socialismo avançado". A colonização começou no ano passado e as dificuldades apresentadas são consideradas imensas. Num lado da floresta foram rasgadas duas avenidas de 5 quilômetros e ao longo delas cada colono recebeu uma casa e um lote e 3 a 6 hectares para plantações pessoais (pagamento em 20 anos). Os colonos — cuidadosamente selecionados em cidades próximas ou nas redondezas — tiveram que atender a alguns requisitos básicos, como comportamento social, saúde e nível de conhecimento. Outra condição essencial foi a de pertencerem à cooperativa constituída em nome deles — a Sociedade Civil Rio Verde — administrada por um

Jaíba, que visa basicamente a instalação de modernas empresas agrícolas numa área de 200 mil hectares do vale do Jaíba, situado no norte de Minas, utilizando inclusive um moderno programa de irrigação, considerado o mais ambicioso do país. À primeira vista, o Projeto Jaíba se enquadra exatamente na política anunciada pelo ministro Paulinelli e poderia talvez ser tomado como um exemplo expressivo dessa política que poderá ser generalizada para todo o país.

Teodomiro Braga, correspondente de Opinião em Belo Horizonte, esteve na região do Jaíba, para conhecer o projeto, já em execução. Eis seu relato.

é o analfabetismo, e por isso não acredita na recuperação do homem do campo, mas dos seus filhos. Uma ou duas vezes por semana ele reúne os colonos para discutir os problemas da colonização. Numa dessas reuniões, que durou cerca de duas horas, todo o tempo foi usado por dona Clarisse, uma descendente de japoneses, de aproximadamente 30 anos. A cena fazia lembrar uma aula de grupo. Até mesmo as repreensões da supervisora eram como na escola: "Fulano, fique mais quieto"... "Mas o beltrano conversa como uma lavadeira".

"Olha gente", dizia Clarisse, "finalmente chegou um médico para cá. Mas não é para vocês procurarem; ele por qualquer dedinho machucado não, hem? Não vamos abusar, tá?"

Os colonos que sobreviveram à triagem e permaneceram no projeto, de modo geral, mostram-se bastante satisfeitos. João de Deus Gonçalves, um dos mais velhos, com experiência em vários tipos de colonização, diz que esta é a melhor que já viu. "Aqui tenho casa para morar, água com fatura, dentista, médico e escola para meus filhos, para mim e minha mulher. Os que chegaram no final do ano passado ainda não se acostumaram e alguns, como Ramiro Lopes dos Reis, dizem que "no momento só boa esperança". Ele veio de Itacarambi, onde durante a vida toda trabalhou no sistema de "arrendamento", no qual arava dois ou três anos numa faixa de terra cedida pelo dono da fazenda e depois de desmatar a área e plantar o "pasto" deixava-a para o dono que lhe arrendava outro pedaço de terra. Resolveu ser colono exatamente "para sair do carranco do fazendeiro. Aqui achei um modo civilizado, um negócio de lei, tudo documentado. Lá, se ele (o fazendeiro) quiser tomar tudo, basta só a conversa", diz Ramiro.

Atrás de um novo horizonte

Mas mesmo que sejam resolvidos os problemas e a colonização der certo, parece que ela repercutirá pouco na modificação da vida dos trabalhadores da região, devido ao reduzido número de colonos absorvidos pelo projeto. A modificação em grande escala que está ocorrendo não é a transformação do pequeno possuidor em colono, com sua posse regulamentada e assistência permanente. As empresas que se instalaram na região precisam é de braços e espontaneamente eles já começaram a aparecer, pois os posseiros que não conseguiram ser aproveitados como colonos pela Ruralminas e outros camponeses que chegaram à região atraídos pelo projeto Jaíba transformaram-se em novos e miseráveis trabalhadores rurais.

Ao lado do núcleo colonial, do outro lado da ponte sobre o rio Verde, apareceu uma cidade livre, o povoado de Novo Horizonte, que não estava formalmente prevista nos planos do Projeto Jaíba, mas que é uma consequência direta dele. Novo Horizonte é um amontoado de casas e casebres formados por lavradores vindos de cidades próximas ou de

outros Estados e que não conseguiram ser aproveitados como colonos pela Ruralminas. Em apenas dois anos, o povoado recebeu mais de 6 mil pessoas e a população continua crescendo num ritmo vertiginoso. As pensões estão superlotadas, há casos de três ou quatro famílias morando numa mesma casa e diariamente chegam dezenas de camponeses que abandonaram tudo em sua região e se dirigem para o Jaíba, que é anunciado como um novo Eldorado. Empregos não faltam. Alguns são aproveitados pela própria cooperativa que, face ao número reduzido de colonos (cerca de 140) para cultivar a chamada área coletiva, emprega também outros lavradores, pagando-lhes 10 cruzeiros por dia. O resto consegue emprego na grande fazenda Humberto Araújo — situada no vale do Jaíba, mas fora da área destinada ao distrito industrial — ou em algumas das empresas que estão se instalando no distrito.

Com isto, como está acontecendo praticamente em todo o norte de Minas, vai desaparecendo a tradicional figura do camponês, que tinha uma pequena propriedade, às vezes dentro da fazenda do patrão, onde cultivava a terra. A situação está mudando: agora chegou a era do *pinhão* (como chamam o que seria *peão*), versão mineira do *bóia-fria*, já tão comum em São Paulo e Paraná. Os *pinhões* moram em vilas e pequenos lugarejos ou mesmo em cidades um pouco maiores, onde são apanhados por caminhões e passam até 90 dias, longe da família, trabalhando na grande fazenda da empresa ou do patrão que não conhecem porque ele mora em Montes Claros, Belo Horizonte, Rio ou São Paulo.

Em Novo Horizonte, como as fazendas são relativamente perto, os *pinhões* vão e voltam todo o dia. Diariamente, bem cedo, caminhões das fazendas apanham o pessoal na cidade e à noite levam-nos de volta. A Ometto paga o salário mínimo regional (Cr\$312,00), enquanto o pagamento da Humberto Araújo oscila conforme a disponibilidade de mão-de-obra. Atualmente, como há certa escassez, paga 10 cruzeiros por dia, "livres", isto é, o empregado tem de levar a comida. Nas fazendas o trabalhador é mantido sob severa vigilância dos fiscais, para que produza o máximo possível.

Embora não falte emprego, a desilusão já é facilmente notada em muitos habitantes de Novo Horizonte — que não tem esgoto, água, luz nem médico. Ali surgiu um aspecto novo em todo meio rural do norte de Minas: a favela, com casas de papelão ou de compensado. Temístocles José da Silva, agora um desses favelados rurais, é um dos que se arrependem "milhares de vezes" por ter abandonado a roça para ir ao Jaíba. Ele vendeu as benfeitorias que tinha na roça (barraco, cerca, capim, etc.) por Cr\$ 2.800,00 (a terra era do Estado), mas não conseguiu ser colono da Ruralminas. Até o ano passado trabalhava na área coletiva da cooperativa. A partir deste ano, a cooperativa não o quis mais por causa da idade (45 anos). "Antes tinha uma vaca e um burro, agora estou sem a roça e sem nada, só a cela, porque eu não consegui vender" diz. "O jeito é apelar para um servícnio que sempre aparece enquanto não arrumo outra gleba para roçar". Ele também pretende trabalhar na fazenda Humberto Araújo, embora esteja um pouco precavido "porque fiquei sabendo que lá é dureza, o mensal é pouco, o fiscal fica no pé, gritando toda hora". Lufs Brito, ex-posseiro em Cachoeirinha e dono de um bar às margens do rio Verde, diz que a vida e as condições de trabalho dos *pinhões* são muito duras. "Se um grupo de *pinhão* tivé numa roda de noite contando suas desgraças e a gente botá um gravador escondido perto de um deles, gravar o que ele dissé, e depois ligar para ele mesmo ouvir, é capaz dele mesmo chorar e ficar revoltado com tanto sofrimento".

Apesar de muito movimentada, Novo Horizonte é uma cidade suja e triste. Não há ali a euforia que se poderia esperar de um povoado que recebeu mais de 6 mil pessoas em dois

continua na página 8

continuação da página 7

anos e todas atrás de trabalho que, afinal, se bem que não exatamente o desejado, apareceu para todo o mundo. O custo de vida em Novo Horizonte é altíssimo e o número de botecos impressionante. O Estado até agora não se preocupou com o povoado porque, segundo os técnicos da Ruralminas, ele está numa área fora do Projeto Jaíba. "Os colonos que trouxemos já nos dão bastante trabalho", disse ao jornal *O Estado de Minas* um funcionário da Ruralminas, talvez se esquecendo de que, mais que os poucos colonos, são os *pinhões* o produto autêntico do Projeto Jaíba.

Aumentando a produção

Os próprios organizadores do projeto não escondem que ele não foi feito para resolver prioritariamente os complexos problemas sociais da região, mas visando sobretudo resultados econômicos imediatos na produção agrícola, através da introdução de grandes empresas agrícolas. E os técnicos consideram que, havendo sucesso nessa parte, pouco a população das redondezas será indiretamente beneficiada. Como explica Ariosto da Silveira, assessor de imprensa da Ruralminas, "antes lá não tinha estrada nem luz e agora tem; portanto, aqueles pequenos fazendeiros e camponeses da região também se beneficiaram com a implantação do núcleo".

A experiência do Jaíba terá alguma influência na nova política do ministro da Agricultura, que tanto insiste na necessidade de se levar a "mentalidade empresarial ao campo", inclusive com a participação do capital estrangeiro? Ao que tudo indica, o Projeto Jaíba se caracteriza exatamente pela aplicação da linha que o atual ministro tem pregado. Além das empresas nacionais e estrangeiras que já foram para lá, em Jaíba, cidade situada no vale, já existe uma empresa criada pelo governo de Minas, com a participação da *trading* japonesa C. Itoh, que compra algodão, industrializa e depois o vende para o exterior — o que também se enquadra nas recentes declarações do ministro Alysso Paulinelli, de incentivar a participação das *trading* estrangeiras no campo.

Essa alternativa de incentivar a participação do capital externo na agricultura decorre do próprio caminho escolhido para a modernização do setor, que pressupõe um elevadíssimo investimento de capital para a formação rápida de grandes empresas agrícolas. O governo de Minas estima, por exemplo, que no vale do Jaíba, "considerando-se o custeio das obras de infra-estrutura e de implantação dos projetos previstos, em todo o distrito serão investidos, até 1980, 1 bilhão e 172 milhões de cruzeiros", ou seja, quase 200 milhões de dólares. A esse custo, a realização de muitos outros "projetos jaibas" seria praticamente inviável sem a participação do capital externo. Se aceitarmos os próprios dados oficiais, de que a poupança interna é de 20% do PNB — hoje estimado em torno dos 50 bilhões de dólares — então toda a poupança interna (10 bilhões de dólares) daria para financiar 50 projetos do tipo feito no Jaíba. É claro que isso é uma comparação simbólica, visando mostrar como o atual caminho escolhido para a modernização da agricultura exige muitos recursos (no distrito agro-industrial do Projeto Jaíba, por exemplo, o investimento médio por hectare se aproxima dos 6 mil cruzeiros). Uma parte apreciável deste investimento caberá ao governo, como também o demonstra o exemplo do Projeto Jaíba, onde o governo entrará, até 1976, com cerca de 330 milhões de cruzeiros. De acordo com o ministro Paulinelli, esse é o caminho que possibilita uma "resposta produtiva rápida", e se não resolve rapidamente os problemas sociais, resolve os econômicos. Assim, dentro de pouco tempo, o vale do Jaíba deverá estar contribuindo para a produção brasileira de algodão, soja e outros gêneros, sobretudo de exportação, terá a maior usina de açúcar do país e uma produção de animais que chegará a 33 mil cabeças por ano.

Pela primeira vez depois da sublevação das tropas de Caldas da Rainha, o presidente do Conselho de Portugal comentou publicamente o descontentamento de vários setores da vida pública. Também reafirmou a oportunidade sua firme decisão de manter as colônias africanas enquanto permanecer no poder. Entretanto, Portugal mostra nos últimos tempos nitidos sinais de que está se inclinando no sentido de efetuar mudanças substanciais em todos os setores, desde a educação até a política colonial.

Desde o início do século, dois milhões de portugueses, quase 22% da população atual, abandonaram o território metropolitano de Portugal em busca de melhores perspectivas. A imigração talvez seja o sintoma mais claro, talvez mais que as anacrônicas guerras coloniais, de que Portugal começou muito tardiamente sua integração no mundo contemporâneo.

É certo que tenha diminuído nos últimos anos o fluxo migratório, mas não que a causa disso tenha sido alguma melhoria substancial na oferta de oportunidade para que o português se fixe na metrópole, e sim porque os países europeus que recebiam operários portugueses na categoria de mão-de-obra não qualificada passaram a fazer maiores exigências em consequência da depressão econômica. Em 1971, Lisboa e Paris assinaram um tratado limitando a imigração a 65 mil operários por ano mas calcula-se que 59% da imigração se faz clandestinamente.

As restrições à imigração e as dificuldades por que têm de passar os portugueses em uma terra estranha, onde frequentemente são discriminados e onde vivem geralmente com baixos salários, não apaga no entanto o sonho por dias melhores.

A evasão é ainda agravada pelas baixas taxas de natalidade em Portugal. Enquanto no período 1925/29 a taxa de nascimento era de 31,7 por mil habitantes, atualmente ela se situa em torno de 18 mil. Sendo as taxas de mortalidade infantil as mais altas do continente, o crescimento real, descontando as mortes, está em 0,8% ao ano, numa população em que a metade está na faixa etária acima de 30 anos.

Entretanto a densidade populacional ainda é média (104 habitantes/km²) e de alguma forma os imigrantes contribuem para a economia nacional remetendo parte de seus salários para suas famílias.

As razões das imigrações são múltiplas. Desde a guerra colonial, que parte da juventude evita, até a procura de melhores salários nos países industrializados e a diminuição progressiva da renda. (Em 1968, 47% da renda nacional revertia aos trabalhadores; em 1971 a porção diminui para 46,5%. No período entre 1953 e 1959 os salários médios da indústria de transformação aumentaram de 4,5% enquanto a produtividade aumentava de 6,6%.

Além disso, a inflação, segundo a OCDE (Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico), gira em torno de 21%. As perspectivas de aperfeiçoamento educacional são precárias e só recentemente o sistema educacional deu mostras de modernização com o ministro da Educação, o professor Veiga Simão, considerado um simpático das idéias liberais e amigo do general Spínola. Veiga Simão de certa forma foi mais precavido que Spínola, ao tornar públicas suas idéias liberais, o que não impediu que sofresse acirradas críticas aos seus planos.

De certa forma, os planos educacionais de Veiga Simão vêm completar a proposta do general Spínola de conceder uma relativa autonomia às colônias africanas e liberalizar a economia. Nos planos de "decolagem" de Portugal para o futuro não está incluída apenas a solução política para o problema das guerras coloniais, que absorvem 42% do orçamento (8% do PNB). Pagar as guerras por algum tempo mais não afetaria tão drasticamente a economia. O maior problema é que a ala política que insiste em manter a guerra é também a que mantém uma orientação econômica herdada de Salazar. O falecido presidente português saneou e estabilizou a economia portuguesa durante seus 30 anos de mando, gerando uma moeda extremamente estável, uma taxa de expansão da economia entre 6 e 7% ao ano (entre 1964 e 69 a média foi de 6,3% ao ano; em 1971 reduziu-se a 5%) e uma reserva monetária extremamente alta: quase 2 bilhões de dólares. (O Brasil tem 6,4 bilhões de dólares de reserva, a sexta maior do mundo. Para um país do tamanho de Portugal, 2 bilhões de dólares de reservas é uma situação excepcional.) A poupança recolhida pelos bancos atinge a 20% do produto nacional, mas falta à economia o dinamismo. Essa situação de economia saneada mas sem dinamismo é um legado de Salazar, que adotou medidas protecionistas e excessivamente paternalistas com o capital nacional. Só recentemente o país foi aberto ao capital estrangeiro e as grandes firmas só agora começam a conhecer verdadeiramente uma expansão capitalista.

Até que a indústria — que cresce à taxa de 10% ao ano — possa atingir um verdadeiro dinamismo, muitos problemas precisam ser resolvidos. A falta de mão-de-obra perdida para a imigração, a escassez de investimentos, os gastos com a defesa (42% do orçamento nacional) e a estagnação na agricultura, onde predomina o minifúndio, e o país é pouco urbanizado (apenas 22,7% dos habitantes vivem nas grandes cidades). A situação da indústria é de quase predomínio do artesanato — 72,5% das fábricas ocupam até quatro operários, apenas. Uma grande parte das indústrias deverá sofrer grandemente com a integração de Portugal no Mercado Comum Europeu (MCE). Desde 1972, quando Portugal

assinou um tratado ligando-se ao MCE, já se sabe que por volta de 1977 as pequenas fábricas perderão as proteções tarifárias e não poderão concorrer com os produtos manufaturados da Europa. É para deixar essa indolência herdada do salazarismo — que o empresariado qualifica de "lentocracia" — que as grandes indústrias dão mostras de apoiar as teses do general Spínola. Portugal parece estar próximo de recolher os frutos acumulados com o protecionismo salazarista, transformando a economia estável em dinâmica. Segundo o jornal *Sunday Times*, Spínola conta com o apoio das duas maiores empresas portuguesas: a CUF (Companhia União Fabril) e o Grupo Champalimaud. A CUF é um conglomerado de mais de 100 empresas e que retém 10% de todo capital incorporado em Portugal, controlando quase totalmente a economia da Guiné-Bissau, onde o general Spínola foi governador, sob as boas graças da companhia. Agora a CUF está profundamente preocupada com a inabilidade de Portugal investir na escala requerida com as mudanças no MCE. É aqui que vem a calhar os planos de modernização política e educacional de Spínola e Veiga Simão. A segunda maior empresa, o grupo Champalimaud, tem também íntimos vínculos com Spínola. Foi ele quem obteve a licença governamental para essa companhia operar nos projetos nacionais de siderúrgicas, e ele próprio participou da diretoria da companhia de aços por alguns anos. Não se trata mais portanto de uma "guerra de livros" iniciada com a publicação da obra de Spínola — *Portugal e o Futuro*.

Ensino: aproximando-se da Europa

Enquanto a atenção em Portugal está focalizada no frágil equilíbrio político que envolve as atitudes do governo em relação à África, uma grande mas pouco notada reforma promete produzir um impacto radical dentro de Portugal. O sistema educacional do país está sofrendo uma revolução para substituir um sistema elitista antiquado por outro que fornecerá educação básica para todos, e educação superior para o triplo dos estudantes de hoje em dia.

O novo plano educacional de seis anos, que teve início no dia 1.º de janeiro, reformulará o sistema educacional de Portugal desde o jardim de infância até a pós-graduação universitária de maneira semelhante a o que fez na Inglaterra o Ato Educacional de Butler de 1944. A característica principal do plano é a educação compulsória para todos os portugueses de 6 a 15 anos de idade. Isto pode não parecer muito revolucionário para o resto da Europa, mas há apenas 10 anos o mínimo legal para Portugal era quatro anos de

escolaridade.

Um dos aspectos mais controversos do plano é a expansão da educação superior, que duplicará o número de universidades de quatro para oito e fará surgir mais 10 escolas de treinamento de professores e 11 escolas politécnicas.

Até o fim desta década, à medida em que estará sendo modificado o aspecto da África Portuguesa, também estará surgindo uma nova classe instruída num dos países mais pobres da Europa.

As implicações políticas do que em grande parte são crenças do próprio professor Simão assustaram seus críticos de extrema-direita dentro e fora do governo a tal ponto que por um momento sua demissão pareceu fato consumado.

O professor Simão, de 44 anos, tornou-se acadêmico em Portugal depois de estudar física em Cambridge. Ele é considerado o único verdadeiro liberal no Gabinete de Caetano e é o único membro que não pertence ao Partido Nacional de Ação Popular governista. Ele é mais um tecnocrata do que um político e foi indicado para o Ministério da Educação em 1971, saindo da relativa obscuridade do cargo de reitor que ocupava há oito anos na Universidade de Lourenço Marques.

Com poucos amigos políticos para protegê-lo no governo, o ministro passou um mau bocado, principalmente com a extrema-direita, quando os deputados na Assembleia Nacional tentaram cortar sua ementa educacional em 1972. Os pontos principais do programa sobreviveram e o esfuizante professor Simão, que uma vez quase chegou a renunciar e só foi dissuadido pela intervenção pessoal do primeiro-ministro.

Ele também saiu triunfante da eleição para renovação do governo em novembro passado, quando o rígido salazarista Antonio Rapazote, ministro do Interior, foi desempossado. Rapazote tinha sido o crítico mais feroz do professor, e com sua saída terminaram as especulações de que a reforma educacional estaria seriamente comprometida ou violentada. A crítica primitiva feita por Rapazote provavelmente continuará baseada na equação de Neanderthal de que os estudantes representam subversão e portanto quatro universidades representam quatro vezes mais subversão.

O prestígio político do professor Simão origina-se em grande parte da atenção dos direitistas, cujas hostilidades levaram Caetano a defender publicamente seu ministro da Educação.

O apoio do primeiro-ministro certamente ajudou seu ministro da Educação a conseguir os fundos necessários para seu plano educacional — 30 mil milhões — para os custos de capital e gerais durante o período de seis anos. Isto é uma soma colossal para um país pobre que gasta anualmente 45 por cento de seu orçamento em despesas militares com as guerras da África.

Cabinda: o petróleo na colônia

Cabinda, um pequeno território de densas florestas que fica entre as Repúblicas do Congo e do Zaire, tem influído na disposição de Portugal em continuar sua guerra na África, especialmente depois do boicote árabe. O território produziu 8 milhões de toneladas de óleo cru no ano passado, mais do que o consumo total de Portugal. A maior parte foi para o Canadá, Estados Unidos e Japão, sendo Portugal o quarto na lista de clientes. Isto porque o petróleo de Cabinda tem alto conteúdo de cera e enxofre que não é adequado para as refinarias portuguesas.

A concessão petrolífera está nas

mãos da Cabinda Gulf Oil, uma subsidiária da United States Gulf Oil Company, que cobra nas águas pouco profundas do litoral de Cabinda desde 1957. O contrato da Gulf Oil estipula que Portugal tem direito a metade do petróleo produzido ou 100% em caso de emergência. Quando a cooperação portuguesa com o transporte aéreo americano para Israel ocasionou o boicote árabe, Lisboa e Washington chegaram a um acordo.

Acontece que a maior parte do petróleo conseguido atualmente por Portugal é "escorado" do Oriente Médio apesar do embargo, mas Cabinda continua sendo vital,

especialmente uma vez que as mobilizações militares na África exigem grandes quantidades de petróleo.

A Gulf Oil Company agora está aumentando a produção dos campos fora do litoral numa escala que está calculada para atingir 300 milhões de toneladas de petróleo. Estão sendo construídas instalações portuárias e vias de transporte para possibilitar uma futura expansão. Os executivos da Gulf sempre foram cuidadosos quanto à reação africana face a este desenvolvimento e não apenas porque instalações, como um complexo de

tanques petrolíferos a 16 quilômetros de Cabinda, são vulneráveis à sabotagem.

A Gulf tem interesses ainda maiores na Nigéria do que em Cabinda e a companhia está bem consciente de que um relatório secreto foi apresentado na conferência da Organização pela Unidade Africana em junho de 1962, exigindo que a Gulf escolhesse entre Angola e Nigéria.

Agora, poucos observadores ainda têm dúvidas que em pouco tempo o peso dos movimentos guerrilheiros angolanos será voltado contra Cabinda.

Nixon/Kissinger Os usos da briga com a Europa

Em suas negociações com a Rússia, o Vietnã e o Oriente Médio, o dr. Kissinger deu uma nova dimensão à ambiguidade. Nunca se esclareceu o que ele pretendia. E quando o conseguiu, nunca ficou bem claro o que era. Nas últimas semanas ele e o presidente Nixon conseguiram até mesmo dar início à disputa mais séria e mais pública entre a América e a Europa Ocidental e até agora ninguém pode dizer com certeza de que se trata.

Tudo o que se pode fazer atualmente é esclarecer algumas concepções errôneas, explicar algumas singularidades. A primeira concepção errônea é de que tudo não passou de um acaso. Kissinger pode ter sido indiscreto, ou o presidente pode ter aberto campo para um clima de ressentimento. Kissinger é extremamente discreto. Em vários contextos ele tem reclamado dos europeus de maneira vaga e não há a menor dúvida de que durante todos esses meses ele desejou que suas reclamações fossem passadas adiante. As afirmações que fez para um grupo de mais de 200 esposas de congressistas, há algumas semanas, foram publicamente registradas, e mais tarde ele fez saber que estava terrivelmente chateado e não sabia que havia jornalistas presentes na ocasião. Isso é coerente com o conceito nixoniano de que "tudo pode ser negado" mas simplesmente não merece crédito. Se alguém deseja manter segredo de alguma coisa, nunca confiará em 200 esposas de congressistas.

Nessa ocasião a acusação foi simplesmente autoconfiança européia, combinada com uma modesta observação de que todos os governos

europeus desde 1918 têm sido de certa forma ilegítimos. Depois o presidente falou mais claramente num ataque em conjunto dos europeus contra os Estados Unidos, e ameaçou remover as tropas americanas da Europa. Outras sanções, econômicas, comerciais, políticas, estavam implícitas. Essa foi a última atitude para mostrar, através de revelações cuidadosamente preparadas, que Nixon e Kissinger estão cheios dos europeus e querem que eles saibam disso.

Embora deliberadas, suas declarações também são estranhas. Há muitos anos que se sabe que o povo e o Congresso americanos são contra o grande número de soldados americanos que estão na Europa, e que essas objeções só foram superadas através de esforços constantes por parte da Administração. Neste particular Nixon trabalhou tanto quanto Johnson.

O esforço teve sucesso, mesmo que os argumentos utilizados para manter as tropas tenham algumas vezes sido irrealistas. Se a base da argumentação tivesse sido o próprio interesse americano (como é de fato) nesse caso poucas pessoas teriam achado que as tropas estavam lá como uma espécie de favor à Europa. Mas uma vez que o presidente sugere que elas devem ser retiradas, então o preconceito popular pode tornar-se facilmente irresistível — algo que até Nixon, agora, parece reconhecer.

No entanto é exatamente isso que torna suas originais afirmações tão estranhas. Ele não pode seriamente desejar enfraquecer um Exército que simboliza a OTAN, e que já é considerado perigosamente fraco por seus conselheiros mais próximos. Ele

não pode querer abrir brechas na linha de frente de defesa contra os russos quando acaba de propor o maior orçamento militar para épocas de paz jamais propostos, por causa da nova atitude "agressiva" da União Soviética.

Se isto é estranho, não é mais estranho do que a sugestão de Kissinger de que os governos da Europa Ocidental são ilegítimos. Eles podem sofrer de fraqueza crônica (como na Itália) ou fraqueza temporária (como na Grã-Bretanha) mas são perfeitamente legítimos. Se existem dois governos que ocupam posição central no atual conflito que podem ser considerados ilegítimos num sentido democrático: os governos da URSS e o dos Estados Unidos.

Sem querer dar uma razão muito freudiana para a atitude de Kissinger, digamos que ele e Nixon têm uma preferência pela eficiência sobre a legitimidade. Kissinger conhece muito bem a história da Europa para afirmar que os governos europeus são ilegítimos: o que ele quer dizer é que eles não são eficientes, e isto é confirmado pelos acontecimentos dos últimos seis meses.

Em fevereiro, oito dos nove países do MCE concordaram com os Estados Unidos em que deveria haver uma abordagem comum em relação aos países produtores de petróleo; em março o MCE inteiro decide fazer suas próprias aproximações para com os árabes. Num momento a Europa Ocidental reclama não ter sido consultada pelos Estados Unidos; no momento seguinte ela apresenta seus próprios fatos consumados aos Estados Unidos.

Nada do que os países da Europa

Ocidental fizeram desde o outono passado alterou a situação verdadeira. Enquanto isso os Estados Unidos conseguiram que os países do Oriente Médio parassem de lutar, se retirassem das posições conquistadas, iniciassem conversações e suspendessem o embargo de petróleo. As advertências, européias, que poderiam ter sucesso se fossem feitas pela América (sendo ela econômica e militarmente mais poderosa), foram pelo menos parcialmente ignoradas; sinceros oferecimentos de operação em conjunto perderam-se em comitês suspeitosos.

Tudo isto teria sido suficiente para causar muita irritação em Nixon e Kissinger, mas não para provocar as recentes explosões. Afinal, nem a passiva não-cooperação, digamos, dos britânicos, nem a ativa oposição não construtiva dos franceses dificultaram seriamente a política americana desde a guerra do Oriente Médio. De acordo com o que se sabe, deve haver alguma outra razão para as atuais divergências. Na verdade há duas outras razões.

A primeira implica em séria deterioração da *détente* do presidente Nixon com a União Soviética. O embaixador soviético em Washington, Dorynin retornou à América depois de ficar cinco dias em Moscou, e tem-se especulado muito que ele teria sido retido por tanto tempo no Kremlin a fim de participar numa reapreciação da política soviética em relação à América, especificamente por causa da incerteza que cerca o futuro de Nixon. Diplomatas da Europa Ocidental em Washington tem expressado seu temo de que o Kremlin tenha finalmente

reconhecido o significado a longo prazo de Watergate — isto é, que o presidente Nixon logo será ou removido do cargo ou perderá grande parte de seu poder — e que portanto aumentará a pressão sobre o Ocidente onde for possível. Para contrariar isto, Nixon e Kissinger têm que forçar os europeus a agir com firmeza e em conjunto o mais cedo possível.

A segunda está mais diretamente relacionada a Watergate, e novamente levanta a tão denunciada questão de que a política externa americana é ditada por uma necessidade passageira do presidente de aumentar sua popularidade internamente. De acordo com esta teoria agora Nixon sabe que só tem uma chance de permanecer no cargo, a de construir uma base segura entre os senadores conservadores (principalmente os sulistas) de maneira a que uma tentativa de *impeachment* termine em absolvição.

Esta base pode ser criada através da refomada da iniciativa e no clima atual o único lugar onde o presidente Nixon pode retomá-la é no exterior. Repreender os estrangeiros é uma tática útil, principalmente se eles são franceses. É de se esperar uma linha dura generalizada. Pode não ter sido por acaso que o presidente Nixon defendeu com firmeza — e o Senado acabou de aprovar — a restauração da pena de morte. Ao acusar os europeus de estarem preparando um ataque em conjunto contra os Estados Unidos, ele pode na verdade estar advertindo o Senado para não atacá-lo. (John Graham, New Statesman)

NOTAS

Comunistas espanhóis: ameaça à hegemonia

Alguns dos aliados europeus do Kremlin estão se tornando tão ameaçadores quanto os dos Estados Unidos. Eles insistem, para citar o PC espanhol, em desenvolver uma "alternativa verdadeiramente européia" que evitaria "a hegemonia de qualquer grande potência" — quer dizer, tanto da URSS quanto dos EUA.

Moscou argumenta que esta proposta está "impregnada de nacionalismo". Ao rejeitá-la, Moscou está se referindo aos grandes partidos comunistas da Itália, da França e da Espanha, uma vez que os três têm o mesmo ponto de vista em relação ao assunto. A Europa idealizada pela proposta, comenta ferozmente o jornal *Party Life*, de Moscou, "não teria quaisquer vínculos com a comunidade socialista de nações que existe hoje" — o que é equivalente a Kissinger dizer aos franceses que a Europa imaginada por eles não teria nenhum vínculo real com os Estados Unidos.

Os comunistas europeus sempre consideram a idéia de uma aliança que uniria futuros governos de coalizão da França, Itália e Espanha, cada um com uma importante participação comunista que refletiria seu poder eleitoral. Porém, como observam os comunistas espanhóis, o Kremlin evidentemente preferiria negociar com uma Europa capitalista do que com uma Europa de orientação esquerdista, que pudesse ameaçá-lo no seu próprio campo ideológico, como faz a China.

O jornal *Nuestra Bandera*, do Partido Comunista espanhol, a que Moscou está se referindo, cita um estudo sobre o futuro da Europa, realizado por um dos ideólogos do Kremlin. Este estudo examina três

possíveis variantes do futuro europeu, "mas nenhuma delas", comenta *Nuestra Bandera*, "inclui a possibilidade de alguma mudança de natureza socialista".

Portanto, ele conclui que Moscou não está interessada em ver o socialismo na Europa e preparar-se para impedir seu surgimento, em troca de grandes negócios com capitalistas do Ocidente que "substituiriam o sistema de trunfos nucleares por um sistema de trunfos econômicos". Os acordos econômicos da URSS com o Ocidente, explica este estudo, "dá às grandes corporações do mundo capitalista uma garantia contra o socialismo, além de trunfos".

Mas como a União Soviética pode evitar o socialismo na Europa? Impondo aos comunistas europeus o modelo soviético de socialismo, que é tão indesejável para as nações européias que elas nunca votariam em partidos que o endossassem. A "eliminação" da democracia na União Soviética, de acordo com o Partido Comunista espanhol, criou uma situação em que "um pequeno grupo de líderes" toma as decisões políticas básicas, enquanto que o papel dos trabalhadores tem sido "reduzido, limitado e confinado a áreas secundárias".

A estrutura do Estado Soviético, continua o Partido, está sendo "burocratizada". A nova imagem do secretário do Partido, Leonid Brejnev, de "único líder", é descrita pelo Partido Comunista espanhol como "perigosa" e encarada por outros comunistas como uma regressão à prática stalinista.

Os comunistas espanhóis estão empenhados numa luta antiga, que já foi tentada pelos italianos e pelos franceses, sem muito sucesso. Não é fácil angariar votos e popularidade simplesmente dissociando o Partido do modelo soviético. Mas agora eles estão trabalhando em seu próprio modelo europeu que, provavelmente, trará mais preocupações para o Kremlin do que todas as observações feitas pela periferia.

O novo modelo forneceria uma "imagem-padrão do que poderia ser o

socialismo nesta parte do mundo". Ele certamente teria que incluir todos os princípios, práticas e garantias democráticos sem os quais nenhum partido de esquerda poderia conquistar o poder na Europa.

Isto poderia significar uma ameaça tão grande para o Kremlin quanto foi a tentativa de se estabelecer o "socialismo de aspecto humanista" na Tchecoslováquia — e pela mesma razão. Demonstrar que os próprios comunistas rejeitam o modelo soviético quando não estão pressionados pela polícia e pelos tanques soviéticos. Dentro da União Soviética, daria aos comunistas que criticam o Kremlin uma base ideológica para lutarem pela reforma do sistema.

Na falta de qualquer processo democrático, a exigência de poder, feita pelos líderes soviéticos, está baseada na argumentação de que eles representam a verdadeira crença comunista, e de que a democracia, no consenso geral, deve ser suspensa para que se "construa o comunismo" da maneira mais rápida possível. Mas a "legitimidade" do Kremlin como um governo autoperpetuador não pode ser mantida se o movimento comunista mundial — do qual a União Soviética é apenas uma parte — desafia sua interpretação da crença, seu modelo de comunismo e seu direito de ditar ordens aos outros partidos. Se o Kremlin não possui mais o espírito messiânico marxista de revolução mundial — como dizem o partido espanhol e outros — neste caso, sua reivindicação de exercício do poder sem eleições democráticas, em nome da Revolução, fica invalidada mesmo dentro de seu próprio campo de referência. Se os outros partidos podem estabelecer o princípio de que o Kremlin não é nem infalível nem merece a obediência automática de comunistas estrangeiros, por que os comunistas soviéticos não estariam autorizados a desafiá-lo da mesma maneira?

Sempre que o Kremlin afrouxou o controle da liberdade de pensamento, surgiram imediatamente reformistas questionando a autoridade de um grupo imutável de funcionários do

partido de dirigir o país. Argumentou-se repetidas vezes que "o secretário do partido estava desprotegido". Mas em todas elas as vozes eram caladas.

O Kremlin está fazendo todo o possível para assegurar que a *détente* nas relações com o Ocidente não leve ao relaxamento ideológico interno. Mas cada endurecimento dos mecanismos dentro da União Soviética, cada golpe contra um Soljenitsyn ou um Sakharov torna mais necessário do que nunca que os partidos comunistas do Ocidente desafiem o Kremlin com um programa democrático.

Quanto mais eles se aproximam da criação de um governo europeu maior — e suas chances estão sempre aumentando — maior a ameaça que representam para o Kremlin. (Vitor Zorza, The Guardian)

Inglaterra Chile: sem complacência

A Grã-Bretanha interrompeu seu programa de ajuda ao Chile (equivalente a 1 milhão de dólares) no último dia 27 de março e anunciou que não negociará nenhuma venda de armas com este país. As iniciativas, destinadas a demonstrar a insatisfação do novo governo trabalhista com a junta liderada pelo general Augusto Pinochet, foram comunicadas à Casa dos Comuns pelo secretário do Exterior James Callaghan.

Callaghan disse que pretendia "rever com urgência" uma negociação em que a Grã-Bretanha se propõe a construir uma fragata e dois submarinos para o Chile. Todavia, a preocupação do governo em não causar desemprego nos estaleiros pode deixar que este contrato, originalmente no valor de 120 milhões de dólares, seja realizado.

Nas fileiras do Labour existe muito descontentamento com as calorosas

relações que existiam entre a Grã-Bretanha e certos governos na época de Edward Heath. O primeiro-ministro Harold Wilson está resolvido a modificar tudo isto e na primeira semana de governo cancelou viagens "bem intencionadas" de navios para o Chile e a Grécia. Isto foi publicamente louvado por George Mavros, uma figura de liderança da oposição de Atenas, que foi imediatamente exilado pelo novo governo militar do país.

A Grã-Bretanha tem fornecido anualmente cerca de 950 mil dólares para o Chile em assistência técnica, grande parte do que para sustentar estudantes chilenos na Grã-Bretanha, e outros 100 mil dólares em empréstimos facilitados. Agora isto terminou, embora os estudantes que já estão na Inglaterra devam receber permissão para terminar seus cursos.

Além disso, Callaghan declarou que o Gabinete Civil (Home Office) deverá "considerar com simpatia" os pedidos de asilo de refugiados chilenos. Poucos meses atrás, o governo Heath afastou sete estudantes. Quatro deles apelaram para as Cortes e três retiraram-se para a Noruega.

O embaixador da Grã-Bretanha no Chile, Reginald L. Seconde, foi violentamente criticado pelos liberais e esquerdistas por ter-se recusado a dar asilo a chilenos que fugiam das tropas de Pinochet. O destino do embaixador esteve em perigo, mas Callaghan defendeu-o.

O ministro do Exterior explicou que Seconde estava seguindo instruções, e que agora elas foram modificadas. Callaghan disse que Seconde tinha recebido ordem de protestar à junta pelo tratamento que era dado a prisioneiros políticos.

Na verdade, os oficiais dizem que seria difícil se dar asilo agora porque a junta de Santiago informou que não dará salvo-conduto àqueles que fugiram para embaixadas.

Militantes esquerdistas do Labour mostraram-se insatisfeitos com a recusa de Callaghan em prometer que cancelaria o atual pedido de três navios. Todos devem estar prontos até

EUA/URSS

Uma difícil "abertura"

Michel Tatu

útil, levando-se em conta o fato de que um mesmo míssil poderá levar mais longe uma carga mais leve, ou menos longe uma carga mais pesada.) Neste campo, os enormes foguetes soviéticos, tais como o SS-9 ou seu sucessor, o SS-X-18, garantem à URSS ampla margem de superioridade sobre os Estados Unidos;

c) O número de cargas nucleares que podem ser dirigidas por seus atuais lançadores sobre objetivos inimigos. Neste caso os Estados Unidos têm uma decisiva superioridade, graças aos foguetes MIRV de ogivas múltiplas independentemente orientadas, que instalaram há quatro anos em terra e no mar. Eles podem atingir hoje em dia cerca de 7 mil objetivos soviéticos, enquanto que a URSS, que só testou seus primeiros MIRV no ano passado e certamente não os "desenvolverá" antes de 1975 ou 1976, no momento só tem tantas cargas quanto lançadores: 2.400;

d) A megatonagem, ou o equivalente em toneladas de TNT (trinitrotolueno) da potência explosiva das cargas nucleares transportáveis, só é mencionada aqui de passagem, pois não é mais tidá pelos especialistas como um critério válido: no momento em que cada lado procura cada vez mais dotar-se de uma capacidade de "antiforça", especialmente para poder atingir os depósitos do adversário, a precisão de uma arma conta muito mais do que a potência de sua carga. Ora, se os soviéticos, graças a seus grandes foguetes, dispõem de uma megatonagem muito maior, estão atrás dos americanos no campo da precisão. Na verdade, são sobretudo os critérios b e c que são discutidos hoje

em dia nos Estados Unidos, num sentido que o professor Doty, citado pelo *Time*, resumia desta forma: "Um falção diz *throw weight*, um pombo diz ogivas nucleares". O senador Jackson, campeão dos "rígidos", exigiu que o próximo acordo SALT fixasse uma igualdade dos dois arsenais ao mesmo tempo para o número de lançadores e para o *throw weight*: o que suporia uma profunda transformação da estrutura de forças soviéticas porque, de acordo com o senador, os 300 SS-9 têm tanto *throw weight* quanto os 100 Minuteman americanos. Schlesinger, secretário de Defesa americano, também é partidário de uma limitação do *throw weight*.

2. A limitação dos MIRV também está na ordem do dia, já que, ao que parece, os soviéticos fizeram no ano passado uma proposta em relação a isto, cujos detalhes não foram revelados. Os americanos têm interesse no assunto porque, se os soviéticos utilizarem o MIRV de maneira ilimitada em todos os mísseis que lhes foram permitidos pelo acordo de 1972, poderão instalar, levando em conta seu *throw weight*, um número muito mais importante de ogivas nucleares, conquistando uma superioridade "em todas as categorias" sobre seu rival. No entanto, por ter introduzido os primeiros e, de forma ampla, aperfeiçoado seu arsenal, os Estados Unidos tornaram muito mais difícil sua limitação. Como não se trata de organizar um controle local (segundo

os "princípios de base" das futuras negociações SALT, assinadas a 21 de junho último em Washington, só está previsto o controle "por medidas nacionais"), não existe nenhum meio de saber quantas ogivas cabem num cone de foguete. Seria mais eficaz interromper os testes, mas não vemos como os soviéticos renunciariam a um direito que os Estados Unidos exerceram livremente durante uns seis anos.

3) O problema dos "sistemas avançados" americanos (bases situadas fora dos Estados Unidos e de onde poderia partir um ataque nuclear contra o território soviético) não é muito discutido em Washington, mas nada leva a crer, por enquanto, que o Kremlin renunciou, neste campo, às reivindicações muito extensas já expostas anteriormente. O embaraço das autoridades americanas sobre o assunto é muito compreensível: os europeus, que já levantaram críticas a uma redução do contingente de soldados americanos fixado em seus territórios, se mostram ainda menos interessados em ouvir falar de uma diminuição da presença nuclear americana, que seria logo interpretada como capaz de acarretar um novo enfraquecimento da "credibilidade" da "proteção nuclear americana à Europa".

É certo que não está em questão o arsenal nuclear autenticamente "tático" — ou seja, utilizável somente em pequena capacidade: os soviéticos só estão interessados naquilo que pode atingir seu território, sobretudo os aviões F-4 e F-111 com base na Alemanha, na Grã-Bretanha e a bordo dos porta-aviões no Mediterrâneo, bem

como nas bases de submarinos lança-foguetes de Holy Loch, na Escócia, e de Rota, na Espanha.

E também verdade que este arsenal ganhará novo sentido se os americanos vierem a desenvolver o que se chama os *mininukes*, microcargas da ordem de 1 quiloton (20 vezes menos que a bomba de Hiroshima), capazes de intervir como uma arma "comum" no palco de operações. Todavia, por enquanto, a evolução parece antes manifestar-se no sentido de se levar em consideração as exigências soviéticas de liquidação dos "sistemas avançados".

Estas questões ainda são discutidas reservadamente nos Estados Unidos e na Europa, ainda que alguns especialistas não hesitem em colocar em dúvida a utilização de alguns sistemas avançados, tais como os aviões F-4 e F-111. Mas sua "imensa complexidade", de que Kissinger falou há alguns dias, explica a lentidão das negociações, que vem da divergência entre os círculos dirigentes. Observamos que Brejnev julgou necessário convocar seu Politburo para debater as propostas do secretário de Estado americano, como havia feito durante a fase final das negociações do primeiro acordo SALT. Os Estados Unidos não fogem à regra, pois Kissinger teve que guardar segredo sobre as animadas discussões que são travadas, a respeito do *throw weight* e dos sistemas avançados, entre o Pentágono e o Departamento de Estado, e mesmo no interior da administração. Da mesma maneira, quase toda a direção da Agência para o Controle dos Armamentos e Desarmamento (ACDA), que, com seu chefe Gerard Smith, tinha preparado o acordo SALT de 1972, foi destituída, voluntariamente ou não, pouco depois da "vitória": é verdade que se tratava de protestar contra o estilo muito pessoal com que Kissinger tinha dirigido as operações. A limitação dos armamentos também faz suas vítimas...

Afeganistão

continuação da página 15

principais autores do golpe de Estado? "Depois de qualquer revolução" — disse-me o presidente Daud — "há sempre um grupo que dirige. Por enquanto, até promulgarmos nossa Constituição, daqui a um ano mais ou menos, o comitê é consultado para as grandes decisões". Mas oito meses após a mudança de regime, esse comitê

permanece envolto em grande mistério. Sua composição, suas funções, não foram divulgadas. A única foto do comitê publicada na imprensa local (aliás truncada) é a de uma reunião ministerial, com os membros de costas para a objetiva...

Acredita-se geralmente em Cabul que pelo menos umas 12 pessoas, principalmente militares, fazem parte desse comitê central, que se distingue,

mas não totalmente, do governo. E é entre essas pessoas que já se organiza a correlação de forças e as lutas pela influência no seio do novo regime. O número — seriam de seis a oito no comitê — e as responsabilidades que assumiram no golpe conferem uma posição forte aos jovens oficiais subalternos (média de idade de 40 anos). Eles foram os organizadores ou mesmo os instigadores da conjuração, e são chamados de "jovens turcos", "radicais" ou "nasseristas".

O que se sabe deles é que, contrariamente aos oficiais superiores, pertencentes tradicionalmente à aristocracia afegã, muitas vezes educados ou com estágios no Ocidente, esses nacionalistas provêm de meios sociais mais modestos e geralmente foram formados na URSS. Isso não quer dizer que tenham compromissos com Moscou ou sejam comunistas. Admite-se geralmente que um certo número dentre eles sejam companheiros de viagem do partido Parcham (bandeira), comunista pró-soviético, espécie de pequeno cenáculo de intelectuais e militantes. Entre estes estão os que teriam maior ascendência sobre o ministro do Interior, Faiz Mohamed, ex-comandante de pára-quedistas, corpulento e dinâmico, e sobre o ministro das Fronteiras, Pachá Gul. Os ministros das Comunicações e de Obras Públicas também são militares. Outros quatro oficiais superiores que não pertencem ao mesmo clã, mas são conhecidos por sua dedicação ao presidente Mohamed Daud, seriam também membros do comitê central. Dois receberam responsabilidades notáveis num regime que permanece em alerta: o comando da guarnição da capital e o da guarda presidencial.

Pode-se pensar que uma influência preponderante é exercida pela "corte" civil e militar de Daud. Entre seus parentes e fiéis companheiros de origem aristocrática, de um lado, e os jovens oficiais impetuosos e de maneiras rudes, de outro, não existe apenas uma diferença de origem social, de formação, mas também de geração e de orientação política. A capacidade do presidente Daud de permanecer

como árbitro entre essas duas principais tendências explica a aparente harmonia de um regime que parece estar ainda procurando o seu caminho.

Mohamed Daud tenta assim, misturando firmeza com habilidade de manobra, assegurar sem sobresaltos a transição entre a monarquia e a República. O Exército foi expurgado: uns 50 generais e coronéis foram reformados. Sob o bastão do ministro do Interior, nota-se uma recrudescência dos métodos policiais. Mas o Afeganistão está longe de conhecer excessos. No entanto, todas as atividades políticas estão suspensas "a título provisório". A antiga Constituição foi revogada. Em princípio, há uma comissão constitucional encarregada de estudar os diferentes tipos de regime. O debate gira em torno dos sistemas de caráter presidencial ou do tipo sírio ou argelino.

Na alta administração, também houve movimentação e demissões, sob o pretexto de torná-la mais eficiente e de lutar contra a corrupção.

A descoberta de dois contragolpes de Estado mostrou que a República recém-instalada tem adversários. O comitê de setembro do ano passado foi dirigido, ao que parece, por um ex-primeiro-ministro, Mohamed Maiwandwal, e vários oficiais e homens de negócios. Maiwandwal ofereceu seus serviços ao presidente que os rejeitou, e acredita-se que ele agiu por uma questão pessoal. A presença entre os conjurados de comerciantes de provável nacionalidade paquistanesa explica as acusações levantadas contra o Paquistão. Mas não foram apresentadas provas formais de uma participação desse país. E os termos da "confissão" de Maiwandwal não parecem convincentes. Seu "suicídio" foi anunciado antes da sua condenação à morte.

Menos séria foi a segunda tentativa de contragolpe, igualmente abortada, no mês de dezembro. Seu principal autor seria um ex-chefe dos serviços de segurança de Daud, que teria tentado lançar contra o regime alguns grandes

comerciantes, certos meios religiosos e oficiais da academia militar afegã. Menos elaborado que o primeiro, que previa o bombardeio do palácio presidencial, esse segundo *putsch* teve como resultado precipitar o julgamento e a execução de cinco dos autores do primeiro golpe.

Tudo indica que uma parte da burguesia, que se julga frustrada e conta com apoio no Exército, não hesita em opor-se pela força ao regime republicano.

É pois com a direita que o regime deve ter cuidado por enquanto, pois tem o apoio não somente dos comunistas ortodoxos mas também de várias centenas de elementos "maoístas" que têm audiência nos meios estudantis. Mas não está excluído que alguns jovens oficiais impacientes do "comitê central" tenham dado demasiada importância a esses complôs a fim de encorajar o presidente Daud a romper todos os laços com os meios moderados. Essa questão levanta outra: o presidente tem o domínio de toda a sua equipe? Não se deve ter riscos de dissensões dentro desta? Em todo caso, essas ameaças têm paralisado a ação governamental desde a proclamação da República.

Le Monde

Todos os direitos reservados



continuação da página ao lado

o fim do ano. O Chile colocou em funcionamento um quarto navio, uma fragata, há poucas semanas. Foi uma maneira de protegê-lo de qualquer embargo.

Considerações comerciais também influenciaram uma atitude da Grã-Bretanha em Paris no dia 22 em relação ao Chile. A Grã-Bretanha, os Estados Unidos e mais 10 países concordaram em estender a dívida chilena que deveria ser paga no ano passado e em 1974, no valor de 760 milhões de dólares, por mais três anos.

Informa-se na Grã-Bretanha que se este país tivesse se recusado a concordar com os outros perderia sua parte do dinheiro.

Para enfrentar as atitudes pouco amistosas da Grã-Bretanha, o governo de Santiago tem realizado um programa próprio de relações públicas. No dia 21, Peregrine Worsthorne, editor assistente do *Sunday Telegraph*, escreveu em seu jornal que tinha sido um hóspede da junta de Pinochet. Worsthorne escreveu que o governo chileno "merece, sem dúvida alguma, um esforço mais liberal e até mesmo mais complacente de entendimento" por parte da Grã-Bretanha. (Bernard D. Nossiter, *The Washington Post*)

Chile-Peru-Bolívia: a segunda guerra do Pacífico?

A velha disputa triangular entre o Chile, Peru e Bolívia, resultado da guerra do Pacífico (1879-1884), está aparentemente reaberta. Dessa guerra, há quase um século, safa vitorioso o Chile, que recebeu uma parte do litoral sul (600 mil km²) do Peru. A Bolívia, aliada do Peru na guerra, perdia seus portos de Arica e Antofagasta, passando a não ter saída para o mar e a ficar encerrada entre os Andes. Os rancores resultantes nunca foram superados e têm servido

frequentemente para fortalecer sentimentos nacionalistas ou para dissimular outro tipo de rivalidades.

Depois do recente encontro do general Pinochet, presidente da Junta Militar chilena, com o presidente boliviano Hugo Banzer em Brasília, passaram a circular rumores de que o Chile estaria disposto a responder favoravelmente à antiga reivindicação boliviana de uma "saída para o mar".

Para satisfazer a Bolívia haveria duas soluções possíveis: 1) estabelecer um corredor através do território que pertencia, no século XIX, à Bolívia, entre o rio Paposo e o rio Loa, ou 2) construir um porto "boliviano" perto de Arica, no final da estrada de ferro Arica-La Paz.

A primeira hipótese foi considerada altamente improvável nos meios diplomáticos, já que com isso o Chile teria que dividir suas províncias do norte. Quanto à segunda alternativa, ela exigiria um acordo prévio com o Peru, cuja soberania se estendia à região próxima a Arica, antes da guerra do Pacífico. E, de acordo com o Tratado de Lima, de 1929, assinado entre Peru e Chile, "os territórios cedidos ao Chile no século passado não podem ser transferidos a terceiros sem o consentimento das duas partes".

Foi com base nesse tratado que o presidente peruano, Juan Velasco Alvarado, advertiu que a Bolívia tem todo o direito de exigir do Chile uma saída para o mar, "porém através de antigos territórios bolivianos". Banzer interpretou a situação declarando que "enquanto um fecha o cadeado, o outro guarda a chave".

A "guerra de nervos" estabelecida a seguir entre o Peru e o Chile se intensificou com a notícia de que a Junta Militar chilena tinha autorizado a convocação dos reservistas entre 1939 e 1953, o que corresponderia, segundo alguns, a 800 mil homens. Apesar do esclarecimento do governo chileno de que os reservistas só seriam chamados no momento necessário e "para um treinamento de 28 dias", o fato causou a preocupação dos vizinhos do Chile, especialmente do Peru.

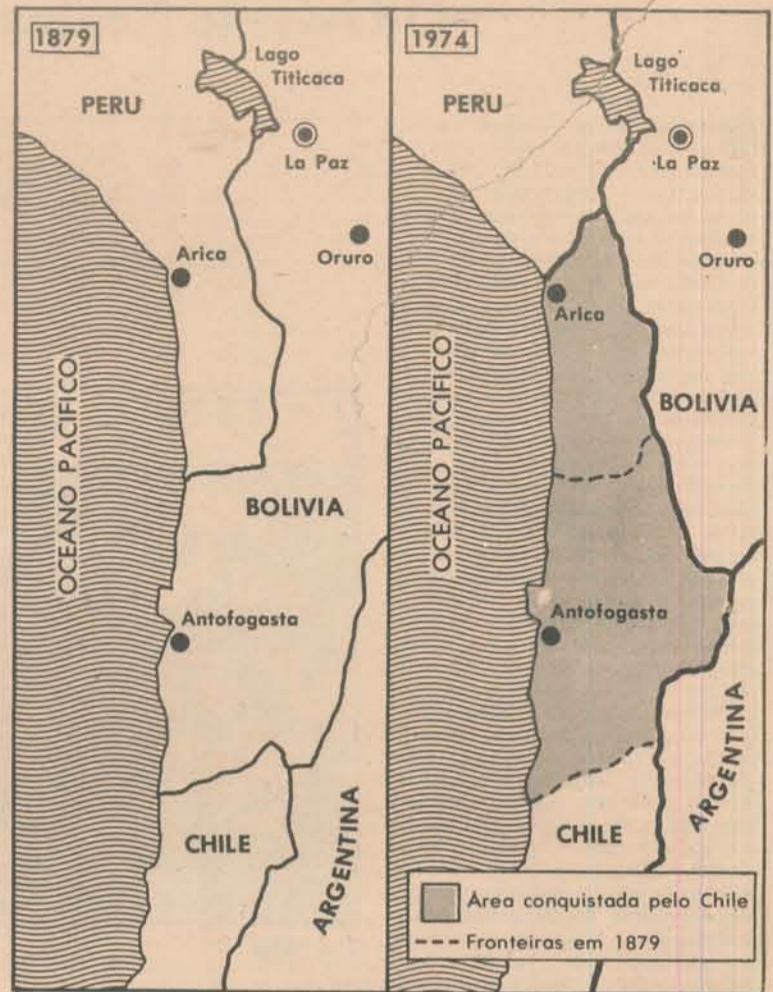
Quase paralelamente o primeiro-

ministro peruano, Edgardo Mercado Jarrin, informou que a Escola de Blindados do Peru, com sede em Lima, seria transferida para o sul do país.

Na Argentina, o jornal *Noticias*, porta-voz da ala conservadora do peronismo, interpretou a situação da seguinte maneira: "os Estados Unidos deram sinal verde para o general Pinochet iniciar uma aventura bélica no Pacífico Sul".

Em meio aos rumores sobre o "barulho de botas" as atenções se voltaram para as compras de armamentos de ambos os países. O Peru, criticado por ter comprado armas soviéticas, atribuiu as acusações aos "inimigos do Peru" como a International Petroleum Company, "interessada em promover uma campanha contra este país", segundo o presidente Alvarado. Ao se defender e explicar o motivo pelo qual o Peru optou pelo armamento soviético Alvarado disse: "Trata-se de isolar nosso país, de nos apresentar como belicistas, campeões da corrida armamentista, enquanto na realidade não fizemos outra coisa senão alertar nossos vizinhos e a opinião internacional sobre o absurdo dos gastos militares por parte dos países em via de desenvolvimento... Nós tentamos comprar armamentos americanos mas os Estados Unidos recusaram. Em seguida, nos voltamos para a França mas embora seu armamento fosse excelente era um pouco caro. Foi então que aceitamos as propostas soviéticas". Pouco depois, a imprensa peruana divulgava a notícia segundo a qual a Junta Chilena teria adquirido nas últimas semanas 200 milhões de dólares em armas, além de estar negociando novos contratos na importância de 300 milhões de dólares.

Ao responder a uma pergunta do *Le Monde* sobre a eventualidade de uma guerra entre o Peru e o Chile, o primeiro-ministro peruano Mercado Jarrin declarou: "Nosso dever é pensar em todas as hipóteses. Respeito Clausewitz ('a guerra é a continuação da política por outros meios') mas a situação atualmente não é a mesma. Hoje em dia as guerras toleradas pelas



superpotências duram 6 dias ou pouco mais. Um governo decidido a atacar de surpresa e violentamente pode obter vantagens territoriais iniciais importantes e poderá conservar boa parte delas depois de negociações patrocinadas pelos Grandes. Isso já aconteceu. Por que não poderia se reproduzir aqui?"

Enquanto isso, Banzer parece lavar

as mãos falando através de seu chefe do Estado-Maior, general Carlos Alcoveza: "A solução está exclusivamente em mãos do Chile e do Peru... Somos um país pacifista e confiamos em que a solidariedade e o espírito de justiça das nações do continente pressionarão para que se resolva o enclausuramento deste país. Nós queremos voltar ao mar".

México

Novas soluções para o campo

Na sombra de uma velha árvore, entre a escola e a igreja branca de cúpula ladrilhada, estava o resultado da última tentativa da Revolução Mexicana de realizar as promessas feitas aos camponeses há quase 60 anos.

Agora todo mundo sabe que, se alguém se beneficiou com essa sangrenta batalha que dizimou a população, não foram os camponeses. Alguns receberam terras, mas a maior parte era improdutiva e à medida que passavam os anos a terra é dividida, os lotes tornam-se menores e mais miseráveis.

A economia familiar de quase um terço da nação — a população é de 56 milhões — é baseada em lotes de terra insuficientes até mesmo para subsistência, e muitas pessoas não têm terras. Hoje em dia existem mais camponeses sem terra no México do que havia há 60 anos, antes da Revolução.

Os governos puseram seguidamente dinheiro no campo, mas isto foi feito em forma de incentivos para investimento privado para criar e fortalecer a agricultura comercial. Tudo o que chegou aos camponeses destinou-se a pacificá-los ou a restringir a crise de inanição. Poucas vezes se motivou o fazendeiro mais pobre a aumentar sua produtividade. Conseqüentemente, as estatísticas agrícolas da última década demonstram a mais lamentável taxa de crescimento.

Na verdade o México, país que "inventou" a chamada Revolução Verde que supostamente aumentaria a produção com sementes "milagrosas".

encontra-se agora na necessidade de importar este ano 1 milhão de toneladas de milho e 1/2 milhão de toneladas de trigo. E para vários mexicanos o milho significa muito mais do que uma dádiva sagrada, é a própria vida.

O governo do presidente Luis Echeverría não está inconsciente do problema. É provável que o regime atual, eleito para um período de seis anos em 1970, tenha à sua disposição mais capacidade intelectual progressista do que qualquer outro anterior. As dificuldades que o país enfrenta nunca foram tão intimamente estudadas e analisadas.

Mas existe uma grande diferença entre identificar um problema e determinar uma solução para se efetivar uma política, e Echeverría frequentemente dá a impressão de um homem que se mexe demais para ficar no mesmo lugar. Ele pode ser capaz de adiar o desenvolvimento da crise mexicana; mas não pode ter esperanças de resolvê-la.

Pequenas indústrias no campo

Todavia, na pequena aldeia de San Lucas Tecopilco, no impressionantemente pobre Estado de Tlaxcala, a leste da Cidade do México, um grupo de 70 camponeses, assistidos pelo governo, está tentando remar contra a corrente. Colocados sob a sombra das árvores estão os produtos de uma pequena oficina metalúrgica; uma das várias que foram situadas naquela área durante o ano passado visando o estabelecimento de pequenas indústrias rurais que permitirão ao povo permanecer no campo.

Eles fabricam objetos simples: sinais rodoviários, murais, batentes para janelas e portas, e a produção se dá em pequena escala. Mas são dignas de atenção tanto porque representam um esquema governamental e não uma empresa utópica dirigida por um grupo de indivíduos e também porque são uma "empresa comunitária" — não é apropriado utilizar a palavra "socialismo" no México.

A oficina foi estabelecida com um empréstimo do governo de 20 mil dólares que inclui o custo de equipamento e treinamento, e os trabalhadores ainda estão presos aos vínculos da agência governamental. Mas já é uma empresa democrática autogovernada, e está prestes a tornar-se independente.

Nessa aldeia específica de cerca de 2.400 habitantes, alguns dos que trabalham na oficina têm direito a pequenas parcelas de terra, e a oficina funciona em turnos de cinco horas para que eles possam cultivar a terra. Mas no centro vizinho Santa Cruz Techachalco, onde uma pequena oficina têxtil foi aberta patrocinada pela mesma agência, a situação da terra é tão desesperadora que cada família tem direito apenas a menos de um acre.

A possibilidade que está sendo oferecida agora, de trabalho desvinculado da terra, tem diminuído o fluxo da emigração para as cidades, e no caso de dois tecelões com quem conversei houve uma verdadeira reversão na tendência anterior. Um deles tinha sido um desempregado durante 10 anos na Cidade do México, o outro tinha sido vendedor ambulante, periodicamente

empregado. Ambos estavam satisfeitos de participar no novo projeto em sua própria aldeia.

Desemprego e subemprego

No entanto, nem sempre tem sido fácil ganhar a confiança dos camponeses. Os planos governamentais se sucedem, e quando falham deixam uma herança de amargura e ressentimento. Nessa área específica um governo anterior tinha promovido o plantio de alfafa numa época em que os preços estavam altos. Quando baixaram, o camponês ficou perdido e o governo abandonou-o.

Não tem sido fácil para uma nova geração de entusiastas implantar a idéia de uma oficina têxtil comunitária sem ser recebida com um cínico silêncio. Mas um camponês cínico sem terra não joga fora a oportunidade de ganhar o correspondente a cruzeiros diários enquanto treina para ser um tecelão, para trabalhar com metal ou consertar rádios.

Do ponto de vista do governo, o programa serve a um duplo objetivo. Ele ajuda a diminuir a imensa concentração populacional no campo e fornece emprego a custos razoáveis. Cada emprego na oficina metalúrgica está sendo criado a um custo de cerca de 300 dólares, enquanto que os 5 mil empregos criados pelo novo projeto de pesca que o governo está planejando, meio financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, custará 17 mil cada um.

E o emprego, ou melhor dizendo, o desemprego, é a recompensa que o México e outros países latino-

americanos podem esperar do futuro. Um relatório entregue ao governo indica que em 1970 5,8 milhões de pessoas (45 por cento da população economicamente ativa estimada em 13 milhões) estavam subempregados, sendo que 60 por cento deles estavam no campo.

Uma análise das tendências existentes indica que não há esperança nem de se manter esta situação, quanto mais de melhorá-la. Para manter o subemprego em seu atual nível, pelo menos mais uns 1,8 milhão de empregos precisam ser oferecidos antes de 1980 além do que está planejado agora.

Em San Lucas Tecopilco e mais uma dúzia de outras aldeias no Estado de Tlaxcala, onde foram estabelecidas indústrias rurais em pequena escala, foi lançada a semente de uma visível futura política de empregos. Por enquanto parece que estas pequenas oficinas estão habilitadas para colocar seus produtos competitivamente no sistema de mercado com o qual precisam inevitavelmente negociar. Porém muita coisa depende da futura política governamental ser benéfica para eles. E por outro lado isso depende da solução de outras contradições dentro do contexto mais amplo da sociedade mexicana.

Atualmente estas pequenas iniciativas parecem ter causado muito entusiasmo entre os que delas participam e, mais uma vez, fica provado que os programas no Terceiro Mundo de alto conteúdo ideológico e baixo *input* de capital provavelmente são os mais vitoriosos. (Richard Gott, *The Guardian*)

O Grande Negócio do Rock chega ao País Tropical

Quando Alice Cooper, aliás Vincent Damon Furnier, seus quatro músicos, 25 acompanhantes, — amigos, agentes de imprensa, guarda-costas, garotas, etc., — e 8 toneladas de aparelhagem estiverem confortavelmente instalados num jato de volta à sua nativa América muitas coisas terão acontecido além de uma transfusão de aproximadamente 100 mil dólares para o bolso do artista e seus promotores. Em primeiro lugar, o setor internacional do *show-business* terá descoberto, com algumas décadas de atraso, a existência do Brasil como mercado consumidor. E, em decorrência disto, os grandes centros brasileiros — pelo menos São Paulo e Rio — terão ingressado definitivamente na era daquilo que os próprios empresários de Alice não se cansam de chamar *big business rock and roll*, ou seja, a fabulosa e super bem montada indústria de espetáculos que usa o *rock* — música e imagem — como fonte de renda.

1974 parece um ano bastante tardio para esse complexo industrial chegar à América Latina, após estar perfeitamente instalado nos Estados Unidos e Europa, com ramificações pela Ásia — Japão e, às vezes, Hong-Kong — e Oceania — Austrália e Nova Zelândia. Afinal, ele existe há pelo menos 10 anos, se tomarmos os Beatles do empresário Brian Epstein como marcos dessa renovação no *show-business*, que tornou o rebelde *rock'n roll* um produto altamente vendável e músico de *rock* uma peça mínima e delicada numa engrenagem cada vez maior, mais complexa e sofisticada. À partir das *tournees* milionárias dos Beatles e, um pouco mais tarde, dos Rolling Stones — e com o apoio da indústria fonográfica fortificada pela injeção de *royalties* via *rock* — tornou-se primeiro hábito, depois costume, depois negócio, tornar a banda *pop* uma usina itinerante de divisas num esquema que, em linhas gerais, nunca varia muito: criar uma idéia/imagem básica, gravar um álbum, fazer *tour* para tocar o álbum, tirar férias para preparar novo álbum que, por sua vez, será gravado e promovido a seu tempo.

Um esquema que, embora sólido e prático, tem seus *macetes*. Há palcos e épocas "nobres" que por si só equivalem a várias apresentações "menores", senão em dinheiro, pelo menos em prestígio — o que equivale a garantir com certeza o resto da *tournee*. Por essa lógica, são aconselháveis as excursões "de verão" (julho/ agosto) e "de inverno" (dezembro/ janeiro), esta, geralmente, iniciada na época de Natal e a mais "nobre" de todas; interessantes também — para dar prestígio e atuar como "oráculos" do restante da temporada — pelo menos uma atuação no Rainbow Theatre de Londres, no Madison Square Garden de Nova York e no Forum ou no Hollywood Bowl de Los Angeles. A Europa, no máximo até a Alemanha Ocidental, a América do Norte de costa a costa, incluindo o Canadá e excluindo o México, o Japão, via Havaí, e a Austrália e Nova Zelândia são os mercados habituais desse concertos itinerantes que se deslocam com imenso aparato (até 106 pessoas, como na última excursão européia do grupo americano Grateful Dead).

A misteriosa descoberta

A América Latina em geral e o Brasil em particular jamais estiveram nos planos bem arquitetados de nenhuma das diversas e poderosas firmas promotoras de *tournees* e concertos de *rock*.

O primeiro e básico, mas negado com veemência por Peter Shanaberg e Mike Roswell, da LeS Productions, promotora da temporada brasileira de Alice Cooper, é a inesperada crise que transformou a lucrativa Europa num mercado sem dólares e sem energia para as guitarras e brilhos do novo e dispendioso *rock*.

A maneira pela qual o Brasil se transformou nessa alternativa permanece envolto no mistério típico

Alice Cooper, uma jibóia, manequins estripados, cabeças de cera guilhotinadas, uma bandeira da CBD; mais que um estranho espetáculo, um teste. Uma resposta rendosa do público brasileiro o habilitará a custear novas e semelhantes visitas.



The Who



Alice Cooper



Mick Jagger dos Stones

do mundo do *rock*. Shanaberg toma a si e à sua L e S a primazia da descoberta, a partir do alerta de um certo Michael Steinberg, agente de viagens interessado no negócio de concertos *pop*, que lhe assegurou ser o Brasil a Terra Prometida para *rockers* em dificuldades. Shanaberg teria, então, feito várias viagens ao Brasil, mantendo contatos seletivos com os empresários locais (acabaria optando por Marcos Lázaro "sem dúvida o maior de todos"), estudando o mercado e analisando os possíveis locais de apresentação. E a conclusão a que ele e seu companheiro Roswell chegaram não poderia ser mais elogiosa com relação a um mercado de consumo:

"Aqui há muito dinheiro para um promotor ganhar. Um mercado virgem, inexplorado. Nos EUA há sempre um perigo de saturação, em Nova York há dois, três *shows* por noite; na Flórida, que é onde atuamos mais, há até 10 por mês. Aqui nunca houve nada, o impacto é muito maior. Creio mesmo que Alice vai influenciar muito mais gente do que lá, porque aqui ninguém viu coisa assim". (Shanaberg)

E por que o Brasil? Por que não Argentina, ou Colômbia (pátria do intérprete Xavier, sempre aflito com seu portunhol) ou qualquer país mais desenvolvido da África?

"Isso quem poderia me explicar são vocês mesmos, porque nem eu entendo bem. O fato é que locomover um grupo como Alice Cooper da América até aqui representa um risco enorme, problemas gigantescos, que só compensariam se houvesse um interesse muito grande. E houve, mesmo, um aumento incrível de interesse e popularidade do *rock* no Brasil, um aumento enorme mesmo. Então eu sei com toda a certeza que vai haver sucesso, porque você imagina só, é a primeira vez que esse público todo tem oportunidade de ver um astro realmente grande, alguém que eles antes só podiam conhecer de disco ou revistas e agora está perto deles". (Roswell)

Mas Carlos Santana e seu grupo estiveram duas vezes aqui.

"Ah, mas não é a mesma coisa. Santana é mexicano, gosta de coisas latinas, não lhe custava nada dar uma chegadinha até aqui. E depois, Santana não é grande. Alice sim, é um legítimo *superstar*, seu *show* é uma coisa colossal, como vocês nunca viram". (Shanaberg)

Sábria observação. Entre uma e outra calculada na maquininha portátil; entre um e outro gole de vinho italiano,

"Mostrei a eles que convinha vir aqui... Rolling Stones, Who, Pink Floyd, só grupos grandes... Porque isso aqui é uma mina"

na piscina do Copacabana Palace, Shanaberg e Roswell situaram maravilhosamente sua atitude com relação a essa aventura brasileira: são negociantes pioneiros, arriscando a abertura de mais um mercado tropical aos bens do mundo superindustrial. Que, aliás, segundo eles, "está de olhos inteiramente voltados para cá, ansioso para ver se isto vai dar certo. Se der não vai haver problema, será hábito programar o Brasil no calendário dos *tour*s" (Shanaberg). E vai dar certo, Pete?

Pete é ruivo e arrogante, estranha muito a observação, ri alto, batendo as mãos: "Of course! Eu sei que vai dar completamente certo. Espero 125 mil pessoas em toda a temporada, descontando o que não vender". E, mais baixo, com um ar ladino de negociante: "Olha, para mim é ponto pacífico, é voltar com Alice e depois, umas seis semanas depois, digamos, chegar aqui com outro artista. Elton John em julho e agosto, os Rolling Stones em setembro, olhe aqui, eles *pediram* para marcar setembro. E existe mais, eu penso nos Doobie Brothers, conhece? E no Who, no Pink Floyd... é claro que vai dar certo".

Uma rendosa alternativa?

Marcos Lázaro, negociante calejadíssimo ele também, tem a seu favor alguns anos a mais que Shanaberg e Roswell (ambos aparentando 27 anos no máximo) e grande conhecimento do mercado nacional. E, como todos nesta história, tem sua versão própria quanto à vinda de Alice, segundo ele fruto de suas próprias pesquisas de campo junto ao público carioca e paulista quanto à receptividade ao grupo. Acertadas as datas e o preço segundo a conveniência de ambas as partes, a Operação Alice Cooper consumou-se, mas Lázaro não parece disposto a repeti-la. Uma semana antes da chegada do astro ele já desabaivava cansado em seu apartamento no Anexo do Copa: "Meu Deus, que trabalhadeira! Nunca mais trago artistas de *rock*!". E mesmo

depois do estrondoso sucesso de público do primeiro *show* no Anhembi de São Paulo (80 mil pessoas, cerca de 1 milhão e 200 mil de renda bruta) ele ponderava ao *Jornal do Brasil*:

"Depois dessa, eu vou tomar um bom descanso. Estamos vivendo no Brasil uma fase em que todos querem trazer grandes artistas e muita gente vai entrar no negócio. O resultado vai ser uma grande especulação nos preços, o mercado vai ficar tremendamente inflacionado".

Mas é Carlos Alberto Sion, carioca de 23 anos, ex-baterista e profissional experiente no meio nativo de *rock* como promotor de espetáculos, que, na categoria de representante brasileiro da L e S, parece ter a palavra final quanto a quem fez o que (e por que) na Operação Alice Cooper:

"Eles dizem isso que é a versão deles, mas a coisa foi bem diferente", ele fala entre dentes, se referindo a seus sócios americanos, "porque fui eu quem fez tudo, fiz um levantamento completo do mercado aqui, do aumento do consumo de *rock*, fiz contatos com eles lá fora através de um cara que era meu sócio na época. Mostrei a eles que convinha vir aqui, disse quais os grupos que interessavam, Rolling Stones, Who, Pink Floyd, só grupos grandes, nada de fichinhas. Eles se interessaram e vieram. E olha, eles fogem de falar do problema da energia porque é verdade. A Europa está fechada, todas as *tournees* foram canceladas. Eles não falam para não entregar o ouro, porque isto aqui é uma mina".

"Doce, simpática, gentil"

No centro dessa tormenta de interesses, misto de cobiça, cabeça de ponte e fonte de divisas está um rapaz magro, narigudo e feioso, nascido há 25 anos em Phoenix, Arizona, filho de um engenheiro de mísseis do Projeto Apolo e ministro da seita protestante Igreja de Cristo: Vincent Damon Furnier, o feroz Alice Cooper dos palcos e, fora deles, um emérito bebedor de cerveja (uma lata de Budwaiser lhe compõe sempre a imagem *off-stage*) e, segundo o rouco e cansado Sion, "uma pessoa doce, simpática, gentil".

Seu grupo, que data de 1964 e já se chamou Earwigs, Spiders e Nazz, se formou em torno dos interesses comuns de colegas de escola do Ginásio Cortez, em Pontiac, Michigan (onde Vincent se criou), e permaneceu, até 1968, apenas uma obscura e barulhenta banda de *rock pesado* (alta velocidade e amplificação) até o

encontro com Frank Zappa, líder da contracultura californiana. Em parte sob sua inspiração, em parte devido a observações próprias quanto à violência da sociedade americana, Vincent adota o nome de Alice Cooper ("esse nome é a própria essência da América, com um nome desses nós podíamos cuspir na cara de todo mundo") e a banda começa a desenvolver seus truques violentos no palco: simulam brigas, dilaceram bonecos cheios de sangue, reza a lenda que, em alguns *shows*, chegaram a decapitar galinhas vivas.

Mas é em 1970, já com o *manager* Shep Gordon, que, através de seu terceiro álbum, *Love it to Death*, Alice Cooper se torna realmente um personagem, com caráter e aspecto próprios, a figura grotesca que Vincent assume no palco com as roupas rasgadas e a maquiagem vampiresca e que narra aspectos de sua vida neste e nos outros álbuns: em *Killer* (1971), a história de um crime horrendo, em *School's Out* (1972), a rebelião contra a escola e demais manifestações do Sistema — prisões, hospitais — em *Billion Dollar Babies* (1973), a crítica ao superfluo da sociedade de consumo, em *Muscle of Love* (1974), a luxúria.

E não são apenas as cifras de venda que mudam — cada vez mais elevadas; muda toda a atitude subjacente ao *rock* teatral de Alice, no princípio realmente uma feroz, primária, demolidora sátira à sociedade americana, e depois, na medida do sucesso, da aceitação e da sofisticação, um espetáculo luxuoso e divertido, de fundo surpreendentemente moralista, como Alice e seus promotores gostam de frisar:

"Alice é decapitado no fim porque ninguém que faça o que ele faz deve ficar sem punição".

Um ameno "show"

E de fato, enquanto Shanaberg, Roswell e cia, se preocupavam em realçar esse lado pacífico de Alice, suas doações a hospitais, sua simpatia fora do palco, seu aspecto caseiro, Vincent Furnier brindava a platéia brasileira com seu *show* mais ameno. Deixando de lado umas 10 toneladas de recursos de cena, que ficaram nos EUA, abandonou a maior parte das sequências lascivas e terminou seu número empunhando, por via das dúvidas, a bandeira da CBD (na Escócia ele entrou em cena com as flâmulas de dois times rivais e quase foi espancado — o que certamente daria novo atrativo a seu *show*) enquanto os alto-falantes tocavam *Eu te Amo Meu Brasil*, de Don e Ravel.

Fora das luzes nesta terra estranha que seus promotores afirmam ser "maravilhosa, fantástica" e que, também segundo eles, "ele sempre quis conhecer", Vincent continuou sendo Alice. Afirmou adorar aranhas, escorpões e lagartos e se surpreendeu pela frequência de perguntas sobre jibóias.

"Eu imaginava que no Brasil todos possuíssem uma, como nos Estados Unidos as pessoas criam gatos e cachorros".

Impossível saber até que ponto isto agradou a Shanaberg e Roswell, tão interessados em cativar definitivamente este promissor mercado. Mas, de qualquer forma, eles esqueceram de avisar que um dos *hobbies* de Alice — além de criar cobras — é mentir.

"Adoro mentir, é um dos meus hábitos favoritos, desde que seja uma mentira criativa e que não faça mal a ninguém. É maravilhoso dizer às pessoas, especialmente gente de imprensa, as histórias mais absurdas, mentiras enormes, e ver como eles acreditam", declarou ele aos jornalistas da revista americana *Rolling Stone*, certamente dispensados de ouvir mentiras por serem o principal veículo da florescente indústria de espetáculos que, na terra natal, alimentam suas incontáveis caixas de cerveja alemã e sua mansão de 40 quartos em Connecticut. (Ana Maria Bahiana)

Nelson Rodrigues O maior poeta dramático do Brasil?

Quando Nelson Rodrigues começou a ser conhecido, há 30 anos, a dramaturgia brasileira primava pela mediocridade. Ele foi sem dúvida o primeiro dramaturgo adulto que apareceu neste século no país. Não é de estranhar pois o entusiasmo dos intelectuais que saudaram esse aparecimento. "É, de longe, o maior poeta dramático que já apareceu em nossa literatura", foi como o poeta Manuel Bandeira saudou na época *Album de Família* e deu nascimento ao mito Nelson Rodrigues.

Nelson Rodrigues começou assim sua carreira teatral sacudindo os alicerces do vazio e ligando seu nome ao processo de desenvolvimento cultural do teatro brasileiro: *Vestido de Noiva* (1943) parecia um casamento indissolúvel. Neste sentido Nelson precedeu o aparecimento do grupo paulista Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) que correspondia à implantação de um nível cultural superior no teatro nacional.

A repercussão de *Vestido de Noiva* não deve, entretanto, ser desvinculada do nome de Ziembinsky, encenador polonês que chegava ao Brasil e se defrontava com um teatro pobre e medíocre. Ziembinsky não apenas descobriu Nelson: descobriu, através dele, a possibilidade de formalizar um espetáculo que surpreendeu o movimento teatral do país, constituindo a realização mais recente do grupo *Os Comediantes*. O texto foi consagrado como obra-prima, o espetáculo ficou como uma espécie de "marco-zero" na história da encenação brasileira. E Carlos Drummond de Andrade chegou a escrever sobre Nelson: "Faço votos para que continue inteligente".

Arejando a técnica

Vestido de Noiva era entretanto o segundo texto de Nelson Rodrigues: em 1941, dois anos antes, havia escrito *A Mulher sem Pecado*, que o cenógrafo Santa Rosa afirmou ser superior ao *Estranho Interlúdio* do americano Eugene O'Neill, acentuando a contribuição que trazia para "arejar a técnica do teatro brasileiro" e comentando: "A atmosfera criada pela obsedante paixão da verdade da personagem central é das profundezas submarinas, onde os seres vivem num quase estatismo e cujos movimentos, lerdos e pacientes, são sempre uma perigosa ameaça. Nessas flutuações entre a realidade do sentimento e as visões da demência se debate o espírito de um homem que procura verificar com os instrumentos da tentação e do pecado a pureza da mulher".

Dois anos depois de *Vestido de Noiva*, mais um impacto violento (dessa vez a representação da peça foi proibida): *Album de Família*. Num prefácio à edição do texto, o jornalista Pedro Dantas chegou a afirmar que Nelson Rodrigues está para o teatro brasileiro assim como Villa Lobos para a música, Portinari para a pintura e Oscar Niemeyer para a arquitetura: "O primeiro marco de uma realização de importância universal". Em 1946 uma tragédia monstruosa, *Anjo Negro*, parece confirmar o vigor criativo do escritor. Sua carreira prossegue com *Dorotéia* (1947), *Valsa Número Seis* (1950) e sobretudo *A Falecida* (1954).

Mas a realidade brasileira não deixava de sofrer transformações e na década de 50 o teatro não era mais o deserto dos anos 40. Os jovens dramaturgos recolocavam a poesia na realidade, construíam uma obra que nascia de um confronto efetivo com a vida social nacional. E como já afirmou Franz Heilborn (o crítico de teatro mais importante do país neste século), a obra de Nelson Rodrigues "permanece como impacto cênico, como surto de paixão intensamente visualizado" (1), mas não vale como um quadro expressivo da sociedade ou do ser humano.

No novo contexto começa a perder importância a produção de Nelson Rodrigues: *Senhora dos Afogados*

(1955), *Perdoa-me por me Traíres* (1957), *Viúva Porém Honesta* (1957), *Os Sete Gatinhos* (1958). Nelson demonstra ainda algum vigor teatral em *Boca de Ouro* (1959) e *O Beijo no Asfalto*, que é perdido em *Bonitinha Mas Ordinária* e *Toda Nudez Será Castigada*. É um fôlego que se esgota, arqueja, repetindo-se.

A volta

Depois de escrever 15 peças Nelson Rodrigues ficou 10 anos em silêncio (no teatro; em jornalismo é de uma sonoridade permanente). Reaparece agora com uma homenagem a si mesmo, *O Anti-Nelson Rodrigues*. A peça, retrato de uma sociedade patológica, é um jogo epidêmico. Diante de seus personagens Nelson se compraz com o prazer mórbido de desnudar a violência e o pecado de cada um. *O Anti-Nelson Rodrigues*, neste nível, é a mostragem de um mundo não transformável, onde vivem animais sórdidos, incapazes de amor, agentes e vítimas do mal, ridiculamente nostálgicos de uma pureza total. É verdade que respiram numa sociedade determinada pelo dinheiro. Mas o que os dilacera, mais que tudo, é o pecado oculto de cada um, sua natureza metafísica inata. Apenas um tema chega em alguns momentos a adquirir um contorno especial: a obsessão da morte (que em sua obra vem, desde *A Mulher sem Pecado*, intrinsecamente vinculado ao tema do amor). Afirma um personagem, num raro instante de verdade simples e poética: "Quero morrer de repente, no meio de uma frase, de um sorriso, de um gesto".

O primeiro ato da peça é a apresentação de duas famílias. Na primeira o pai é um grande industrial que recebe cartas anônimas que o caluniam moralmente, suspeita de que sejam enviadas pelo filho (que o odeia e desde o dia em que levou uma grande surra, 20 anos antes, não lhe pede mais a bênção), vive atormentado pela idéia de morrer e ninguém chorar em seu enterro (quer ser chorado como um bandido de filme italiano), enquanto a mãe é uma mulher inteiramente voltada para a satisfação dos desejos do filho (Oswaldinho), única coisa que lhe resta (em relação ao qual manifesta um comportamento nitidamente "jocastiano"). A segunda família é suburbana, o pai é um jornalista aposentado (Salim Simão, personagem real, vivo), viúvo, que tem ataques de choro enquanto fala e cuja única preocupação é a virgindade e a honra da filha (Joice), uma "testemunha de Jeová"... No final do primeiro ato, como em toda estrutura convencional, o conflito está revelado: Oswaldinho, que abre a peça roubando as jóias da mãe, um canalha que odeia o pai porque este continua vivo e não lhe deixa a cobiçada herança (procura matá-lo pouco a pouco enviando as cartas anônimas), deseja a pureza e a inacreditável inocência de Joice.

O segundo ato mostra o prosseguimento da trama da peça: uma longa cantada. E, para encher espaço, Salim vomita sua filiosofia rodriguelana: quando se trata de mulher, qualquer homem é um canalha; o sexo nunca fez um santo, só fez canalhas; o perigo é o beijo na boca, etc.

No terceiro ato a única idéia concreta da peça adquire forma: para o industrial tudo tem seu preço. Assim, o pai resolve dividir sua fortuna ainda em vida em troca do amor do filho e do choro deste na hora do seu enterro; o filho, por sua vez, confirmando a idéia filosófica de que filho de peixe peixe é, decide empregar o dinheiro na aquisição de Joice, nem que seja por uma hora, e faz ofertas que crescem de

5 mil a 300 mil cruzeiros.

Chega o momento de Nelson Rodrigues escrever sua cena "inedita": o *happy-end*. Preenciamos o enfrentamento da Bela e da Fera num apartamento: o novo Romeu entrega o cheque de 300 mil à nova Julieta. Ele rasga o cheque e atira dramaticamente o papel picado na cara de Oswaldinho. Continua o texto (2): "Depois apanha o seu rosto entre as mãos e diz, soluçando: 'Seu idiota, não quero teu dinheiro, quero teu amor'". A reação de Oswaldinho é uma sutil referência à indissolubilidade do matrimônio: "Minha, minha, para sempre".

E "baixa o pano sobre o final do terceiro e último ato" e sobre a obra do "maior poeta dramático que já apareceu em nossa literatura". Oswaldinho e Joice viverão felizes para sempre: a testemunha de Jeová converteu o pecador... Essa totonovela deveria ter sido assinada por Suzana Flagg, pseudônimo que Nelson Rodrigues utilizou há muitos anos para publicar o folhetim *Meu Destino É Pecar*. O *happy-end* é óbvio: trocou um cheque de 300 mil pelo casamento com um milionário... É este o significado do *happy-end*?

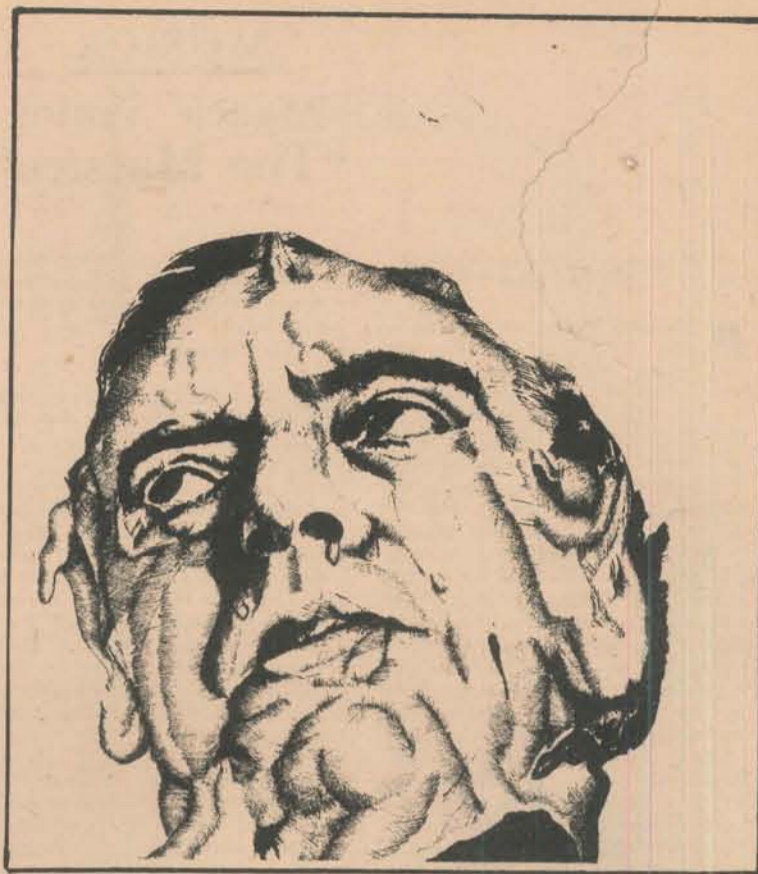
Os mesmos temas

O "anti" não significa portanto uma revisão autocrítica da personalidade ou do pensamento de Nelson Rodrigues. É, ao contrário, uma reafirmação dos mesmos temas, do mesmo moralismo, da mesma ânsia de provocar escândalos permissíveis. Segundo o próprio Nelson, sua volta ao teatro é o resultado de uma "fatalidade orgânica". Explica: "Agora me permito mostrar um lado da minha personalidade que o público não conhece e da qual apenas desconfia. Falo do romantismo exasperado, que é uma marca irreversível da criatura Nelson Rodrigues. Sou, acima de tudo, um pierrô de velhos carnavais".

Esse retrato de si mesmo não é novo. Para a revista *Veja*, em 1969, já se autodefiniu como pierrô e romântico: "Mas o romântico pegas. Não o romântico de grande estilo, não o wagneriano. E aí me veio essa vergonha de ser romântico e uma certa tendência para negar essa emotividade fácil e vagamente burlesca".

O *Anti-Nelson Rodrigues* é uma fotonovela que repete os chavões provocativos e irreverentes que o próprio Nelson criou e cultivou em peças anteriores. É uma inútil tentativa de redescobrir a fórmula do êxito através do escândalo. Uma estrutura teatral franciscana, uma trama esquemática que, para utilizar uma expressão do próprio Nelson, tem a profundidade de um rio que uma formiguinha pode atravessar com água pela canela. Nada resta do impacto poético e teatral revelado na linguagem inesperada de suas primeiras tragédias. Nada do vigor metafísico mas efetivo de um expressionismo surpreendente no panorama literário brasileiro dos anos 40.

O *Anti-Nelson Rodrigues* é uma tentativa de reflexão sobre si mesmo, na melhor das hipóteses. E dentro dessa perspectiva, um fracasso evidente: a tentativa de afirmar alguma coisa sem ter nada a dizer. E dizendo coisas inaceitáveis, talvez até inconscientemente. O pretenso *happy-end*, por exemplo, é um boomerang: um final trágico porque sórdido. Nelson pretendeu modificar a imagem que ele mesmo criou, mas não consegue senão reafirmá-la. E, ao mesmo tempo, mostrar sua fragilidade. Uma atitude sem dúvida coerente, mas pobre.



Em certo sentido, o que procura manter *O Anti-Nelson Rodrigues* é o diálogo. Durante muito tempo, mito dentro do mito, Nelson foi considerado o dramaturgo que transformou a linguagem, criando um diálogo vivo, engravidado da sintaxe do cotidiano da população brasileira, especialmente de quem vive na Zona Norte do Rio e nos subúrbios. E muitos críticos ficaram prostrados na adoração da técnica, sem se preocuparem com o que estava sendo dito, que muitas vezes não era nada. O *Anti-Nelson Rodrigues*, entretanto, revela esse vazio por trás das falas fragmentadas, dos conceitos interrompidos momentaneamente, depois completados, como "na vida como ela é", dos três pontinhos substituídos por pontos finais (recurso estilístico que repete até a exaustão, e que inclusive o impede de caracterizar seus personagens: todos falam igual). São efeitos superficiais, procuram chocar pela revelação da vida interior agressiva e sórdida, contraditória e atirmentada, de seus personagens. Mas também esses não possuem consistência. Estão isentos de contradições reais (os conflitos de seus personagens se situam invariavelmente no nível do "bem" e do "mal"). E não são deferenciados, enquanto seres sociais ou personalidades psicológicas.

O *Anti-Nelson Rodrigues*, portanto, é a repetição de um estilo de linguagem que pode já ter funcionado, mas hoje está desgastado. Há muito tempo que Nelson está preocupado com a descrição do homem através da mostragem de suas reações psíquicas. O que afasta suas peças de um confronto com a realidade imediata, escamoteando a evidência do homem e da sociedade. O esquema social em que vivemos sem dúvida desumaniza o indivíduo ao extremo, mas igualmente cria um humanismo novo: a força de resistência a essa própria desumanização.

A sociedade, como é descrita por Nelson, é uma selva inabitável, que não podemos modificar. Seu teatro, neste sentido, não cumpre uma função cultural ou social. As tensões entre os personagens, ou de cada um consigo mesmo, são mostradas como inatas, inevitáveis e insuperáveis.

O teatro brasileiro, dramaturgia e espetáculo, evoluiu nos últimos anos, voltando-se para um confronto mais direto com a vida real. Tornou-se, em seus melhores momentos, um instrumento de conhecimento do real, de sondagem das contradições objetivas da sociedade. Foi um processo que aconteceu sem Nelson Rodrigues, ou mesmo contra ele. F. Nelson permaneceu como autor de escândalos: escreveu *Viúva Porém Honesta* para acusar todos os críticos que o acusavam de serem homossexuais; em *Perdoa-me por me*

Traíres, encenada no Municipal do Rio, participou como ator no espetáculo e o vereador Wilson Leite Passos puxou o revólver em direção ao palco — Nelson, quase um novo Lincoln, deve ter exultado de alegria (inclusive por não ter sido atingido; numa recente "confissão" (3) afirmou: "Simplesmente queria caçar meu texto, a bala").

As insuficientes palavras

Num outro depoimento (4), Nelson afirmou que o teatro brasileiro, cretinizado por Marx e Brecht, passou a ser uma promessa eternamente adiada. Queixou-se, com nostalgia, do tempo em que os jovens faziam teatro pelo teatro, arte pela arte. "Antigamente havia uma torre de marfim", disse ele. O paradoxal é que este homem, que escreve falando em voz alta as falas de seus personagens, que procura, segundo suas próprias palavras, se aproximar do povo das esquinas e dos botecos, escrevendo uma coluna de crônicas esportivas, revela abertamente em sua última peça o que já vinha evidenciando nas anteriores: vive numa torre de marfim, internamente revestida de espelhos.

Não é uma incoerência que seu primeiro impulso teatral foi o de expressionismo, extravasamento pessoal e subjetivo de um universo individualista. E evidente que neste período escreveu seus melhores textos: quando procurou aproximar-se da realidade objetiva continuou aprisionado em seu mundo interior, doentio e irreal. A realidade não o transforma, nem ele faz qualquer esforço para apreendê-la. Escreve hoje como há 10 anos, ou como há 20 anos: seu mundo de valores está estabelecido de uma vez por todas, definitivo e encerrado, imutável e estratificado num código estreitamente preconceituoso.

Em outra declaração recente (5) Nelson confirma ter sido o introdutor do palavrão no teatro brasileiro; mas, acentua, "hoje tiraram a dignidade do dramatismo do palavrão", conseguiram degradá-lo — "tenho uma profunda nostalgia do velho palavrão. Quando percebi que as mulheres começavam a dizer palavrões, eu me tornei na vida real o homem mais antipornográfico do Brasil. Eu não digo mais palavrões". Restaram, portanto, as "palavras": para ele parecem insuficientes. (Andréa Sarti)

(1) As Confissões de Nelson Rodrigues, O Globo, 27 de fevereiro de 1974.

(2) Revista Visão, de 11 de fevereiro de 1974.

(3) Revista Veja, de 13 de março de 1974.

(1) Opinião Pessoal. Franz Paul Heilborn, editora Civilização Brasileira, 1966 (ensaio Impressões de Nelson Rodrigues e Guarnieri).

(2) As referências a O Anti-Nelson Rodrigues se baseiam no texto e não no espetáculo atualmente encenado no Teatro Nacional de Comédia, Rio, com direção de Paulo César Peró.

MÚSICA

Moacir Santos "The Maestro"

"Tu que não és um só, és tantos"
(Canção da Benção, 1963)

Para homenageá-lo — e pode-se dizer que Moacir Santos era praticamente um desconhecido — Vladimir Moraes usou um afetivo plural, na sua saudação de *Samba da Benção*. Onze anos depois, ainda no amadurecimento para o grande público brasileiro, o maestro, arranjador, saxofonista, clarinetista Moacir Santos volta ao Brasil com alguma pompa. Apoiado entre outras coisas na sua presença no catálogo, até então inédito no Brasil, da Blue Note americana (uma requintada gravadora de jazzistas negros fundada em 1939).

Seu LP, *The Maestro*, deixa ver que o pernambucano de Vila Bela, aos 49 anos, fez algumas concessões turísticas. Deixou a estampa na capa original, não repetida, sabidamente, no Brasil, uma foto do Palácio do Planalto. E permitiu que o texto da contracapa (também omitido no disco brasileiro) se detivesse, com exagero, na frequência de cobras que assolam as cidades do interior nordestino. Talvez com mais severidade, ainda se possa fazer restrições à inclusão em algumas faixas de um coro feminino em contraste com a voz metálica e emotiva de Moacir. Mas é incontestável que *The Maestro*, por sua consistência, é, como se diz, um dos LPs do ano. (Apesar de ter sido gravado em Los Angeles, em 1973.)

De cada uma das faixas o professor pernambucano — orientador dos

iniciantes Carlos Lyra, Paulo Moura, Roberto Menescal, Oscar Castro Neves e Sérgio Mendes — exala técnica e sensibilidade casadas com uma habilidade raramente vista.

The Maestro não prescinde do único carro chefe do sóbrio e reservado Santos, mestre das fusões afro-nordestinas com o jazz contemporâneo. Apesar da discrição, no entanto, Moacir, lá como aqui, acumulou prestígio entre os colegas. Seus parceiros em algumas faixas (*Luanne e April Child*) são os ilustres Jay Livingston e Ray Evans, dois clássicos da canção americana como *Tammy, Mona Lisa, Que Será, Será*. Mas bastaria ouvir qualquer das oito faixas, para que o ouvinte dispensasse listas do tipo "dize-me com quem andas"...

Criado na cidade de Flores do Pajeú, Pernambuco, Moacir começou tocando na banda local. Aprendeu música com Mestre Paixão da Brigada do Recife, depois de ter fugido de Flores, em 1940, incorporado a um circo que passava. No Ceará tocou com o lendário músico nordestino Antonio Barbeiro, ingressando na Força Pública da Paraíba em 46, de onde saiu primeiro regente. Veio tentar a carreira no Rio, inicialmente como clarinetista e sax da humilde mas consistente orquestra da gafeira Brasil Danças. Era a época internacional das *big-bands*, exportadas em profusão com o final da Segunda Guerra e Moacir logo

foi arregimentado para o lendário elenco da Rádio Nacional do Rio. Enquanto isso completava os seus estudos teóricos com Batista Siqueira, Nexton Padua, Guerra Peixe, José Siqueira e com o alemão Koellreuter (mestre também de outros maestros ilustres como Tom Jobim e Rogério Duprat). Muito atuante na pré-bossa nova, Moacir fez os arranjos de um histórico encontro de Elizeth Cardoso, Tom e Vinícius, e esteve onipresente na chamada "cozinha" de muitos LPs indispensáveis, conseguindo espaço próprio apenas em 65, na Forma. Seu antológico *Coisas*, de arrojada capa dupla, até hoje circula na discoteca dos músicos brasileiros mais aplaudidos.

Desiludido com as poucas oportunidades no Brasil, Moacir embarcou para os Estados Unidos há sete anos, quando chegou a pensar até mesmo "em colocar um carro na praça", tentando sobreviver. "Era estranho: todos gostavam do meu trabalho, me colocavam lá em cima, mas não me davam oportunidades". Moacir, com uma passagem conseguida no Itamaraty, foi assistir ao filme *Amor no Pacífico*, de que tinha participado — e sem outros planos. Acabou como professor respeitado do Conservatório de Los Angeles, onde também estudou. E seu LP da Blue Note recebeu o aval de quase toda a crítica americana, o que não chega a ser surpreendente. Os Moacir Santos — o arranjador, o compositor, o intérprete e o cantor — são todos excelentes. (Túrik de Souza)

sólido, cantado por vezes de curiosa potência como a de Diógenes (*Privilegio*).

Nas *Quebradas* é um LP quase didático, comandado e narrado pelo teatrólogo Plínio Marcos, que apresenta histórias e sambas de Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde e Toniquinho Batuqueiro. Em resumo, o disco fala de um filão quase desconhecido, a música dos subúrbios de São Paulo (há também uma *Congada*, composta por Zeca da Casa Verde) e quaisquer falhas, como a empolgação às vezes excessiva do apresentador, perdem em proporções para a preciosidade do documento.

Outra amostragem generalizada, o LP *Samba em Dimensão Total* (Tapeccar), pelo Grupo Nossa Gente, tem a força reduzida quase para um disco comum dos tantos que reúnem amontoados de sambas-enredo todos os anos. A seleção pouco criteriosa resulta em monotonia e repetidos "lá lá lá", atestado de que os sambistas populares, mesmo compondo a partir de realidades instigantes, também se repetem.

Essa constatação serve igualmente para o novo LP de Elizeth Cardoso, *Mulata Maior* (Copacabana). Depois do sensível desastre de seu último disco (com músicas de Marcos Valle, Sérgio Bittencourt e Flávio Cavalcanti, entre

outras), Elizeth não parece ter-se recuperado do desequilíbrio artístico. Apesar da produção mais cuidada — do radialista de samba Adelzon Alves — a cantora parece apática em sambas consistentes como *Quando Eu me Chamar Saudade* (de Nelson Cavaquinho) e nivelada à impassível redundância de outros, como *Serenou* (Delcio Carvalho), *Vai Ser Tão Fácil* (Ivor Lancellotti) e *Símbolo de Paz* (Paulo Diniz e Roberto José). Salva-se do fraco LP a interpretação envolvente de Carlão Elegante para o sambatítulo, da Unido de Lucas no carnaval deste ano, e a da própria Elizeth para *Tatuagem*. E nada mais.

Quanto a *Um Novo Samba*, LP de estréia do sambista Benito de Paula, lançado em São Paulo (o mercado mais promissor do gênero atualmente), o mínimo que se pode dizer é que trata-se de um equívoco. O pretensioso autor de músicas e letras de todas as faixas teria fôlego no máximo para um compacto simples, onde estivessem seus já surrados *Retalhos de Cetim* e o partido-alto *Que Beleza*, no mais rigoroso "estilo Martinho da Vila". O resto são ex-boleros ou ex-rock-baladas que o cantor e compositor — ao sabor do comercialismo rendoso que hoje envolve o gênero — transformou em sambas. De letras, músicas, arranjos e interpretações inexpressivas. (T.S.)

Carlos Lyra Canções amigas ou antigas

Dos compositores da primeira fase da bossa nova, Carlos Lyra, nos últimos tempos, tem sido o mais inquieto — teoricamente. Em copiosas entrevistas demonstra obstinação em vencer seu próprio fantasma, "matar o Carlos Lyra para fazer nascer outro". Debatendo-se contra o estigma da bossa nova, ele também pretende estar se reformulando musicalmente, mas em seus dois LPs, desde que voltou ao Brasil, nenhuma dessas intenções foi realizada. Ao contrário, Lyra permaneceu um bossa-novista tardio e deslocado, a cantar músicas amorosas como as de seu último e arrasador LP (*Eu e Eles*), perdido no tempo e no espaço.

Seu novo disco, o terceiro desde sua volta em 71 (*Carlos Lyra*, Continental), tanto desmente quanto confirma as impressões recentes. Sua avaliação sofre o inevitável desconto dos eventos inesperados. Antes deste LP — com cinco músicas do antigo repertório do cantor e compositor — Lyra havia armazenado outras músicas novas para um projeto interminado, cujo título seria *Herói do Medo* ("Pretendo ao prêmio / sem correr riscos / e conquistar a glória / em luta fácil"). Todo o espírito da nova aparição de Lyra foi alterado e não é fácil medir o quanto perdeu (ou lucrôu) o autor e intérprete com a troca.

Do que é possível saber a respeito de seu novo trabalho, apenas pela informação do LP, Lyra mudou um pouco, apesar de continuar fiel (ou prisioneiro) a seus antigos esquemas sonoros. A transformação fica por conta de uma abordagem diferente na letra e música de *Lanterna* ("Comprei bolsa de hippie pra ficar moderno / disseram que eu já era e estava superado / disseram que a Bolsa era um negócio certo / mas desde que eu joguei ela só tem baixado"), num estilo de partido-alto popularresco. É influência facilmente identificável. Cante um *Canção*, do arranjador do LP, pianista Hugo Bellard, também acrescenta alguma substância ao geral conteúdo morno do LP: "Se você precisa ter um papo franco / e vê que não dá / se você não tem coragem / pra falar no amor ou de amar / cante uma canção amiga / Tente uma canção antiga".

Ainda que siga as máximas destes versos, recheando, de fato, o disco de

canções amigas ou antigas (entre elas *Tem Dó de Mim*, reorquestrada para o estilo "sambão" e *Feio Não É Bonito*, em versão amaciada por violinos) Lyra não chega além das impressões de uma obra repetida e mastigada. Seu primitivo vigor melódico de por exemplo *Marcha da Quarta-Feira de Cinzas* (63) não se confirma em *Marcha da Sexta-Feira da Paixão e Sábado de Aleluia*, afinal uma simples citação saudosa. *Só Mesmo por Amor e Amar É Viver* equivalem-se em pieguismo romântico, mas a novata *Se Você Quiser me Dar Amor*, cantada com a mulher, Kathy Lyra, numa embalagem sonora digna dos mais anestésicos filmes americanos, supera esses marcos anteriores. Reparem (imaginando um emprazo funde musical de banjo): "Caminhando por aí / e cantando sem parar... eu vou / e se alguém que eu encontrar / perguntar se eu sou feliz... eu sou".

De ingenuidade insuperável, esta faixa contradiz muitas de suas propostas, como a da animada entrevista *A Procura de um Novo Carlos Lyra* (*Jornal da Tarde*, 4/4/72): "Não posso mais cantar *Minha Namorada*, quando tenho consciência de que as mulheres são acima de tudo um problema social. Posso falar de mulher, mas em outros termos. Não entendo mais cantar o amor de indivíduo para indivíduo. É preciso descobrir outra forma".

Como talvez esta descoberta seja impossível no momento, Lyra, carioca, 40 anos, continua seguindo a trilha antiga, arrastando pesadamente sua carreira, de compositor de passado criativo, um dos fundadores da bossa nova, composto desde 1958. Autor de clássicos como *Influência do Jazz*, *Maria do Maranhão*, *Primavera*, *Maria Ninguém*, *Você e Eu*, *Quem Quiser Encontrar o Amor*, *Lobo Bobo* e *Canção Que Morre no Ar*, entre muitos outros, Lyra hoje se ressentido exatamente da espontaneidade perdida de que se queixa na mesma entrevista ao *Jornal da Tarde*: "Há 10 anos sabia muito menos do que sei hoje, mas tinha espontaneidade suficiente para fazer o que fiz. Tenho inveja dos compositores novos por causa disso: para se lançar bem é preciso não ter nada a perder. Quando eu não tinha um passado eu era bom". (T.S.)

Safra de sambas

"O samba era mais samba no passado / hoje que cantado / ninguém toca / eu vou vender pipoca, senão tou roubado".

As queixas de Zé Di em seu *Samba De Como um Homem Deixou de Fazer Música e Foi Verder Pipoca* são bem construídas, mas improcedentes. Especialmente em seu caso, de sambista formado nas escolas de São Paulo e recém-emigrado para o Rio (venceu na Academia Antônio Carlos este ano com seu *Rei de França na Ilha da Assombração*). Na verdade, com o vigor arrefecido, por vários motivos, as outras áreas da música brasileira têm deixado um espaço considerável à divulgação e mesmo venda do samba. E uma prova disto é a potência entusiasmadora da nova safra de LPs do setor.

O próprio disco de Zé Di (*Samba*, Tapeccar), a despeito do inevitável trocadilho do título, é uma

reunião de sambas imaginosa e fértil, principalmente quanto a letras e linhas melódicas. Despretensioso, mas cuidado quanto à variação da forma. Zé Di lembra êxitos como *Independência ou Morte* ("Valeu o sacrifício dos Andradas / e as preces da Princesa Leopoldina / a morte de Tiradentes não foi em vão / hoje são símbolos vivos da nossa nação") e lança novidades atraentes como *Chapéu de Marinheiro* ("Ai, seu capitão / eu não perdi o meu chapéu de marinheiro não") ou *Salgueiro Chorão*. Como sambista, Zé Di poderia ser inscrito entre os da nova geração que procede ou bebe das influências do morro (como Zuzuca, Martinho da Vila), mas tem consciência da engenhagem comercial a enfrentar. Apesar de não ser exatamente um compositor-alfaita, de sambas cortados sob medida, como por exemplo Jair Amorim/Evaldo Gouveia, Zé também não se situa entre os que pretendem

navegar além das águas já servidas por outras embarcações como Atafio Alves (*Ontem*) ou o próprio Zuzuca (*Rei de França na Ilha da Assombração*). Sinal da viabilidade comercial do velho gênero está na inclusão de *Não Vai Dizer Adeus*, samba lento do ex-bossa nova Adylson Godoy, que também nos últimos anos tornou-se compositor carnavalesco, abandonando a esvaziada área progressiva da música brasileira.

Casa de Bumba (RCA) e *Nas Quebradas do Mundaréu* (Chantecler) colecionam antologias regionais especializadas. No primeiro — e esplêndido LP — o produtor Martinho da Vila reuniu o mais expressivo do elenco de sambas que exaltam ou procedem de sua escola, Unidos de Vila Isabel. Compositores como o próprio Martinho, Paulo Brazão, Arroz, Aloisio Machado, Jonas, Djalma, Brilhazinho e Dó Maior criaram um elenco empolgante e

CLASSIFICADOS DO OPINIÃO

tel. 246-5326

ULTIMAS SEMANAS
LIBERADA A PARTIR DE 10 ANOS
OTHON BASTOS apresenta

UM GRITO
PARADO NO AR

de

GIANFRANCESCO GUARNIERI
Música-tema: TOQUINHO

ESPECTÁCULO RECOMENDADO PELA
ASSOCIAÇÃO DOS CRÍTICOS TEATRAIS

TEATRO PRINCESA ISABEL
Av. Psa. Isabel, 182 — Tel.: 236-3724

3.ªs, 4.ªs, e 6.ªs: 21h30m — 5.ªs às
17h e 21h30m — Sáb.: 20h30m e
22h30m — Doms.: 18h e 21h30m.

Kung Fu Da TV para os livros

O Ocidente está redescobrendo o Oriente em todos os níveis. Os EUA retiraram suas tropas do Vietnã, depois de amarga experiência, e hoje buscam uma aproximação ao menos diplomática com a China. Enquanto isso, parte da juventude norte-americana passou a buscar refúgio na mística das religiões primitivas do Oriente. A sociedade, naturalmente, está alerta: o mercado precisa ser constantemente renovado em todos os níveis. E assim, da crise insustentável do super-herói ocidental, nasce o super-herói oriental: um mito essencialmente masoquista (não atinge nunca a dimensão de uma autocrítica), talvez fruto de uma neurose de guerra: o medo.

007 esmurrou muitos amarelos. Agora os norte-americanos trazem para a América um chinês que, em nome da defesa dos oprimidos, vem esmurrar americanos. Um homem dotado de extraordinária força física, absoluto domínio de músculos, fruto de um completo controle de sua vida interior. Ele incorpora, essencialmente, os tradicionais valores de retidão de caráter, incorruptibilidade e invencibilidade dos super-heróis de todos os tempos. Mas é um produto de consumo *up to date*: por trás de seus punhos estão uma série de princípios éticos, simplificação e mediocre vulgarização da sabedoria e das leis de comportamento dos sábios orientais.

Kung Fu, que surgiu na TV e agora virou romance, não é um personagem. É o nome de uma forma de luta, uma das mais antigas maneiras de combate defensivo e ofensivo. Tem que ser aprendido desde a infância, através de prolongado e metucioso treinamento espiritual. O vigor físico é decorrência do autocontrole da mente e do corpo.

Três livros recentemente lançados no Brasil, sob o título geral de *Kung Fu*, nos mostram dois super-heróis que, apesar de pontos de contato, são totalmente diferentes: Kwai Chang

e (em *O Signo do Dragão* e *Acorrentados*, dois primeiros volumes de uma série; neste caso não é possível identificar um autor — o personagem parece ser fruto de um trabalho coletivo: ambos os livros são assinados por Howard Lee e apontam Ed Spielman como autor da história original, mas o primeiro é baseado num roteiro de televisão de Spielman e Howard Friedlander, enquanto o segundo é baseado num roteiro de Paul Edwards e Gene L. Coon) e Victor Mace (herói de *O Ano do Tigre*, primeiro volume de outra série, assinada — o nome provavelmente é pseudônimo — por Lee Chang). As aventuras de Caine transcorrem nas últimas décadas do século passado, enquanto Mace é (infelizmente) nosso contemporâneo. Caine passou sua infância num templo Xaolim na China imperial (filho de mãe chinesa e pai norte-americano), enquanto Mace (filho de mãe chinesa e pai inglês) fez seu aprendizado num templo Shaq Lin (a grafia difere) localizado na Victoria Road, em Hong-Kong...

O Ano do Tigre é quase ilegível: uma insuportável sucessão de lutas, cada uma ocupando dezenas de páginas, interminável desfile de golpes mortais, entremeadas de gratuitas referências a normas religiosas chinesas e também primários ataques à sociedade norte-americana, mencionada como sanguinária e infantil. Mace aprendeu que é preferível morrer do que ferir sem causa justa.

Mace, entretanto, não é um personagem construído em função desta opção: tem o cérebro de um Maciste. E mata o tempo todo, às vezes de forma requintada: conhece uma forma de gritar, por exemplo, que despedaça os cérebros (dos inimigos e do leitor), assim como os cantores líricos são capazes de emitir notas que quebram cristais... E por trás de uma série de idiotices, o misterioso Lee Chang comenta o ataque de Pearl Harbour dizendo que só muito tarde "os loucos americanos aprenderam

KUNG-FU — O ANO DO TIGRE, Lee Chang (Global Editora e Distribuidora, 221 págs., Cr\$ 15,00)

KUNG-FU — O SIGNO DO DRAGÃO, Howard Lee (José Olympio, 134 págs., Cr\$ 15,00)

KUNG-FU — ACORRENTADOS, Howard Lee (José Olympio, 140 págs., Cr\$ 15,00)

que milhares de vidas poderiam ter sido salvas, se tivessem negociado menos — e atacado primeiro"; e justifica o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, pois neste caso perceberam que matando civis japoneses não seria necessário invadir o Japão, o que poupou milhares de vidas americanas...

O Ano do Tigre não passa de subliteratura da pior qualidade. Já *Acorrentados* é apenas um folhetim de aventuras isento de maior imaginação e acorrentado aos lugares-comuns do gênero (a busca de ouro nas montanhas da Califórnia, bandidos se matando por algumas gramas de ouro e alguns índios para completar a paisagem). Mas o primeiro livro de Howard Lee, *O Signo do Dragão*, possui ao menos uma narrativa mais estruturada: o personagem, ainda que esquemático, é mostrado em dois planos — a ação se desenvolve na Califórnia em 1871, paralelamente alguns capítulos contam o aprendizado de Caine, por volta de 1848 na China.

A intercalação das duas narrativas consegue despertar um tênue interesse em torno do personagem e dos dois ambientes em que se situa: aprendendo Kung Fu e os ensinamentos dos monges no tempo Xaolim e vivendo e trabalhando como operário na construção de uma estrada de ferro na Califórnia, anos depois.

Howard Lee permanece na narrativa superficial e não aprofunda nada. Mesmo assim consegue contar uma história, apesar do artificialismo do personagem (que, por outro lado, mantém uma coerência de comportamento). No templo, Caine aprendeu que é necessário preservar,

não destruir: "É melhor evitar que enfrentar, enfrentar que machucar, machucar que mutilar, mutilar que matar... pois toda vida é preciosa e nenhuma pode ser substituída" (sem dúvida Mace, que faz pouco caso destes mandamentos sagrados, realiza a *catharsis* de parte da sociedade norte-americana, mas é inegável que Caine satisfaz a outra metade).

O que importa, afirmam os monges é a força interior, o *chi*, superior à força exterior, "que fenece com a idade, sucumbe à doença e é enfim envolvida pelas asas da morte". O templo, aliás, é perseguido, pelas autoridades (porque ensina a verdade?). Mas o mestre Kan afirma que o templo é intemporal, porém deve compartilhar o mundo que o cerca, e "há épocas em que nossas idas e vindas devem ser escondidas daqueles que se consideram autoridades. Afortunadamente, todos os regimes passam ou passarão enquanto o templo é eterno". O mestre Teh diz que há um método simples e eficaz para enfrentar os que usam a força contra o templo. Um discípulo pergunta: "E qual é ele senhor?". Responde muito sério o mestre: "Fugir". Sem dúvida estamos distantes da "filosofia de vida" de um James Bond ou de qualquer super-herói tradicional.

Kung Fu traz também de novo a crítica aos EUA. Em *O Signo do Dragão* os operários são tratados como animais e o personagem positivo, McKay, assassinado pelo vilão, Dillon, reflete quando morre: "Assim era Dillon. Assim era o país. Assim era e sempre seria".

O final é um típico duelo de *western*, mas entre dois sacerdotes *xaolim*: Caine e um monge renegado que vem prendê-lo. Ambos possuem as mesmas "armas" e o duelo é marcado pelo ritual. E naturalmente, vencido por Caine, que em seguida poupa a vida de Dillon e prossegue sua saga de fugitivo (em *Acorrentados* está à procura de um irmão que não conhece, e, curiosamente, o livro termina sem o encontro). Mas esta segunda aventura já é o princípio da prostituição do personagem. Caine parece esgotado em *O Signo do Dragão*. O terceiro livro da série, *Superstição*, mesmo dentro dos limites do gênero, provavelmente não trará nada de novo. (Andréa Sarti)

Spengler

A história apocalíptica

A DECADÊNCIA DO OCIDENTE, ESBOÇO DE UMA MORFOLOGIA DA HISTÓRIA UNIVERSAL, Oswald Spengler, edição condensada por Helmut Werner (Zahar Editores, 440 págs., Cr\$ 40,00)

Oswald Spengler (1880-1936) era um professor secundário alemão, com saúde fraca e inclinações apocalípticas que, aos 31 anos de idade, apresentou-se para escrever um livro imenso e sensacional acerca da filosofia da História". Esta descrição, devida ao matemático James Newman, data de 1956; no artigo em que ela é feita, pode-se ler algumas linhas abaixo: "Na Alemanha, onde o tom desalentado do livro de Spengler ajustava-se ao ambiente intelectual e material provocado pela derrota na guerra, o livro gerou veemente controvérsia... agora, em outro período de pós-guerra, as questões levantadas por ele voltam a ser um foco de atenção".

Newman referia-se, ao falar em "período de pós-guerra", ao conflito mundial de 1939-1945. Mas nós podemos pensar na guerra do Vietnã, ao interpretar suas frases; ou na do Oriente Médio; ou em qualquer

outra das guerras "localizadas", correlativas à estratégia da discussão atômica das grandes potências, que impõem ao mundo um estranho estado de guerra — de pós-guerra-permanente. Se o "kissingerismo" tiver sucesso, Spengler voltará à obscuridade, porque o mundo da Santa Aliança não favorece as idéias apocalípticas.

Enquanto, porém, o espírito de Metternich não se encarnar convincentemente nas sessões-de-mesa da diplomacia internacional, Spengler terá razão para grande parte do público, e *A Decadência do Ocidente* permanecerá uma tese sedutora. É verdade que o advento da paz mundial, nos termos que a concebem as superpotências, insere-se perfeitamente no esquema spengleriano: seria sua última fase, a do império universal e do cesarismo. Mas nessa fase em que, para Spengler, a "cultura" esgota-se definitivamente, os homens não têm mais consciência do que lhes acontece, e deslizam para o fim da sua civilização em meio aos sonhos dourados da Cidade de Deus.

Em que consiste a tese de Spengler? Para ele, os padrões da História são cíclicos, não lineares. E círculos fechados. "O Homem não progride: como o homem, passa pela progressão inexorável de nascimento, infância,



maturidade e decadência". Só que por vezes repetidas. Cada cultura é um "superindivíduo", caracterizado por uma "alma", que se manifesta em cada uma das atividades que constituem a cultura, até o esgotamento das suas possibilidades de expressão e ação. Esgotada a "alma", cessa a história daquela cultura, e vem "o tempo informe dos felás".

Entendamos: Spengler é um idealista extremado, mas não um espiritualista — a "alma" de que fala não é um ente imaterial, transcendente, mas muito exatamente a *visão do mundo* que plasma a cultura: para o Ocidente moderno, a visão "faustiana", o mundo como espaço infinito e contínuo, regido pela causalidade formal; para a Civilização clássica, a visão "apolínea", o mundo como sistema de seres concretos e descontínuos, regido pela causalidade eficiente. *Et coetera*.

Essas idéias não são radicalmente novas. O organicismo, o idealismo (materialista!), a concepção da História como tendo alguma coisa de circular, se encontram, por exemplo, em Gianbattista Vico, ou em Arnold Toynbee. Mas Spengler é original por se extremar em duas teses: 1) a da total independência das várias culturas; para ele, o que os historiadores "normais" chamam de "influência" não passa de "pseudomorfose", um fenômeno absolutamente superficial, que na verdade não atrasa nem adianta o cumprimento, por uma cultura, de seu "destino"; 2) a da ausência total do progresso no plano da História universal, consequência da anterior. A espiral ascendente, que muitos historiadores opõem à reta descendente da historiografia "oficial", torna-se em Spengler sua projeção horizontal: um círculo isolado no espaço e no tempo.

A essas duas teses "físicas", Spengler acrescenta uma metodológica (que considera, como idealista extremado, também "física"). Em suas próprias palavras: "Espero demonstrar que todas as grandes criações e formas, sem exceção, na religião, na arte, na política, na vida social, na economia e na ciência, aparecem, amadurecem e morrem *contemporaneamente* em todas as culturas; que a estrutura interior de cada uma corresponde estritamente à de todas as outras; que não existe um só fenômeno de profunda importância fisiognomônica, nos registros de uma cultura, para a qual não se encontre a correspondente no registro de outra; e que esse correspondente se encontra sob uma forma característica, e numa posição cronológica perfeitamente definida". Um estruturalismo apocalíptico. Pela junção dessas duas posições "filosóficas", Spengler fabrica uma droga anestésica mais eficaz — e, por que não admiti-lo, muito mais bela que qualquer de suas partes,

administradas isoladamente.

Dito isso, é preciso notar que *A Decadência do Ocidente*, embora tenha conquistado uma geração alemã — a mesma que preferiu em seguida o nazismo, menos nobre e culto que o spenglerismo, mas infinitamente mais excitante — só conseguiu obter, no exterior, a "admiração dos meio-educados, e o desprezo dos judiciosos" (Stuart Hughes, 1952). Os dois maciços volumes da *Decadência* não bastaram para persuadir os historiadores — e os leitores desapaixonados — de que não resta nada a fazer senão "morrer com dignidade", de que "toda esperança é uma covardia" (estas formulações, admiráveis de clareza e de sinceridade, encerram o livro *O Homem e a Técnica*, que Spengler publicou já na década dos 30).

No entanto, *A Decadência do Ocidente* é o produto de um alto gênio poético, e encerra elementos de grande originalidade. Spengler exagera e deforma — mas também ilumina setores inteiros da História, com a luz de um visionário para o qual o menor fenômeno significa sempre algo universal. Seu tratamento da pintura ocidental, comparada à arte clássica, sua discussão do significado dos números são exemplos da atividade de uma mente de fato "imperial", que usa um método exarcebadamente estruturalista para fomentar o delírio mais grandioso. O que não deixa de ser consolador — e esclarecedor — num tempo em que o método estruturalista, perfeitamente legítimo em seu estreito campo de aplicação, é usado para fomentar mais estruturalismo, e assim *ad infinitum*.

Resta informar ao leitor que a tradução, cuja publicação é aqui comentada, dá do spenglerismo uma visão ligeiramente falseada, exatamente por ter sido feita a partir de uma condensação. Não que a condensação por um eminente especialista traia o texto ou as idéias da obra original. Mas Spengler, como Wagner, perde, ao ser reduzido, quase tudo que tem de bom. Porque sua excelência não está na tese, mas nos detalhes, nos breves e numerosos clareos que lança sobre a História, às vezes vários por página.

A tradução é surpreendentemente boa. O caráter do texto spengleriano "passa" quase integralmente para o português, com suas virtudes e defeitos característicos. Deve-se criticar apenas a abundância dos erros de revisão, e análises. O leitor atento identificará sem maior dificuldade, porém, esses erros. E Spengler não admite outro tipo de leitor: seu livro — "a coisa mais parecida entre as que dispomos, com uma chave do *nosso tempo*" (não da história!) (H.S. Hughes) — torna-se, ao menor descuido, uma encantação inócua, ou uma droga potente e perigosa. (Heitor da Luz)

CINEMA

Alegria! "Cantando na Chuva" está de volta

A crítica aplaudiu mas diversos historiadores oficiais esqueceram-se de reservar-lhe um nicho especial entre os clássicos do cinema. O público prestigiou mas não o suficiente para colocar *Cantando na Chuva* (*Singin' in the Rain*) entre os maiores êxitos de bilheteria de todos os tempos. A Academia de Hollywood... bem, os acadêmicos, com o seu etimológico conservadorismo, deram a Cecil B. De Mille (*O Maior Espetáculo da Terra*) o Oscar de "melhor filme" daquele ano.

Embora considerado com justiça o maior musical de todos os tempos, sua consagração não foi imediata, sequer estrondosa quando de seu lançamento em 1952. Nem tão unânime sua glorificação por supostos estudiosos do gênero, como o inglês Douglas McVay, que, no livro *The Musical Film*, faz ao filme restrições das mais coerentes em se tratando, primeiro, de um fleumático saxão, e, segundo, de um fanático admirador de *West Side Story* e outros musicais-para-quem-não-gosta-de-musicais.

Quando reprisado há três semanas no Cinema I, Rio, *Cantando na Chuva* — a partir desta semana em cartaz no Rio, no Cinema II — foi sete vezes ovacionado por uma platéia composta em grande parte por pessoas sintonizadas com um tipo de música e cinema radicalmente diferente. A saída, Arnaldo Jabor, o diretor de

Toda Nudez Será Castigada, foi visto comentando, visivelmente emocionado: "Eu sou um irresponsável por fazer cinema".

Dezenas de cineastas, vários até de maior prestígio que Jabor, como é o caso de François Truffaut, já pensaram ou disseram o mesmo após ver ou rever a encantadora comédia de Gene Kelly-Stanley Donen. Mas a sensação de desânimo provocada por *Cantando na Chuva* não é um privilégio dos cineastas. Como crítico confesso sentime quase que inteiramente incapaz de expressar com palavras adequadas a arrebatadora alegria que me provoca a cada novo contato essa imortal obra-prima de charme, humor, poesia e elegância.

O maior trunfo de *Cantando na Chuva* é sua humilhante simplicidade. Ao contrário da maioria dos supermusicais dos anos 60, não afronta a platéia com pompa e nouveau-ricismo. O caro, o dispendioso, não aparece como tal na tela. Esse, aliás, era um dos segredos das produções de Artur Freed na Metro: em vez de ostentação, eficácia absoluta, custasse o que custasse. E a perfeição, no que tange a espetáculos de convergentes contribuições artísticas como o film musical, custa dinheiro. Muitos, por certo, ficarão surpresos ao saber que a sequência em que Gene Kelly canta na chuva exigiu uma sobrecarga especial

de tempo, trabalho e dinheiro. Na tela, porém, ela cintila como um balé simples, irrepreensível e extasiante, jamais como uma custosa e faraônica encenação trombetada por Leonard Bernstein. O film musical, disso não tenho dúvida, morreu quando Hollywood resolveu alardear suas jóias e seus recursos artificiais como uma matrona decadente e exibicionista.

Embora os participantes da criação de *Cantando na Chuva* reconheçam tratar-se de um esforço coletivo, o mais correto é tributar uma fração pouco maior de responsabilidade à contribuição prestada por quatro nomes em particular: Gene Kelly (ator, diretor, cantor, coreógrafo, dançarino), a dupla Betty Comden-Adolph Green e o produtor Arthur Freed.

Mais do que qualquer outro, inclusive Fred Astaire, insuperável dançarino, foi Gene Kelly o verdadeiro criador do film musical moderno, o primeiro a preocupar-se em encontrar uma linguagem cinematográfica própria para o espetáculo musicado. Com três filmes — *Um Dia em Nova York* (*On the Town*), *Cantando na Chuva* e *Sinfonia de Paris* (*An American in Paris* (este dirigido por Minelli) — mudou as regras do gênero. Infelizmente a Metro pediu arreio antes de Kelly expressar todas as idéias que tinha sobre a integração da imagem com a dança e da prosa com a poesia.

Comden e Green, letristas, roteiristas e cantores, estouraram no 40 num grupo intitulado The Revuers, de que também fazia parte Judy Holliday. Estrearam no cinema cenarizando *On the Town*, em 49, e fizeram uma carreira extraordinária na Metro, através de roteiros (*A Roda da Fortuna*, *Dançando nas Nuvens*, *Esta Loura Vale um Milhão*) e canções (*Just in Time*, *Moses*, etc.). No roteiro de *Cantando na Chuva*, publicado pela MGM-Viking Press, a dupla conta, em prefácio, que só não desistiram do projeto sugerido por Arthur Freed por pressão de Kelly e o entusiasmo contagiante de Freed.

Arthur Freed ficará na História, ao lado de John Houseman, como o mais inteligente, sensível, ousado e aberto produtor cinematográfico de todos os tempos. Foi ele quem produziu e supervisionou os mais importantes musicais da Metro. Exemplos marcantes: *Babes in Arms* (*Sangue de Artista*, 39), *O Mágico de Oz* (39), *Strike Up the Band* (*O Rei da Banda*, 40), *Cabin in the Sky* (*Uma Cabana no Céu*, 42), *For Me and My Gal* (*Idílio em Dó-Rê-Mi*, 42), *Girl Crazy* (*Louco por Saias*, 43), *Meet Me in St. Louis* (*Ainda Seremos Felizes*, 44, nesse dublando a voz de Leon Ames), *The Ziegfeld Follies* (*O Mundo É um Teatro*, 44) *O Pirata* (47), *On the Town* (49), *Sinfonia de Paris* (51), *O Barco das Ilusões* (*Showboat*, 51), *A Roda da Fortuna* (*The Band Wagon*, 53), *Meias de Seda* (*Silk Stockings*, 56), *Gigi* (58), *Esta Loura Vale um Milhão* (*Bells Are Ringing*, 60).

A princípio pianista dos Irmãos Marx no teatro, em Chicago, depois compositor famoso (além das canções que fez, de parceria com Nacio Herb Brown, presentes em *Cantando na Chuva*, compôs *I Cried for You*, *Temptation*, *You'll Never Know*), veio para Hollywood a convite de Irving Thalberg para escrever o score musical de *Melódia da Broadway* (1929), de onde saíram várias das canções — mais tarde recriadas por Gene Kelly, Debbie Reynolds e Donald O'Connor. Apresentou George Gershwin a Paul Whiteman e descobriu, entre outras estrelas, Judy Garland, Lena Horne, Kelly, Eleanor Powell — e, de certo modo, Bing Crosby. O papel do compreensivo produtor R.F. Simpson (Millard Mitchell) de *Cantando na Chuva* foi, segundo Comden e Green, inspirado em sua pessoa. Muito justamente, aliás. (Sérgio Augusto)

Os próximos eventos

Leonard Barden

A grande atração do xadrez internacional neste mês será o encontro Spassky-Karpov pela semifinal do campeonato mundial, que se iniciará em Leningrado a 10 de abril; dentre os peritos, uma pequena maioria prevê a vitória de Spassky mas ninguém aposta. A disputa será ganha pelo primeiro jogador a obter quatro vitórias (empates não contam); caso nenhum dos dois consiga isto num máximo de 20 partidas, ganha quem tiver mais pontos. A outra semifinal entre Kortchnoi e Petrosian (Odessa, 12 de abril) nem de longe desperta o mesmo interesse, embora, após sua vitória sobre Mecking, Kortchnoi tenha declarado aos jornalistas esperar que o vencedor da sua disputa com Petrosian seja o desafiante de Bobby Fischer em 1975.

Entretimentos, prossiguem os preparativos para a revanche de 1975, Fischer versus União Soviética; em Amsterdã, uma comissão da FIDE (Federação Internacional de Xadrez) marcou para 1º de junho o início do encontro e acrescentou a agourenta cláusula de que o campeão perderia o título por desistência se deixasse de aparecer para a partida de abertura. O primeiro tabuleiro da Alemanha Ocidental, Robert Hübner, candidato ao título mundial em 1970, perdeu recentemente um encontro com Kortchnoi por apenas 3 1/2 — 4 1/2. Aqui está sua vitória nesse encontro. Robert Hübner (Alemanha Ocidental) — Victor Kortchnoi (URSS) Terceira Partida do Encontro, Solingen 1973-74

Ruy Lopez

1 P4R P4R 2 C3BR C3BD 3 B5C P3TD 4 B4T C3B 5 O-O CxP 6 P4D P4CD 7 B3C P4D 8 PxB, B3R 9 D2R B2R 10 T1D O-O Se 10... C4B 11 B3R garante uma pequena vantagem sem os riscos de 11 BxP!

11 P4B PCxP 12 BxP B4BP Fischer arrasou 12... D2D quando Ree jogou-a em Nathanya 1968, com 13 C3B CxP 14 PxC P3B 15 PxB BxP 16 B5CR C4T 17 DxB+!

13 B3R BxB 14 DxB D1C 15 B3C D3C? Armando a arapuca 16 DxD

PxD 17 BxP? TD1D e tentando aperfeiçoar sua própria partida com Matanovic em Sukhumi, 1966 (15... C4T 16 CD2D D2T), mas não dá certo. 16 D2R TD1D 17 C3B CxC 18 PxC D4B 19 P3TR B1B? 19... C4T, sugerido por Unzicker, é o melhor lance.

20 D3D TR1R 21 T1R P3C 22 TD1D P4TD 23 B4T! B2D? 24 DxB D3C Vendo, tarde demais, que 24... DxD 25 TxD CxP? perde para 26 TR1D. AS negras estão perdidas.

25 C5C T1BR 26 D4B C1C 27 T1C D3T 28 D4T P4T 29 TxC TxT 30 BxB D6D 31 C4R T3C 32 P6R PxB 33 D7R D4D 34 C5C Abandonam. Uma exibição de serena competência por parte de Hübner, mostrando por que a maior parte dos mestres consideram a defesa S... CxP contra a Ruy Lopez como levemente inferior a S... B2R.

Problema N.º 67



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por H. Ahues).

Posições das peças: 6T1 — p5C1 — T5pr — 7b — 1p3P2 — 1D2c3 — p1B5 — R7.

Solução do N.º 66:

1 B5C (ameaça 2 D5B e 2 D6B). Se 1... RxB 2 D5D, ou se PxD 2 T5C, ou se P6C 2 DxB, ou se PxB 2 T2B.

Últimos lançamentos da Paz e Terra



ARTE BRASILEIRA, HOJE de vários autores Cr\$ 40,00

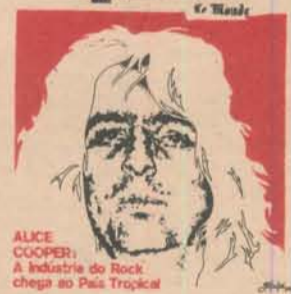
REPRESENTANTES DE VÁRIOS AUTORES: MARIO PEDROSA, ARACY AMARAL, MARIO SCHEIBER, FREDERICO MOYALIS, MARIO BARATA, WALMYR AYALA, REQUINTOS DE: NERON CAVALCANTI, JOHN CLARK, SPAN VERA, AMILCAR DE CASTRO, RUBEN CECILIANO, RUBEN YALLETIN, JEAN BOCHIC, FRANCISCO TERANOVIA

- JAPÃO, O CAPITAL SE FAZ EM CASA de Barbosa Lima Sobrinho Cr\$ 25,00
- POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL de Oliveira Viana Cr\$ 30,00
- O SEGREDO DA MACUMBA de J. Lapassade e Marco Aurélio Luz Cr\$ 15,00
- CRITICA E DOGMATISMO NA CULTURA MODERNA de Lucien Goldmann Cr\$ 20,00
- CONHECIMENTO DO BRASIL de Wilson Chagas Cr\$ 12,00
- O ESTRUTURALISMO E A MISÉRIA DA RAZÃO de Carlos Nelson Coutinho Cr\$ 20,00
- O DRAMA DA CLASSE MÉDIA de Bolivar Costa Cr\$ 25,00
- PAZ NA TERRA de Leda Barreto Cr\$ 40,00

EDITORA PAZ E TERRA Av. Rio Branco, 136 - 12.º s/1222 Tel.: 242-7395 RIO DE JANEIRO - CB

ASSINE OPINIÃO

RESCALDA REMÉDIOS NO BRASIL opinião



Nome _____
Rua _____ N.º _____
Cidade _____ Estado _____

Envie junto com este cupom 160 cruzeiros no caso da assinatura anual e 80 cruzeiros no caso de ser semestral. Ou 40 dólares se a assinatura for anual para o exterior e 20 dólares se for semestral. O pagamento pode ser feito por cheque ou vale postal e deve ser enviado para Editora Inúbia Ltda. à Rua Abade Ramos, 78 Jardim Botânico — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil. Ou, no caso de assinaturas para a Europa, diretamente para Laymert Garcia dos Santos, BP, 05-07 — 75 327 Paris Cedex 07.